

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FLÁVIA ROBERTA BABIRESKI

A DIREITA NO BRASIL, CHILE E URUGUAI:
ESTUDO DOS PROGRAMAS E MANIFESTOS PARTIDÁRIOS

CURITIBA
2014

FLÁVIA ROBERTA BABIRESKI

A DIREITA NO BRASIL, CHILE E URUGUAI:
ESTUDO DOS PROGRAMAS E MANIFESTOS PARTIDÁRIOS

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, no Curso de Pós-Graduação em Ciência Política, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Fernandes Veiga

CURITIBA
2014

Catalogação na publicação
Mariluci Zanela – CRB 9/1233
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Babireski, Flávia Roberta

A direita no Brasil, Chile e Uruguai: estudo dos programas e manifestos partidários / Flávia Roberta Babireski – Curitiba, 2014.

114 f.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Fernandes Veiga

Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

1. Ciência política. 2. Partidos políticos. 3. Democracia. 4. Ideologia.
5. Direita e esquerda (Ciência política). I. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
Rua General Carneiro, 460 – 9º Andar Sala 908 Fone: 3360-5233.

PARECER

A banca examinadora instituída pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná, após argüir o(a) mestrando(a) **FLÁVIA ROBERTA BABIRESKI**, em relação ao seu trabalho de dissertação, intitulada “A DIREITA NO BRASIL, CHILE E URUGUAI: ESTUDO DOS PROGRAMAS E MANIFESTOS PARTIDÁRIOS”, decidiu favorável à “..... APROVAÇÃO” do(a) acadêmico(a), habilitando-o(a) ao título de *Mestre* em Ciência Política.

Curitiba, 10 de junho de 2014.




Prof. Dr. Adriano Nervo Codato


Prof. Dr. Yan de Souza Carreirão


Profª. Drª. Luciana Fernandes Veiga
(orientadora e presidente)

RESUMO

Este trabalho analisou o conteúdo dos programas partidários de partidos de direita. O objetivo foi identificar nos partidos situados à direita no espectro ideológico as diferenças nas abordagens e posicionamentos diante de alguns temas selecionados. Os partidos estudados foram: Democratas (DEM) e Partido Progressista (PP) do Brasil; Partido Nacional (PN) do Uruguai; e Unión Demócrata Independiente (UDI) e Renovación Nacional (RN) do Chile. Buscaram-se documentos públicos disponibilizados pelos partidos políticos que apresentassem os seus posicionamentos políticos. Foram utilizados os programas partidários, manifestos e declarações de princípios dos referidos partidos. Para a análise de conteúdo foram empregadas duas metodologias. A primeira é a metodologia desenvolvida pelo *Manifesto Research Group* (MRG). Metodologia elaborada para análise de manifestos e programas partidários. Consiste em uma análise quantitativa dos documentos através da classificação das *quasi-sentence* em uma das cinquenta e seis categorias de análise pré-determinadas. O MRG desenvolveu uma escala de posicionamento ideológico dos partidos, Rile, a partir da seleção de algumas categorias analíticas, a qual também foi aplicada para os partidos estudados. A outra metodologia utilizada foi análise de conteúdo qualitativa, através da identificação dos principais temas presentes e a posterior comparação entre as ênfases dadas pelos partidos. Os resultados das análises feitas demonstram os posicionamentos e temas abordados pelos partidos. Os partidos chilenos apresentam postura mais contundente de direita. São partidos com postura mais conservadora nas questões sociais e morais, em comparação aos partidos brasileiros e o uruguaio. Todos os partidos trazem valores identificados como tradicionalmente sendo de direita, como a defesa da liberdade individual e postura social conservadora, porém diferentes ênfases. Os partidos de direita colocam o Estado com uma presença mínima na economia, mas responsável por políticas públicas de qualidades, principalmente saúde e educação.

PALAVRAS-CHAVE: programas partidários; ênfases programáticas; direita; ideologia; partidos políticos.

ABSTRACT

This study analyzed the content of party programmes of right-wing parties. The objective was to identify the differences in approaches and positions on some selected topics, between parties situated on the right-wing ideological spectrum. The parties were studied: Democratas (DEM) and Partido Progressista (PP) from Brasil, Partido Nacional (PN) from Uruguai, Unión Demócrata Independiente (UDI) and Renovación Nacional (RN) from Chile. We sought public documents provided by the political parties to submit their political positions. Were used supporters programs, manifests and policy statements of those parties. For the content analysis two methods were employed. The first is a methodology developed by the Manifesto Research Group (MRG). Methodology developed for the analysis of party manifests and programs, which consists of a quantitative analysis of the documents by the classification of quasi-sentence in one of the fifty-six predetermined categories of analysis. MRG has developed a range of ideological positioning of parties, Rile, from the selection of some analytical categories, which was also applied to the studied parties. Other methodology used was qualitative content analysis, by identifying the main themes present and later compare the emphases given by the parties. The results of the analysis show the positions and issues addressed by the parties. Chilean parties have more forceful posture right. Parties are more conservative stance on social and moral issues, compared to Brazilian and Uruguayan parties. All parties bring values identified as traditionally being right, as the defense of individual freedom and social conservative posture, but different emphases. The right-wing parties put the state with a minimal presence in the economy, but responsible for public policies qualities, especially health and education.

KEYWORDS: party programmes; programmatic emphasis; right wing party; ideology; political parties.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: ESPECTRO IDEOLÓGICO SEGUNDO BOBBIO	19
FIGURA 2: GENEALOGIA DOS PARTIDOS DE DIREITA BRASILEIROS	36
FIGURA 3: ETAPAS DA ANÁLISE DE CONTEÚDO	62
FIGURA 4: POSICIONAMENTO DOS PARTIDOS NA ESCALA DIREITA- ESQUERDA	73

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: PRINCÍPIOS DO CONSERVADORISMO	23
QUADRO 2: DOMÍNIOS E CATEGORIAS DO MRG/CMP	58
QUADRO 3: COMPOSIÇÃO DA ESCALA ESQUERDA-DIREITA.....	59
QUADRO 4: O ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS	76
QUADRO 5: O ESTADO E ECONOMIA	78
QUADRO 6: POSICIONAMENTOS SOBRE DEMOCRACIA.....	81
QUADRO 7: FAMÍLIA E MULHER NOS DOCUMENTOS PARTIDÁRIOS	83
QUADRO 8: PARTIDOS E FORÇAS ARMADAS	85

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: PARTIDOS E % EM CADA DOMÍNIO	66
TABELA 2: PORCENTAGEM DE TEXTO (NAS CATEGORIAS DE DIREITA) NOS DOCUMENTOS PARTIDÁRIOS.....	69
TABELA 3: PORCENTAGEM DE TEXTO (NAS CATEGORIAS DE ESQUERDA) DOS DOCUMENTOS PARTIDÁRIOS.....	71
TABELA 4: CÁLCULO DA POSIÇÃO NA ESCALA DIREITA-ESQUERDA: % TOTAL DO TEXTO DEDICADO ÀS CATEGORIAS	72

LISTA DE SIGLAS

CD	Câmara dos Deputados
DEM	Democratas (2007 – ??)
MRG/CMP	<i>Manifesto Research Group/ Comparative Manifesto Project</i>
PC	Partido Colorado
PDC	Partido Democrata Cristão (1988 – 1993)
PDS	Partido Democrático Social (1980 – 1993)
PFL	Partido da Frente Liberal (1985 – 2007)
PGT	Partido Geral dos Trabalhadores (1999 – 2002)
PL	Partido Liberal (1987 – 2006)
PN	Partido Nacional
PP	Partido Progressista (1993 – 1995)
PP	Partido Progressista (2003 – ??)
PPB	Partido Progressista Brasileiro (1995 – 2003)
PPR	Partido Progressista Reformador (1993 – 1995)
PR	Partido Progressista Reformador (1993 – 1995)
PR	Partido da República (PL + PRONA) (2006 – ??)
PRONA	Partido da Reedificação Nacional (1989 – 2007)
PSD	Partido Social Democrático (2011 – ??)
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira (1988 – ??)
PST	Partido Social Trabalhista (1988 – 1993) número no TSE 52
PST	Partido Social Trabalhista (1996 – 2002) número no TSE 18
PT	Partido dos Trabalhadores (1980 – ??)
PTR	Partido Trabalhista Renovador (1990 – 1991)
RN	Renovación Nacional
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UDI	Unión Demócrata Independiente

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 DEBATES SOBRE OS CONCEITOS DE DIREITA E “NOVA DIREITA”	17
2.1 O CONCEITO DE DIREITA NA CIÊNCIA POLÍTICA	17
2.2 “NOVA DIREITA”: DESAFIO CONCEITUAL.....	23
2.3 QUESTIONAMENTO SOBRE O USO DOS CONCEITOS.....	28
2.4 CONCLUSÕES	30
3 A DIREITA NA AMÉRICA LATINA	32
3.1 DIREITA NA AMÉRICA LATINA	32
3.2 PARTIDOS DE DIREITA NO BRASIL	34
3.2.1 Democratas	37
3.2.2 Partido Progressista	39
3.3 PARTIDOS DE DIREITA NO CHILE	41
3.3.1 Unión Demócrata Independiente	43
3.3.2 Renovación Nacional.....	45
3.4 PARTIDOS DE DIREITA NO URUGUAI	46
3.4.1 Partido Colorado	48
3.4.2 Partido Nacional	51
4 MATERIAL E MÉTODOS	53
4.1 MATERIAL.....	53
4.2 METODOLOGIAS	55
4.2.1 Metodologia do Manifesto Research Group	56
4.2.2 Análise de Conteúdo qualitativa	62
5 ANÁLISE DOS DOCUMENTOS COM A METODOLOGIA DO MANIFESTO RESEARCH GROUP.....	65
5.1 DOMÍNIOS DO MRG	65
5.2 APLICAÇÃO DA ESCALA RILE NOS PARTIDOS DE DIREITA	68
5.3 CONCLUSÃO	73

6 ANÁLISE QUALITATIVA DO CONTEÚDO DOS DOCUMENTOS	
PARTIDÁRIOS	75
6.1 TEMAS PRESENTES NOS DOCUMENTOS.....	75
6.1.1 Estado e economia.....	75
6.1.2 Sistema político	79
6.1.3 Comportamento e moralidade	81
6.1.4 Forças Armadas	84
6.2 CONCLUSÃO	86
7 CONCLUSÃO	88
REFERÊNCIAS.....	91
APÊNDICES	95
ANEXOS	107

1 INTRODUÇÃO

Os estudos sobre os partidos políticos constituem uma área de grande relevância para a ciência política. A importância dos estudos partidários se faz tanto pela longevidade e quantidade da sua produção, além de possuírem um papel fundamental nas democracias.

Os estudos partidários, de maneira geral, possuem abordagens sobre as histórias dos partidos, sua organização e função nas esferas eleitoral, legislativa e governamental. A análise pode ser um partido em si, ou estudos comparativos entre partidos de um mesmo país ou países distintos.

Partidos como objeto de estudo sempre foram amplamente investigados, porém não esgotados. O posicionamento ideológico dos partidos é recorrente em vários estudos. A ideologia, enquanto variável, nos estudos desenvolvidos pela comunidade acadêmica ao longo dos anos têm se dedicado de maneira desigual entre partidos de esquerda e partidos de direita. O cenário da produção científica é rico em estudos sobre a esquerda, resultando num número, comparativamente, baixo de trabalhos sobre partidos de direita, em especial nesse caso a América Latina (GONZÁLEZ, 2013; RIVAROLA, 2008; ALVES, 2009; LUNA; ROVIRA, 2011; MAINWARING, MENEGUELO, POWER, 2000; PIERUCCI, 1999).

Os estudos partidários por muito tempo tinham como foco os partidos europeus ou norte-americanos. Os questionamentos deslocados para o contexto específico da América Latina trazem novos conhecimentos. Trabalhos já feitos com este novo enfoque demonstraram particularidades importantes para os estudos partidários, destacando contribuições tanto de ordem empírica quanto teórica. A importância em estudar partidos políticos na América Latina se faz pela relativa escassez de estudos com enfoque nestes países, cenário que vem alterando nos últimos anos. Parte da explicação para o desequilíbrio de produção estão nos contextos históricos, afinal, a América Latina conta com um sistema democrático muito jovem se comparado com as democracias norte-americana e da Europa ocidental.

Sobre o contexto das diferenças nas produções de estudos partidários a favor da esquerda e a despeito da direita na América, Rivarola (2008) aponta

que tal desvantagem pode ser resultado da estratégia da própria direita. De acordo com Rivarola, a direita na região não apresenta partidos relevantes que assumam abertamente a sua identidade ideológica. Coloca que se trata, primeiro, de uma consequência do período autoritário e do legado que a ditadura deixou para os partidos de direita; e, segundo, do insucesso das políticas neo-liberais adotadas por tais partidos uma vez no governo no fim dos anos 1990. Ao contrário, a esquerda possui uma identidade e preferência pública com vários partidos e personalidades líderes na região. Apesar de haver mais estudos sobre a esquerda na América Latina, quem permaneceu por mais tempo no poder no século XX foi a direita, exercendo maior influência sobre os regimes políticos e econômicos da região.

A afirmação da existência de, no mínimo, dois posicionamentos ideológicos, esquerda e direita, na política é recorrente. Está presente tanto no meio acadêmico como na prática política cotidiana e nas suas análises, das mais sofisticadas e especializadas às mais empiristas dos eleitores no cotidiano político.

A proposta desse trabalho surgiu a partir da observação e do cruzamento desses dois pontos: da afirmação da existência “de uma” ou “da” direita, e da ausência de estudos que a tenham como objeto. Weyland (2010) escreveu que na América Latina não existe “a” esquerda, mas distintas esquerdas e se empenhou em demonstrar como a esquerda da Venezuela e da Bolívia se distanciam da esquerda do Brasil e do Chile na atualidade, por exemplo. Se há estudos sobre a esquerda, necessariamente para contrapor-la há que se estudar a direita.

O trabalho parte do anteposto afirmativo da existência da direita. Logo, de modo mais simples e objetivo, as perguntas que movem este trabalho são: *o que pensa a direita* ou *o que pensam as direitas?* – no caso de descobrirmos que elas são distintas e não unas tal como verificou Weyland sobre as esquerdas. Ou seja, quais os pressupostos ideológicos da direita na América Latina.

Emergem também questões que perpassam o estudo, relacionados à definição de uma identidade da direita: i) sobre se há uma identidade própria da direita, ou se o seu campo político é apenas uma redução de esferas negadas pela esquerda na América Latina; ii) se há discurso ideológico nos conteúdos

dos seus documentos, ou é apenas um grupo político com finalidades pragmáticas.

Para responder às questões foram selecionados três países: Brasil, Chile e Uruguai. O recorte proposto quanto ao número foram de dois partidos em cada país. Para a identificação de quais seriam os partidos estudados foi levado em consideração: i) partidos mais relevantes/viáveis eleitoralmente (partidos com representatividade); ii) partidos que se originaram e se consolidaram sempre no espectro mais à direita do sistema partidário e iii) os mais consolidados temporalmente, com mais tempo de formação do partido. Os partidos que atendiam a estes critérios foram: do Brasil o Democratas e o Partido Progressista; do Chile o Unión Demócrata Independiente e o Renovación Nacional; do Uruguai o Partido Nacional e o Partido Colorado.

Posto isso, foi definido qual seria o material utilizado. Para atender a pergunta, foram selecionados os documentos partidários que apresentem os pressupostos ideológicos e que sejam públicos. Ou seja, são documentos atuais e acessíveis a qualquer eleitor que tenha por interesse conhecer as ideias defendidas pelo partido. Foram identificados: Manifestos Partidários, Programas Partidários, Declarações de Princípios, Ideários e Diretrizes Partidárias. Dos seis partidos previamente selecionados, apenas um não atendeu aos critérios quanto à disponibilidade do material. Não foi possível localizar o documento com declarações do posicionamento ideológico do Partido Colorado do Uruguai. Assim foram analisados cinco partidos, de três países, totalizando oito documentos.

Para desenvolver a questão central foram aplicadas duas técnicas de análises de conteúdo nos documentos. Uma é aplicação de uma metodologia quantitativa e a outra é qualitativa. A opção por duas técnicas é para ampliar a exploração sobre o material, sendo complementares, e assim aumentar a precisão na resposta.

A primeira análise foi o tratamento quantitativo para dados qualitativos, onde foi aplicada a técnica desenvolvida pelo Manifesto Research Group (MRG). O MRG foi lançado em 1979, vinculado ao European Consortium for Political Research, com o objetivo de estudar os manifestos dos partidos europeus, hoje é mantido pelo Comparative Manifesto Project (CMP), no Wissenschaftszentrum, em Berlim, que possui um banco de dados de 923 partidos de

55 países (MANIFESTO PROJECT DATABASE, 2014). A técnica do MRG/CMP consiste na classificação das *quasi-sentence*¹, a unidade de análise, em uma das cinquenta e seis categorias, divididas em sete domínios de temas. Para análises que procuram determinar o posicionamento na escala ideológica, o MRG desenvolveu uma metodologia que consiste diferença da proporção de texto entre 26 categorias, divididas entre esquerda e direita.

A segunda técnica aplicada foi análise de conteúdo qualitativa, que consistiu na divisão do conteúdo dos documentos em eixos temáticos. Foi realizada uma divisão entre os temas comuns presentes nos documentos, sendo realizada a comparação dos posicionamentos sobre eles. A finalidade desta técnica é o aprofundamento da análise, através da demonstração mais detalhada do conteúdo e das nuances de posicionamento entre os partidos para cada tema. Foram definidos quatro eixos temáticos: i) Estado e economia; ii) Sistema político; iii) Comportamento e moralidade; e iv) Forças Armadas.

A estrutura do trabalho consiste primeiro na discussão dos conceitos de direita e “nova direita”, contemplando também o conservadorismo e seus princípios. A finalidade dessas discussões é a possível demarcação dos quais seriam os pressupostos ideológicos e temas da direita, ou da nova direita.

Para auxiliar na compreensão do estudo, foi realizada uma explanação sobre os partidos em questão, sua inserção e história nos sistemas partidários de seus países. O objetivo deste capítulo é apresentar uma contextualização dos partidos.

O quarto capítulo é dedicado ao detalhamento das técnicas e dos materiais utilizados neste trabalho. No capítulo subsequente é desenvolvida a análise quantitativa da metodologia do MRG/CMP. Com a demonstração dos resultados desta técnica, e com destaque para a aplicação da Escala Rile, para posicionamento ideológico, desenvolvida pelo MRG/CMP. O penúltimo capítulo deste trabalho é dedicado à análise qualitativa dos documentos, com a demonstração dos resultados das comparações entre eixos temáticos. Por fim, este trabalho se encerra com uma conclusão dos achados nesta pesquisa, da

¹ A *quasi-sentence* é a unidade de análise que pode ser uma frase, ou um período, curto ou longo, ou mesmo a sua decomposição que expresse um argumento, posicionamento ou questão política.

comparação do conteúdo presentes nos documentos programáticos dos partidos de direita do Brasil, Chile e Uruguai.

Com o caminho percorrido no trabalho, de suas discussões teóricas, da contextualização, até as diferentes análises do material, pretende-se apontar para uma resposta para a pergunta inicial, quais os temas trazidos pelos partidos de direita e as diferenças em seus posicionamentos.

2 DEBATES SOBRE OS CONCEITOS DE DIREITA E “NOVA DIREITA”

2.1 O CONCEITO DE DIREITA NA CIÊNCIA POLÍTICA

A procedência histórica da divisão ideológica esquerda-direita tem a sua origem numa divisão espacial no legislativo francês. Na França, quando os Estados Gerais transformaram-se na Assembléia Nacional Constituinte, em 1789, os delegados ligados à aristocracia e ao conservadorismo sentavam-se à direita, enquanto delegados ligados ao igualitarismo e reformismo social sentavam-se à esquerda. Essa distinção espacial, esquerda-direita, na Europa ao longo do século XIX, se refletiu em sinônimo para conservadorismo e liberalismo. Com a difusão da perspectiva marxista e a expansão do movimento operário, a esquerda passa a incorporar em seu conteúdo interesses da classe proletária. Os debates da social-democracia no final do século XIX e a Revolução Russa de 1917 levaram a direita a incorporar a burguesia, com a sua defesa do capitalismo. Nos anos de 1930, com o keynesianismo e as políticas distributivas do Estado de bem estar social, reforçaram a oposição entre liberdade de mercado e Estado interventor, deslocando o liberalismo para a direita. Ao longo dos tempos os termos foram se difundindo, sendo cada vez mais utilizados amplamente, em vários contextos políticos, sempre para distinguir dois posicionamentos opostos, algumas vezes, com variações como extrema-direita e extrema-esquerda, centro direita e centro esquerda.

Norberto Bobbio (2011) em seu livro *Direita e Esquerda*, desenvolve o que seriam os pressupostos que demarcariam os dois campos do espectro ideológico. Bobbio demonstra que a distinção entre os dois posicionamentos ideológicos se faz frente à questão da igualdade. Ressalta que é um conceito relativo, onde precisam ser consideradas três variáveis: i) igualdade entre quem; ii) em relação a que; iii) em quais critérios está embasada. A visão diante da questão da igualdade é o divisor entre a esquerda e a direita, porém elas apresentam gradações, moderados e extremistas, resultantes das diferentes posturas diante de uma segunda questão, a liberdade. Libertários-autoritários formam a outra diáde do espectro ideológico.

Entre os homens há tanto igualdades e desigualdades, e isto seria irrefutável. Os igualitários são aqueles que sabendo dessa condição valorizam aquilo que os faz iguais para criar a boa convivência. Os homens seriam mais iguais do que desiguais. Os inigualitários, também cientes do fato irrefutável, valorizam a diversidade para se ter uma boa convivência. Os homens seriam mais desiguais do que iguais. Esta oposição, por uma longa tradição, chamou-se de esquerda e direita.

Há igualdades-desigualdades sociais e naturais, e as diferentes defesas diante destas possíveis combinações é que refinam o espaço da esquerda e da direita.

Para a esquerda, as desigualdades são sociais, por isso são elimináveis. Destarte, mudanças são necessárias para que propiciem aos indivíduos igualdades. A esquerda vê na igualdade um ideal, um fim. Por vezes é atribuído a esquerda um “artificialismo”, que é o radicalismo quanto ao posicionamento de que todas as desigualdades são sociais, acreditando que o homem seja capaz de corrigir até as desigualdades naturais.

Para a direita as desigualdades são naturais as pessoas, por isso são inelimináveis. A direita é mais passível de aceitar aquilo que é natural, assim também o tradicional, o que traz a força do passado, do habitual.

A doutrina igualitária varia, pode ser mais ou menos, pois depende da extensão dos sujeitos interessados, do valor distribuído e do critério utilizado para a distribuição. Quanto à distribuição de bens, uma democracia social é mais igualitária do que uma democracia liberal. Pois além dos direitos de liberdade, a democracia social distribui também direitos sociais. Assim o Estado de estamentos é mais igualitário do que o Estado liberal, pois a distribuição ocorre segundo a necessidade dos indivíduos, e não segundo a sua posição, o que ocorre no Estado liberal.

O ideal de liberdade é tema constante das teorias e ideologias políticas, e é a segunda questão fundamental para se entender as gradações da esquerda e da direita. A igualdade apresenta três variáveis (entre quem? em relação a quê? com qual critério?), a liberdade também não é una. A liberdade pode ser: i) liberdade de querer, questão do livre arbítrio; ii) liberdade de agir, que é de interesse da filosofia política, e que pode apresentar três sentidos:

liberdade negativa, liberdade de agir propriamente dita, e liberdade autonomia/obediência às leis.

As liberdades são genéricas e ambíguas. Não existe uma liberdade geral, é necessário colocar de qual está se referindo (liberdade de opinião, de reunião, de associação, de imprensa, etc.). Ter uma liberdade igual a todos não se refere apenas que todos tenham as mesmas liberdades singulares, e sim que todos possam usufruí-las do mesmo modo. A doutrina liberal tem como princípio que um indivíduo desfrute de todas as liberdades usufruídas pelos demais, porém na sua prática ela é incapaz de garantir este princípio, pois para isso seria o caso de adotar medidas igualitárias limitadoras. Pois só é possível garantir igualdade entre os indivíduos se tomar alguma medida, que de certa forma será limitadora para outro indivíduo.

Nesse ponto Bobbio ressalta que não há simetria entre os conceitos de liberdade e igualdade. A igualdade é uma relação, se faz entre dois ou mais indivíduos. A liberdade é um status da pessoa, refere-se sempre ao próprio indivíduo, *o indivíduo é livre*. Já igualdade é relacional, *indivíduo é mais ou menos igual a outro indivíduo*.



FIGURA 1: ESPECTRO IDEOLÓGICO SEGUNDO BOBBIO

Aplicando as duas díades conceituais, Bobbio classifica as quatro partes do espectro ideológico em: a) extrema-esquerda: que são movimentos igualitários e autoritários (jacobinismo); b) centro-esquerda: movimentos igualitários e libertários ("socialismo liberal", partidos social-democratas); c) centro-direita:

movimentos libertários e inigualitários, este que Bobbio chama de igualitarismo mínimo, o ideal da igualdade diante da lei, ou aplicação imparcial das leis, e à igual liberdade (partidos conservadores); d) extrema-direita: movimentos antiliberais e anti-igualitários (Fascismo, Nazismo).

O autor ressalta que a realidade é mais complexa que esses dois critérios. Porém são fundamentais para preservar a distinção entre esquerda e direita e demonstrar que não são movimentos e doutrinas homogêneas, e até em situações excepcionais de crises serem potencialmente aliados (2011, p. 135).

A direita, como já demonstrado por Bobbio, assume uma postura de aceitação natural das diferenças, assim carrega posturas sociais conservadoras. Traz consigo a defesa das distinções e hierarquias sociais. O conservantismo é para a direita uma proposta de sociabilidade. As hierarquias e diferenças sendo naturais elas também estariam presentes nas relações entre os indivíduos, sendo próprias da sociedade. Assim, desde a sua origem, para além de uma fórmula de governo, a direita com seu pensamento, mentalidade e sensibilidade produzem uma concepção global de sociedade, vinculado a certo modo sociabilidade.

A partir da segunda metade dos anos 70 houve uma mudança na percepção sobre as diferenças entre os indivíduos, passou-se a assumir de forma ampla que todos são portadores de valores e características culturais, físicas e sociais próprias. Essa rotação no enfrentamento da questão refletiu diretamente na percepção sobre os direitos dos indivíduos, que todos são também diferentes em seus direitos, chamado “direito à diferença”.

Toda essa transformação alterou de forma significativa, até mesmo permanente, os pressupostos ideológicos dos movimentos e grupos de esquerda. A esquerda que por vezes negava a existência da diferença, ou a reduzia o máximo possível, passa aceitar a irrefutabilidade da sua existência, e a transforma em ponto central suas principais lutas políticas.

Os modos distintos de operacionalizar a diferença passam a ser centrais para a compreensão dos espaços de atividades da direita e da esquerda.

A “nova esquerda” defende o “direito à diferença”. Na emergência dos novos movimentos sociais, que dão legitimidades e valorizam as diferenças, carregam em suas bandeiras políticas expressões como: “respeito às diferenças”; “convívio com as diferenças”; “preservação das particularidades culturais”.

O discurso da diferença que antes habitava apenas no núcleo do conservadorismo passa a existir também na esquerda (PIERUCCI, 1999).

Diante de toda essa transformação na atmosfera ideológica Flávio Pierucci (1999) busca estudar a direita política no Brasil, através de uma pesquisa sobre a base eleitoral e o voto conservador da direita em São Paulo, nos anos 80 e 90, realizada por meio de entrevistas em profundidade com eleitores de classe média baixa. Nos resultados da pesquisa, o autor chama atenção especial a questão da diferença, presente nos discursos dos eleitores. Em seu livro, *Ciladas da diferença*² (1999) Pierucci compila e atualiza seus artigos publicados entre 1987 e 1995 sobre essa pesquisa.

Pierucci ao analisar as entrevistas com os eleitores encontrou posicionamentos e convicções semelhantes às identificadas entre conservadores britânicos do final dos anos 1940, expostas no estudo de Hans Eysenck³. O que chama atenção é a existência de similaridades entre os discursos mesmo com as diferenças temporais e sociais entre os dois contextos. Destarte, afirma o autor que há atitudes de direita que perpassam contextos e demonstram haver uma estrutura invariante em seu pensamento, não podendo ser negada a existência de uma direita conservadora no Brasil.

O conservadorismo não se apresenta enquanto uma corrente de pensamento formulada a partir de pressupostos teóricos, e nem é visto com este fim, e sim decorre de um conjunto de ações, ou reações às ameaças a ordem social já posta, por tradição.

Em geral, não contém a mentalidade conservadora, por si própria, predisposição teorizante. Parte de uma pragmática de que não cumpra divagar sobre as situações em que se encontram os homens naturalmente ajustados[...]

Mas o ataque ideológico de um grupo social, a prenunciar uma nova era, ou que represente interesse de grupos sociais ascendentes é que provoca no espírito conservador os turbidos receios quanto à segurança de seu poder, dando margem a determinadas reações teóricas. (MERCADANTE, 1968, p. 245).

² O título do livro, *Ciladas da diferença*, faz paralelismo ao que Pierucci retoma como *ciladas da igualdade*, que é o risco da defesa de um ideal de Homem universal, ou universalismo igualitário, que fez parte de regimes de extrema-esquerda. Neste sentido o autor retoma a expressão abstrata nudez, de Hannah Arendt, fazendo uma correspondência entre o risco de se considerar a igualdade e a diferença aos extremos.

³ EYSENCK, H. Social Attitude and Social Class. **British Journal of Sociology**, vol 1, n. 1, março, p. 56-66, 1950.

Para identificar os seus preceitos muitas vezes recorre à sintetização e a genealogia dos pensamentos e ações conservadoras. Edmund Burke tem obras que são as mais longevas influências sobre a identidade do pensamento conservador. As obras sempre referidas são o seu Discurso aos eleitores de Bristol de 1774, e Reflexões sobre a Revolução de França de 1789. Burke rejeita o ideal dos Direitos do Homem, e como também uma nova sociedade civil construída sobre tal ideal. Para Burke é mais sensato confiar na herança, ou nos direitos de um homem passados de pai para filho, ou seja, constituídos concretamente ao longo do tempo em uma sociedade, do que buscar um princípio abstrato do Homem. O conservadorismo está ligado ao empirismo, a sua filosofia política vem da realidade concreta da vida em sociedade. Outro autor, Michael Oakeshott, intelectual conservador do século XX, em seu texto *On Being Conservative* (1956), define que conservador é o indivíduo que prefere o que já foi experimentado à arriscar em algo que é novo. Porém, conservadorismo não seria uma ideologia ou teoria, e sim uma predisposição.

Melo, Lamounier e Valadres (2013), em estudo sobre os recentes movimentos políticos juvenis de direita no Brasil, lançaram mão no seu trabalho do conceito conservadorismo, e sintetizaram os princípios da mentalidade conservadora expostos por Russel Kirk⁴. Os quais também contribuem neste trabalho (QUADRO XX).

ORDEM MORAL	Um conservador crê que existe uma ordem moral duradoura. Esta ordem é feita para o homem, e o homem é feito para ela: a natureza humana é uma constante e as verdades morais são permanentes. Esta palavra ordem quer dizer harmonia. Há dois aspectos ou tipos de ordem: a ordem interior da alma e a ordem exterior do Estado. O problema da ordem tem sido uma das principais preocupações dos conservadores desde que a palavra conservador se tornou um termo político.
COSTUME, CONVENÇÃO E CONTINUIDADE	O conservador adere ao costume, à convenção e à continuidade. Os conservadores são defensores do costume, da convenção e da continuidade porque preferem o diabo conhecido ao diabo que não conhecem. Eles creem que ordem, justiça e liberdade são produtos artificiais de uma longa experiência social, o resultado de séculos de tentativas, reflexão e sacrifício. A necessidade de uma mudança prudente está na mente de um conservador. Mas a mudança necessária, redarguem os conservadores, deve ser gradual e discriminativa, nunca se desvencilhando de uma só vez dos antigos cuidados.
PRINCÍPIO DO PRÉ-	Os conservadores com frequência enfatizam a importância do <i>pré-</i>

⁴ KIRK, R. *The conservative mind: from Burke to Eliot*. Washington, D.C.: Regnery Publishing, 70ª ed. 2001.

ESTABELECIMENTO	<i>estabelecimento</i> – ou seja, as coisas estabelecidas por costume imemorial.
PRINCÍPIO DA PRU-DÊNCIA	Toda medida política deveria ser medida a partir das prováveis consequências de longo prazo, não apenas pela vantagem temporária e pela popularidade.
PRINCÍPIO DA VARIEDADE	Conservadores defendem que para que seja preservada uma diversidade sadia, devem sobreviver ordens e classes, diferenças em condições materiais e várias formas de desigualdade.
PRINCÍPIO DA IMPERFECTIBILIDADE	A natureza humana sofre irremediavelmente de certas falhas graves, bem conhecidas pelos conservadores. Sendo o homem imperfeito, nenhuma ordem social perfeita poderá jamais ser criada. Tudo o que podemos esperar razoavelmente é uma sociedade que seja sofrivelmente ordenada, justa e livre, na qual alguns males, desajustes e desprazeres continuarão a se esconder. Buscar a utopia é terminar num desastre, dizem os conservadores: nós não somos capazes de coisas perfeitas.
LIBERDADE E PROPRIEDADE	Conservadores estão convencidos de que liberdade e propriedade estão intimamente ligadas. Separe a propriedade do domínio privado e Leviatã se tornará o mestre de tudo. Sobre o fundamento da propriedade privada, construíram-se grandes civilizações.
COMUNIDADES VOLUNTÁRIAS	Os conservadores promovem comunidades voluntárias, assim como se opõem ao coletivismo involuntário. Na verdadeira comunidade, as decisões que afetam de forma mais direta as vidas dos cidadãos são tomadas no âmbito local e de forma voluntária.

QUADRO 1: PRINCÍPIOS DO CONSERVADORISMO
 FONTE: MELO, LAMOUNIER, VALADARES (2013)

Dessa forma, coloca-se aqui que conservadorismo está ligado aos pressupostos de manutenção de um padrão de sociabilidade construído ao longo do tempo. O conservadorismo está num primeiro momento ligado às relações interpessoais, que refletem num tipo de sociabilidade, e assim, num segundo momento, estendem-se a um conservadorismo na esfera política.

2.2 “NOVA DIREITA”: DESAFIO CONCEITUAL

Alterações ocorreram tanto nas bases ideológicas da esquerda na segunda metade dos anos de 1970, como nas da direita. A direita neste período pós anos 1970 em muitos trabalhos é identificado como “nova direita” (OLIVEIRA; BENETTI, 2014; GONZÁLEZ, 2013; ALVES, 2000; PIERUCCI, 1999). Essa expressão ganhou força a partir dos governos de Margareth Thatcher (1979) na Grã-Bretanha, e Ronald Reagan (1981) nos Estados Unidos.

A emergência desses governos e do neoliberalismo se fez ao fazer frente a contextos de ampla intervenção estatal nos âmbitos econômicos e so-

ciais. A Europa estava desde 1930 predominantemente sob governos social democratas, ou “*welfaristas*”, que conseguiram reduzir os problemas sociais, como desemprego em massa, pobreza, miséria e instabilidade. Porém esse modelo iniciou um processo de esgotamento no início dos anos 1970. Neste cenário inclui fatores como a crise do petróleo, hipertrofia da esfera financeira, e perda de peso econômico. O modelo passou então a ser alvo de críticas e crescente necessidade de modernização, dando espaço para mudanças. Assim o projeto neoliberal ganhou forças.

A mudança de ordem ocorreu em cima de três principais aspectos. O primeiro aspecto: político, perante o fim do comunismo soviético e a crise do projeto político e social da social democracia européia. O segundo: econômico, o acirramento da globalização financeira que reestruturou as formas de produção e acumulação capitalista. O terceiro: tecnológico, o avanço tecnológico nas áreas de comunicação, robótica, informação e transporte, que trouxeram impactos culturais, além de serem relevantes nos aspectos anteriores (OLIVEIRA; BENETTI, 2014).

Esquerda e direita passaram a disputar os discursos a cerca da democracia, desenvolvimento e direitos humanos. A diferença entre os dois grupos ideológicos passou a ser mais refinada. Os temas são os mesmos, porém a diferença está nas entrelinhas. Por isso é necessária atenção ao modo como cada grupo se articula, e articula seus discursos entorno de alguns conceitos. Pois implicitamente trazem uma teoria social que os embasa.

A “nova direita” enfoca que a função, extensão e exercício do poder político, o funcionamento da economia e as relações sociais, emergem a partir da liberdade individual e do mercado. A liberdade de escolha do individuo garante espontaneamente a harmonia entre as posições individuais, a solução para impasses coletivos, e uma justa distribuição de bens produzidos. Destarte, o mercado regularia as relações sociais e também limitaria a ação política e institucional.

A concepção de Estado para a “nova direita” é de Estado mínimo e não ausente. É um Estado com burocracia reduzida, estimulando assim a livre iniciativa, e principalmente não detentor de fatias do mercado, tanto na produção direta quanto na prestação de serviços à população. O Estado se aproximaria da economia enquanto garantidor da estabilidade da macroeconomia, através

de reserva de mercado, concessão de créditos para investimentos, e até políticas sociais para reciclagem profissional do trabalhador. O seu papel seria de parceiro da atividade empresarial. (OLIVEIRA; BENETTI, 2014).

Na América do Sul essa nova ordem veio com o neoliberalismo no final dos anos de 1980, sob as medidas do Consenso de Washington. Foram medidas e reformas econômicas destinadas a países subdesenvolvidos. O início foram com os governos de Alberto Fujimori, no Peru, Carlos Menem, na Argentina, Carlos Salinas, no México, e Fernando Collor, no Brasil.

A partir do final dos anos 1990 a América do Sul entra numa fase de expansão de governos de esquerda. O chamado “ciclo progressista” iniciou-se com a eleição de Hugo Chaves na Venezuela, em 1998. Esta nova fase é marcada pelo novo desenvolvimentismo que “apoia-se no processo de inclusão social, colocando a redistribuição e equidade em posição prioritária”⁵ (CEPÊDA, 2012 apud OLIVEIRA; BENETTI, 2014) somado com os efeitos positivos para a qualidade da democracia da implementação dessas políticas de distribuição e elevação de renda.

As políticas de redistribuição de renda ganharam espaço na opinião pública e trouxeram enforque internacional positivo para a região. As políticas de equidade e justiça social colocaram em xeque o paradigma do neoliberalismo. Esse novo cenário dificultou ainda mais a crise da direita na região.

Na busca pela identidade ideológica da direita na América do Sul, Oliveira e Benetti (2014) destacam uma questão que se faz central para esse trabalho, que a “nova direita” surgiu na Europa em oposição às questões ideológicas e políticas implantadas entre 1930 e 1970 pela esquerda européia. Porém a esquerda da América do Sul não teve a mesma trajetória e ação política da esquerda européia. A questão que se abre é: qual é a identidade ideológica dessa “nova direita” no contexto da América do Sul. Além de uma crise no campo eleitoral, com a perda de poder político e eleitoral, a direita se viu numa crise ideológica.

Os autores identificam a “nova direita” na América do Sul como sendo os governos que não possuem orientação ideológica e política dentro do “ciclo progressista”. Em seu estudo: “As novas direitas sul-americanas: análise das

⁵ CEPÊDA, V. **Inclusão, democracia e novo-desenvolvimentismo – um balanço histórico.** Estudos Avançados, vol.26, n.75, pp. 77-90, 2012.

experiências chilena e colombiana” realizam um estudo de conjuntura política do Chile, durante o governo de Sebastián Piñera (2010-2014) e da Colômbia, no governo de Juan Manuel Santos (2010-2014). O objetivo foi de instrumentalizar a ideia de “nova direita” como projetos políticos no continente. O resultado identificado foi que a “nova direita” traz uma atualização da velha direita, mas sem atingir o núcleo duro do conservadorismo. A representação do campo do conservadorismo continua com a direita, principalmente pela sua postura distanciada com movimentos sociais e as minorias.

Por mais que se perceba o desejo de incorporação de algumas políticas mais inclusivas, sobretudo, do ponto de vista econômico, e que se enquadram no contexto regional mais amplo, não existe – sequer no campo do discurso – um objetivo claro de reforma da democracia, que demonstre intuito de alargá-la e aperfeiçoá-la. (OLIVEIRA; BENETTI, 2014, p. 26).

A “nova direita” constrói seu discurso pautado na estabilidade e governabilidade, sem apontar para reformas dos processos democráticos. Descrição feita por González (2013) que em seu estudo buscou identificar a identidade da “nova direita” no Chile, a partir dos discursos de seus líderes, aponta que a principal característica da direita atualmente no Chile é: “el apoyo al modelo capitalista en lo económico y la mantención el pensamiento conservador en lo social.” (2013, p. 12). Ou seja, a “nova direita” se constrói em torno de uma tradição conservadora no âmbito social, com preferência por regimes políticos com sentido de autoridade e não autoritários, continua desconfiando das massas e vem buscando ser competitiva eleitoral e politicamente.

Alves (2000) ao trazer para o contexto brasileiro o debate busca identificar quais os conteúdos associados a “nova direita” através de seus eleitores. A autora reforça a afirmação feita anteriormente por Bobbio que a direita é plural e assim a “nova direita” também é. Esta afirmação é possível pela análise dos resultados que demonstraram haver duas direitas,

Há uma direita mais ideológica, mais politizada, que defende os interesses do *laissez-faire*, que não assume totalmente o rótulo “direita” mas que é no mínimo anti-esquerda, em geral identificada com as classes mais altas. [...] Há uma direita mais populista, personalista, que mobiliza apoio pelo viés apolítico dos temas da moralidade e pelas formas autoritárias de agir no espaço político, geralmente encontrando suas bases nas classes mais baixas. (ALVES, 2000, p. 221)

Além disso, identificou que a postura antigualitária está mais presente tanto nos eleitores menos escolarizados e mais pobres quanto nos das classes mais altas. Os temas que demarcam a diferença entre esquerda-direita são os da agenda neoliberal: estatização e privatização. Essa agenda neoliberal que é a principal corrente da “nova direita”, pois ela aglutina as demais direitas.

Singer (2002) aborda a questão da ideologia na esfera da prática política brasileira também a partir do eleitor. Confirmando a sua hipótese inicial que o eleitor brasileiro é capaz de posicionar os partidos na escala esquerda-direita, demonstrando que entendem o seu significado. O autor passa então a explorar quais os posicionamentos políticos dos eleitores de esquerda e de direita. O eleitor além da sua capacidade de operacionalização do espectro, também possui compreensão sobre os seus significados e crenças. O principal ponto de diferença entre esquerda-direita encontrado pelo autor é o modo como as mudanças sociais devem ocorrer. Ambos são a favor de uma sociedade mais igualitária. As crenças e valores encontrados para a direita são de que as transformações sociais devem ser promovidas pelo Estado, a fim de garantir a ordem em seu processo, e não por movimentos sociais, como defendido pela esquerda. O autoritarismo também aparece associado à direita, com o apoio à autoridade repressiva do Estado, principalmente no que se refere à manutenção da ordem. Enquanto a esquerda está ligada a ideia de contestação dessa autoridade. Singer também identifica nos eleitores de direita uma posição favorável a intervenção estatal na economia. Este forte apelo estadista da direita é explicada por Singer como fruto do Estado ser o único agente capaz de garantir estabilidades, e o qual pode intervir na economia para garantir crescimento econômico e gerir os serviços básicos. Esta direita Singer chama de “direita populista”

Pierucci (1999) ao falar da “nova direita” brasileira destaca o conteúdo conservador e moralista no discurso do seu eleitorado, “A nova direita prima por diagnosticar a crise geral do mundo contemporâneo como uma crise primeiramente cultural, uma crise de valores, de maneiras, crise moral.” (p. 85). Os eleitores conservadores trazem a recusa da igualdade. A preservação das diferenças sociais como forma da manutenção da ordem social, avessos a possíveis processos de mudanças sem o mínimo de ordem. Do Estado são

exigido melhores serviços públicos de saúde, educação, segurança pública, transporte coletivo estatizado, aposentadoria e seguro desemprego.

[...] as bases populares da direita política tendencialmente radical costuram seu consenso ideológico sob a predominância folgada de dois campos semânticos, estruturados em torno de dois motivos antiliberais: a reação antiliberalizante em moral familiar e a demanda antiliberal de maior intervencionismo do Estado na economia. (PIERUCI, 1999, p. 83).

Como exposto até aqui expressão “nova direita” denota uma nova forma de atuação política e de expressão da direita, resultante de novos contextos políticos, econômicos e sociais, especificamente pós 1970. As principais características da “nova direita” estão na manutenção do conservadorismo no campo social, a preservação da liberdade individual e do mercado. Mostra-se eleitoralmente viável na medida em que vem se desvinculando do passado autoritário e se incorporando às instituições democráticas. A atuação do Estado deve ser retraída e não ausente, ou seja, um Estado garantidor da estabilidade econômica, com reserva de mercado, concessões públicas, crédito para financiamento, e provedor de políticas sociais, como educação, saúde, públicos e de qualidade.

2.3 QUESTIONAMENTO SOBRE O USO DOS CONCEITOS

Os conceitos direita e esquerda são utilizados em diversos trabalhos para mapear espacialmente os partidos políticos, tanto em contextos e sistema políticos distintos, como também no mesmo. Porém os conceitos apresentam alterações ao longo dos anos. Benoit e Laver (2006) reforçam a importância no cuidado da utilização da escala de mensuração ideológica, pois ela envolve um conteúdo substantivo em cada categoria, que muitas vezes é tratado de modo “natural”, sem uma devida contextualização. Construir a escala esquerda-direita é construir uma escala de conteúdo substantivo.

O ponto central estaria nas trajetórias históricas específicas de cada país, que refletem nos seus sistemas partidários, e também a importância que

as dimensões econômicas e de políticas sociais tem na definição de esquerda-direita em cada contexto. Estas questões não invalidam estudos comparativos, apenas ressaltam ponderações necessárias. A saída é um ponto intermediário, seria a existência das *local policy dimensions*, ou seja, a relativização que cada dimensão tem em seu contexto (dimensões políticas social, econômica, étnica, etc.).

Como um exemplo deste cuidado com contextos políticos sociais específicos, Madeira e Tarouco (2011) demonstram que no Brasil após o regime militar o envolvimento, ou não, dos partidos com o regime refletia num enquadramento dos partidos como direita ou esquerda. E os partidos de considerados de direita buscavam uma auto-classificação de centro, numa tentativa de desvinculação com o antigo regime, identificada como “direita envergonhada”. Ao longo dos anos 1990 surgiram os debates sobre temas como privatizações e desregulamentação da economia, o que segundo Madeira e Tarouco fizeram deslocar a identificação dos partidos de uma dimensão histórico-político para uma dimensão econômica. Ainda para os autores outro fato deve ser considerado, que a cada nova geração a vinculação com o antigo regime diminui, assim a influência do antigo regime com o passar do tempo tende a diminuir⁶. Wiesenhomeier e Benoit (2007 citado por Madeira e Tarouco, 2011) em análise sobre o posicionamento dos partidos e dos presidentes de 18 países da América Latina, identificaram que no caso do Brasil as questões de privatização, globalização e liberdade individuais apresentam a mesma importância. Assim em seu trabalho Madeira e Tarouco afirmam que a dimensão/critério que apresenta maior poder explicativo é a dimensão econômica (como o grau de ingerência do Estado na economia), o que estaria dentro da “definição clássica” na literatura de esquerda-direita. A mensuração dos partidos em esquerda-direita correlacionado com dimensões das políticas econômicas e das políticas sociais é positiva na maioria dos países estudados, como o do oeste europeu, Estado Unidos, Canadá e Austrália, porém em países como os do leste europeu, Ja-

⁶ Madeira (2006 citado por Madeira e Tarouco, 2011) demonstra em estudo da Câmara dos Deputados, o decréscimo dos deputados remanescentes da ARENA e do MDB. Em 1982 eram 82%, em 1986 61%, em 1990 47%, em 1994 33%, 1998 26% e em 2002 20%. Porém essa substituição é mais acelerada entre os não ocupantes de cargos de liderança política, ou seja, o estudo aponta que os postos de lideranças no interior da Câmara estariam ainda no controle dos remanescentes.

pão, Israel e Turquia, isso não ocorre de forma automática (MADEIRA; TAROUCO, 2011, p. 177).

Ciente dos possíveis questionamentos que possam surgir quanto à operacionalização do conceito de direita, especificamente na América Latina, este trabalho procura contribuir para a discussão deste conceito. O meio que se busca é a somatória da contextualização política dos países da região, e principalmente feito pelo levantamento dos temas e posicionamentos políticos dos partidos classificados como direita. Assim, com o devido cuidado de todas as ressalvas e limites, sabendo do seu caráter relacional, ainda é atual a sua utilização.

2.4 CONCLUSÕES

Dentro do contexto da América Latina, a “nova direita” ganha ainda mais traços próprios. Pois, a expressão “nova direita” surgiu da resposta liberal aos anos de governos mais a esquerda na Europa entre 1930 e 1970, que resultaram em mudanças nas políticas sociais, como o Estado do bem estar social. A América Latina não teve a mesma trajetória política do velho continente, aqui os governos de esquerda só chegaram ao poder no final da década de 1990. A direita foi o grupo que dominou os governos da região no século XX, esse cenário de estabilidade e dominação nas disputas políticas do período pode ter contribuído para uma menor ênfase em projetos de estruturação e organização política, com bases em pressupostos ideológicos. Com o surgimento de governos progressistas na região, a direita entrou num processo de enfraquecimento político e ideológico.

Hoje podemos observar que a expressão “nova direita” carrega questões presentes da direita “clássica”, como os princípios conservadores, especialmente os voltados para questões sociais e morais, e o “novo” se faz principalmente na sua visão sobre o papel do Estado. Não nega a necessidade da sua atuação, porém é restrita a alguns campos. É um Estado provedor das condições sociais básicas a todos os cidadãos, através de serviços básicos, como saúde, educação, moradia, porém sem interferir no princípio da liberdade

individual. Na economia é um Estado garantidor de mercado e estabilidade, provedor de mão de obra e da sua qualificação. Mas não um Estado “empresário”, ou seja, é um Estado que não exerce atividades sobre produção de bens. Estado com burocracia reduzida, onde ao indivíduo possa ser garantido à livre iniciativa. Todas as ações do Estado são voltadas para a melhoria da condição de vida das pessoas, por isso devem ser geridas unicamente pelo Estado e não por movimentos sociais, como forma de garantir a estabilidade nas mudanças. A “nova direita” não se restringe ao neoliberalismo econômico, traz consigo uma onda de conservadorismo social (ALVES; 2000). O conservadorismo é observado na defesa da forma dos processos de mudanças sociais, e também âmbitos familiares e da vida privada dos indivíduos, questões como religião, conceito de família e sexualidade.

3 A DIREITA NA AMÉRICA LATINA

Este capítulo busca apresentar a contextualização sobre a direita na América Latina, em especial no Brasil, Chile e Uruguai. Será apresentada a trajetória dos partidos de direita dos países estudados.

3.1 DIREITA NA AMÉRICA LATINA

Segundo Middlebrook⁷ (2000 citado por MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000) no século XIX em vários países da América Latina os posicionamentos políticos dos partidos conservadores se davam em geral em defesa dos privilégios e direitos da Igreja. Já no Brasil havia proximidade entre o Estado e a Igreja em muitas questões, os conflitos entre eles não refletiam em clivagem conservador/liberal no Brasil.

Segundo os autores para uma análise comparativa do período pré-1930, é importante distinguir os países em dois grupos. O primeiro de países que apresentaram uma expansão e consolidação mais prematura da competição e da participação política. O segundo grupo seria de países que passaram por esses processos mais tardiamente. No primeiro caso, os conservadores precisaram se organizar em partidos de massa para ganhar a simpatia popular para se manter no poder. Já no segundo caso, não houve o incentivo para a criação de partidos amplos e de grande apoio popular.

No primeiro grupo encontram-se países como Argentina, Chile e Colômbia. No Chile e na Colômbia, os partidos conservadores se consolidaram junto com o processo de expansão do sufrágio, durante o século XIX e início do século XX. Na Argentina nenhum partido de direita conseguiu se tornar nacionalmente competitivo após o colapso do Partido Conservador, em 1912 (MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000).

⁷ MIDDLEBROOK, K. **Conservative Parties, the Right, and Democracy in Latin America**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2000.

No segundo grupo de países estão Brasil, El Salvador, Peru e Venezuela. No cenário com o sufrágio ocorrendo mais tardiamente, as elites tiveram pouca necessidade de ampliação dos seus partidos. Caracterizando a política desses países como personalista, com regimes autoritários. No Brasil, os conservadores mantiveram-se no poder através de governos civis, fortemente personalistas e clientelistas, principalmente nos estados, o que muitas vezes resultava numa dominação autoritária. No caso da Venezuela e El Salvador a ordem política era autoritária. Os conservadores brasileiros e venezuelanos passaram a investir na formação de partidos de massa por volta de 1945, quando fizeram a passagem do sistema político autoritário e oligárquico para a democracia. Porém o cenário político posterior para os conservadores dos dois países se construiu de forma distinta. No Brasil, os partidos conservadores e de centro não enfrentaram sérias ameaças até 1963-1964, sendo dominantes eleitoralmente. Na Venezuela, os conservadores já eram desafiados pelos governos de tendência à esquerda desde 1945-1948 (MAINWARING; MENEGUELO; POWER, 2000, p 20).

Uruguai, caso de maior estabilidade e continuidade política na América Latina, foi o primeiro país do continente a instalar a República. E desde 1836, tem-se os dois principais partidos .

Na década de 1970, vários países da América Latina passaram por regimes autoritários. Os partidos de direita foram em muitos casos os apoiadores diretos desses regimes, ou fizeram parte dos seus governos. Logo após esse período, a direita que esteve no poder em alguns países, adotou a política neoliberal.

No início do século XXI, a região iniciou um ciclo de governos progressistas, ou de partidos de esquerda. Este ciclo começou com a eleição de Hugo Chaves na Venezuela, em 1998. Esses países são: Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, Peru, Uruguai e Venezuela. O Chile estava sob governo do bloco de centro e centro-esquerda desde 1990, em 2010 a coalizão de direita assumiu a presidência, mas já em 2014 a esquerda voltou a vencer a disputa eleitoral para presidente. No Paraguai o processo foi inverso ao do Chile, a exceção foi o governo de esquerda entre 2008 e 2012. A Colômbia é o caso fora deste ciclo, pois é um país em que partidos de esquerda não conseguiram se organizar, vivendo sob perseguição política desde 1950 (OLIVEIRA; BENETTI, 2014).

Nos últimos quinze anos a direita passou por um processo de enfraquecimento das suas forças políticas na região, porém ainda presente em disputas eleitorais.

3.2 PARTIDOS DE DIREITA NO BRASIL

Mainwaring, Meneguello e Power (2000), no trabalho sobre os partidos conservadores no Brasil, partem da defesa de quatro teses sobre esses partidos. A primeira é que os partidos de direita apresentam sucesso na sua manutenção no poder político. A segunda, que se comparados aos demais, os partidos de direita apresentam características distintivas, como apoio a políticas econômicas neoliberais, e posicionamento conservador quanto à segurança pública, aborto e moral familiar. A terceira, que os partidos de direita apresentam diferenças entre eles, o que podemos chamar de dois grupos, um com uma maior articulação e coerência de seus discursos conservadores, obtendo apoio de eleitores mais escolarizados e de regiões mais desenvolvidas, e outro grupo, partidos com menor ênfase ideológica e mais clientelistas, com base eleitoral em municípios pequenos e com eleitores menos escolarizados. A quarta tese são as mudanças do pólo conservador no espectro partidário, uma são as oscilações no poder eleitoral que os partidos vem sofrendo ao longo dos anos, outra é a maior proximidade com o regime democrático no período pós-1985, e mudança na sua base eleitoral com a diminuição da dependência das regiões mais pobres.

No Brasil, no século XIX, no Império, a clivagem de partidos conservadores/liberais não se apresentavam como um reflexo das divergências entre Estado e Igreja. As elites políticas dos dois partidos compartilhavam de um posicionamento secular, não entrando em conflito com questões religiosas (MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000, p. 17). Assim, comparativamente, ao contrário das disputas que ocorreram na América espanhola, a ausência desses conflitos entre Estado e Igreja no Brasil, ajudou a proporcionar uma maior estabilidade política. No Brasil a clivagem Liberais e Conservadores se fazia mais por questões pessoais do que políticas. Os partidos Liberal e Con-

servador nunca mais ressurgiram após a sua dissolução com o golpe militar de 1889.

O período da República Velha (1889–1930) foi marcado pela descentralização do poder para os estados. Não havia nenhum partido organizado nacionalmente, os partidos eram organizados nos estados. Porém com a chegada da República não alterou a ordem política, pois os partidos continuaram elitistas e conservadores, sendo máquinas patrimonialistas e clientelistas. Com o Partido Republicano em todos os estados, os conservadores mantiveram a hegemonia por meio de governos civis.

Na República de 1946 houve a expansão do sufrágio, pela primeira vez os conservadores precisaram de apoio eleitoral popular. Devido à política personalista, obtiveram grande êxito eleitoral. Para Mainwaring, Meneguello e Power (2000, p. 20) o Brasil foi o país da América Latina em que a direita teve mais sucesso eleitoral, ganharam a Presidência em 1945 e 1960 e nos anos 40 e 50 dominaram as eleições do Congresso. No período de 1946 – 1964 haviam seis partidos de direita no Brasil. A UDN – União Democrática Nacional - era o principal partido de direita, fazia oposição a Vargas e às suas políticas populistas. No início do período, angariava voto em grande parte nas zonas rurais e nos pequenos municípios. Com o tempo, cresceu no eleitorado de classe média e das áreas urbanas, em especial no estado do Rio de Janeiro. O seu discurso era antiestatista e vagamente liberal (MAINWARING, 2000, p. 21). Os demais partidos de direita neste período foram: PR – Partido Republicano; PL – Partido Libertador; PRP – Partido da Representação Popular; PDC – Partido Democrata Cristão; e PSP – Partido Social Progressista.

No período do regime militar, os partidos passaram por uma fase bipartidarismo, de 1966 a 1979. As novas regras colocavam que para formar um partido eram necessários pelo menos 20 senadores e 120 deputados federais. Havia apenas duas agremiações com representatividade na arena política. O MDB – Movimento Democrático Brasileiro – era o partido de oposição ao regime, e a Arena – Aliança Renovadora Nacional – era o grupo dos partidários de direita e apoiadores ao regime. Diante do enfraquecimento do sistema adotado, como uma tentativa de manutenção da maioria, em 1979 inicia o processo de volta ao multipartidário, a expectativa era que o MDB sofresse divisões e com isso enfraquecesse o grupo contrário ao regime.

O MDB diminuiu de tamanho e se reorganizou no PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Porém não houve o enfraquecimento da ala de oposição, como era o esperado pelo grupo do regime militar. Nesse processo surgiram outros partidos oposicionistas, foram criados: o PT – Partido dos Trabalhadores; o PP – Partido Popular, que se fundiu ao PMDB em 1981; ressuruiu o PTB – Partido Trabalhista Brasileiro, e foi criado o PDT, ambos disputaram o legado de trabalhista de Vargas.

Da Arena o herdeiro direto foi o PDS – Partido Democrático Social. Logo após as eleições de 1982 o partido começou apresentar divisões internas, que resultaram na criação do PFL, em 1984. A partir de 1985 foram criados outros partidos oriundos do PDS, como o PDC – Partido Democrata Cristão – e o PL – Partido Liberal (FIGURA XX).

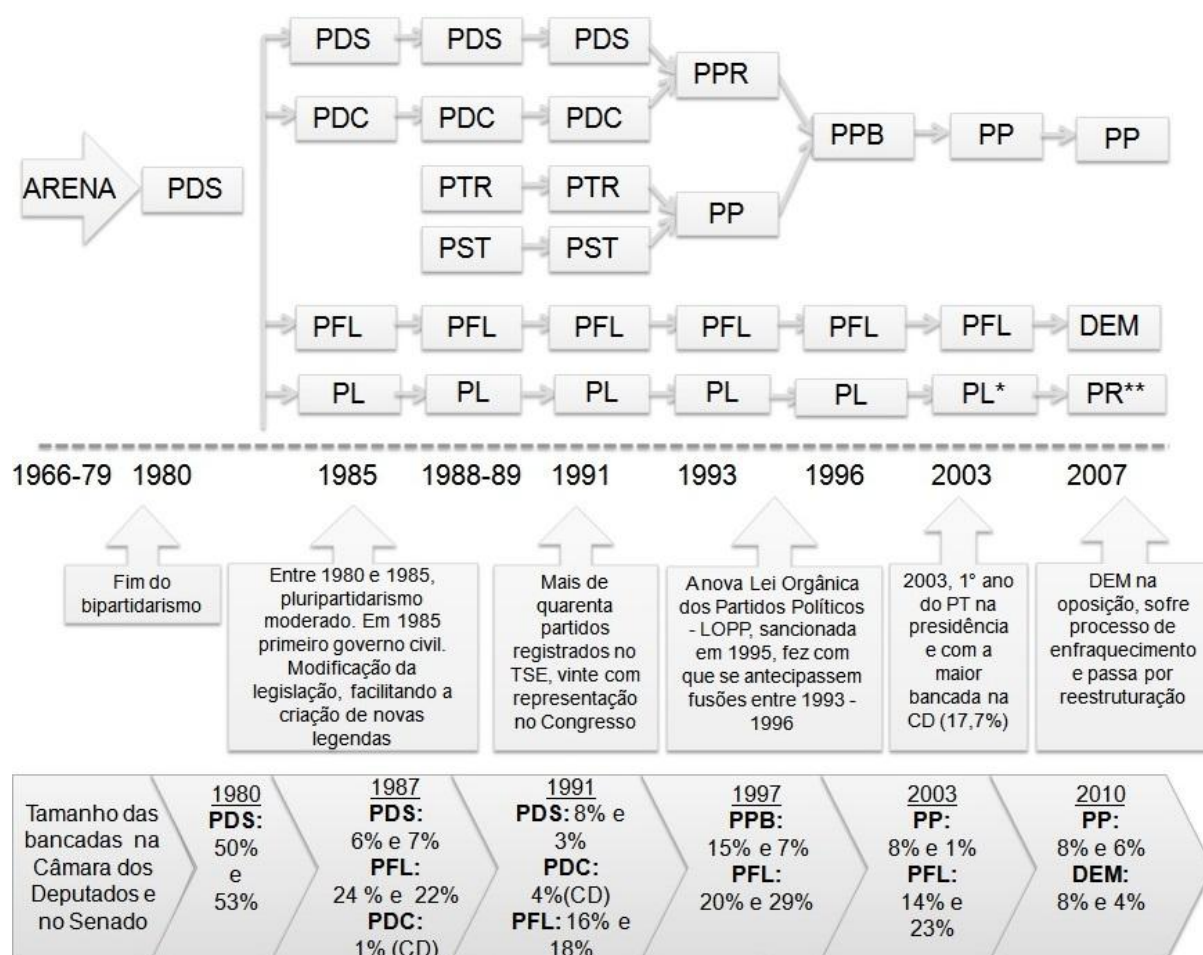


FIGURA 2: GENEALOGIA DOS PARTIDOS DE DIREITA BRASILEIROS, 1966-2007

FONTE: FLEISHER (2007); TSE (2014).

ELABORAÇÃO: AUTORA (2014).

* Em 2004 ocorre a fusão do PST e o PGT ao PL

** Em 2007 o PL e o Prona se fundem no PR.

No período de 1989-1997 houve um pluralismo exacerbado. Para a eleição de 1989 o TSE habilitou 22 partidos a disputarem a eleição direta para presidente. Em 1990, 19 partidos chegaram a conseguir uma representação mínima no Congresso Nacional. Para barrar a expansão do pluripartidarismo foram feitas modificações na legislação eleitoral. Em 1993 foi aprovada a lei que determinava o tempo mínimo prévio de filiação ao partido para janeiro do ano da eleição, e que só partidos que tivessem 3% da representação na Câmara, em agosto, poderiam lançar candidatos à presidência e a governador. Isso resultou em fusões entre partidos e num realinhamento do sistema partidário.

Na eleição de 1994 o PFL fez parte da coligação com o PSDB e PTB que elegeu Fernando Henrique Cardoso (FHC) (PSDB) a presidência. O PFL indicou o vice, Marco Maciel. Em 1997 houve nova mudança na legislação eleitoral, sendo permitida a reeleição para presidentes, governadores e prefeitos. Na eleição de 1998 Fernando Henrique foi reeleito, com Marco Maciel novamente de vice-presidente. Nas eleições municipais de 2000 a esquerda aumentou a sua força política, elegeu 790 prefeitos, sendo 12 capitais, incluindo São Paulo o maior colégio eleitoral do Brasil, com a vitória da Marta Suplicy (PT). No ano de 2002 houve alternância no poder, Lula (PT) foi eleito, que se reelegeu em 2006, e em 2010 conseguiu fazer a sua sucessora na presidência, Dilma Rousseff (PT).

Nesses últimos vinte anos ocorreram mudanças no cenário político que afetaram os partidos de direita. O PFL na oposição passa por um processo de enfraquecimento, busca fazer uma reestruturação do partido e neste sentido chegou a alterar o nome da legenda para Democratas (DEM). O PP buscou um caminho de posicionamento no segundo escalão da política. O tamanho da sua bancada, sempre entre a quarta ou quinta maior na Câmara dos Deputados, garante o seu papel no cenário político, fez parte das bases de todos os últimos governos garantindo postos ministeriais. As trajetórias políticas detalhadas do DEM e do PP, herdeiros da Arena, serão apresentadas nas duas próximas sessões deste capítulo.

3.2.1 Democratas

O Democratas (DEM) é a refundação do antigo Partido da Frente Liberal (PFL). O PFL se originou do PDS, sucessor direto da Arena. Oficialmente o partido surgiu em 25 de janeiro de 1985.

Em junho de 1984 houve uma cisão no PDS devido a divergências quanto à escolha do nome que iria suceder o governo do general Figueiredo. O partido ficou polarizado em dois grupos antagônicos. Um era de apoio a Paulo Maluf, e outro era de apoio a Aureliano Chaves. Diante do insucesso de indicação do nome o grupo de Aureliano Chaves, Marco Maciel, Jorge Bornhausen e Guilherme Palmeira, então chamada a “Frente Liberal”⁸, fez acordo com o PMDB no apoio ao nome de Tancredo Neves, formando a “Aliança Democrática”.

Com a vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, o agora PFL – Partido da Frente Liberal, passou a ser a terceira força partidária, e sendo base do governo no Congresso e no Senado. Desde início do governo Sarney, eleito vice presidente que acabou assumindo ao cargo devido à doença e morte de Tancredo, o partido sentiu-se desprestigiado, porém não deixou de fazer parte da base do governo. Na eleição seguinte, em 1989⁹, o partido lançou como candidato Aureliano Chaves, que obteve apenas 0,89% dos votos válidos, ficando em nono lugar no primeiro turno. No segundo turno o partido apoiou o candidato Fernando Collor.

Durante o governo de Collor, o PFL fez parte da sua base de apoio. Na primeira fase o partido contava com dois Ministérios, Educação e Saúde, e era líder do governo no Senado e na Câmara. No início do seu declínio, Collor, para aumentar apoio do partido nomeou Bornhausen como chefe do Gabinete Civil da Presidência, e deu ao partido mais dois Ministérios, Ação Social e Pre-

⁸ Jorge Bornhausen em depoimento para Eliane Cantanhêde ressalta que “liberal” da nomenclatura surgiu de uma conotação política no sentido de liberdade em oposição ao grupo que defendia a continuidade do regime militar e apoiavam a candidatura de Paulo Maluf. Apenas na Constituinte de 1988 é que o partido adotou uma postura programática pelo liberalismo, ou neoliberalismo.

⁹ A eleição de 1989 pode-se chamar de atípica, foi a com maior número de candidatos à presidência. O TSE habilitou 22 partidos a lançarem candidatos. Foram para o segundo turno os dois candidatos com retórica oposicionista ao governo Sarney, Fernando Collor (PRN) e Lula (PT). Collor foi eleito com 53% dos votos. Em 1992 Collor sofreria o *impeachment*, renunciou antes de ser condenado.

vidência Social. Porém ao fim do processo de *impeachment* os membros do partido foram abandonando a defesa do governo. No governo de Itamar Franco coube ao partido os Ministérios da Fazenda; Indústria e Comércio; Integração Regional e Comunicações.

O PFL fez aliança com o PSDB na disputa eleitoral de 1994 e obteve seis ministérios e a presidência da Câmara. A aliança se repetiu na reeleição de Fernando Henrique, em 1998, pleito em que a legenda alcançou a maior bancada na Câmara.

Internamente o partido possuía uma cisão uma das partes era liderada por Antônio Carlos Magalhães (ACM), e a outra liderada por Marco Maciel, Jorge Bornhausen e Guilherme Palmeira (CANTANHÊDE, 2001).

A passagem para a oposição ocorreu em 2002, com a vitória de Lula (PT), e posição que permanece até o momento. Nas eleições municipais de 2004 o partido já sentiu a diminuição do seu poder político. Em 2000 o partido elegeu 1.028 prefeitos, na eleição seguinte o número caiu para 780, 496 em 2008 e 278 em 2012. De três capitais conquistadas anteriormente passou para uma, em 2004, e dentre as 96 maiores cidades do país, tinha 11 passou para seis em 2004 (FLEISCHER, 2007). Nas eleições para deputados federais, de 84 eleitos no pleito de 2002, o número reduziu para 65 em 2006, e chegando apenas a 28 em 2010.

O PFL alterou sua nomenclatura para Democratas (DEM) 2007, como uma estratégia de suas lideranças para renovar o partido e estabelecer uma nova identidade para a organização e assim garantir a sua sobrevivência. Em 2011 o partido sofreu dissidência com a criação do PSD – Partido Social Democrático. Assim, deixaram a legenda nomes como Gilberto Kassab, então prefeito de São Paulo, Kátia Abreu, senadora pelo Tocantins e líder dos agropecuaristas, e Raimundo Colombo, governador de Santa Catarina.

3.2.2 Partido Progressista

O Partido Progressista, assim como o PFL, é herdeiro direto da Arena, a origem da legenda se encontra no PDS. O partido surgiu em abril de 1993,

quando o PDS se uniu ao PDC – Partido Democrata Cristão – constituindo o Partido Progressista Reformador (PPR), sob a presidência de Esperidião Amin. O partido já no seu início se tornou a terceira força do Congresso.

Em setembro de 1995 fundiu-se ao PP – Partido Progressista, alterando a nomenclatura para Partido Progressista Brasileiro (PPB), partido no qual Maluf a partir de então disputaria cargos eleitorais. Em 2003 altera novamente sua sigla para PP, a qual mantém até os dias atuais.

Na eleição de 1994 Paulo Maluf, então prefeito de São Paulo, não quis renunciar ao cargo para concorrer na disputa presidencial, então o partido lançou Esperidião Amin, que obteve apenas 1,84% dos votos válidos. O partido esteve na base do primeiro governo de FHC, na coligação para a sua reeleição em 1998 e também na base do governo no segundo mandato. Durante o governo de FHC o partido teve o Ministério da Indústria e Comércio. O partido também foi base dos dois governos de Lula (PT), e atualmente é base do governo de Dilma Rousseff (PT), tendo o Ministério das Cidades.

Em 1996 o partido conseguiu eleger 624 prefeitos; em 2000, 618; em 2004, 550; em 2008, 554; e em 2012 elegeu 470 prefeitos. Na eleição de 2002 elegeu 49 deputados federais; em 2006, 41; e em 2010, 44. Hoje as bancadas do partido na Câmara são de 40 membros, e no Senado de cinco membros. No período após PDS, a legenda lançou apenas uma vez um candidato a presidência, foi em 1994 com Esperidião Amin ainda como PPR, e participou apenas uma vez de coligação eleitoral, com FHC em 1998. Nas outras eleições, 2002, 2006 e 2010, declarou apoio, mas não integrou coligações.

O partido é constituído de lideranças estaduais, como Paulo Maluf em São Paulo. Ana Amélia Lemos, senadora pelo Rio Grande do Sul, figura de grande oposição aos governos petistas locais e nacional. A família Amin em Santa Catarina, com Esperidião Amin, duas vezes governador do estado e uma vez prefeito da capital, e sua filha, Ângela Amin, duas vezes prefeita da capital e disputou duas vezes o cargo de governadora.

Essa configuração do partido faz com que haja coligações eleitorais locais frutos dos contextos políticos próprios. Como na eleição de 2010, onde na Bahia o partido fez parte da coligação com PT, indicando o candidato a vice governador, e no mesmo ano apoiou a reeleição da candidata do PSDB no Rio Grande do Sul. Nacionalmente o partido declarou apoio à candidata do PT, e

as bases do partido no Paraná e em Minas Gerais apoiaram o candidato do PSDB, José Serra.

Para além das suas estratégias eleitorais, o partido é classificado como sendo de direita, pela sua origem histórica como também pelo próprio perfil descrito pelo partido, como sendo “o reagrupamento de forças estaduais de perfil moderado e conservador”. A sua base eleitoral são eleitores de centro e conservadores (PP, 2014).

O partido após seus primeiros anos alterou sua estratégia para a ocupação de postos nos escalões governamentais. Diminuindo o foco de disputas por cargos majoritários e ocupando um papel secundário na política nacional, sendo base de todos os governos até então (MAYER; BABIRESKI, 2013).

O que se viu nesta contextualização histórica é que os dois partidos de direita do Brasil em foco nesta pesquisa sempre buscaram se adaptar às demandas do jogo político para permanecerem nos governos nacional, estadual ou municipal de modo a garantir a sua sobrevivência. O PP integra a base de apoio de todos os governos desde que foi criado, mesmo a base de governos como de Lula e de Dilma, que ficam à esquerda no espectro ideológico. O DEM se divide dando origem ao PSD, que é agregado imediatamente, após sua formação, ao governo do PT. O DEM, alheio à base aliada do governo federal e com restrito acesso aos recursos da máquina pública, vem definhando.

3.3 PARTIDOS DE DIREITA NO CHILE

Logo após a independência do Chile, em 1818, formaram-se várias correntes políticas, algumas mais organizadas que outras, em torno de vários líderes. O surgimento formal de partidos ocorreu em 1850, com o Partido Radical. Com a chegada dos emigrantes europeus, em meados do século XIX, é que surge um partido de esquerda formado por trabalhadores, o Partido Socialista dos Trabalhadores (POS) em 1912, em 1922 passa a se chamar Partido Comunista do Chile (PCCh).

Os partidos chilenos tradicionalmente se organizam em coalizões entre partidos com proximidades ideológicas, como a Fusión Liberal-Conservadora,

de direita, fundada em 1858 pelos Partido Liberal e Partido Conservador. No período entre 1938 e 1973 havia nos partidos políticos chilenos uma clara divisão entre esquerda, centro e direita. Historicamente é um sistema partidário formado por coalizões e blocos ideológicos bem distintos.

A separação institucional entre a Igreja e o Estado no Chile veio com a Constituição de 1925, porém ela exerceu forte influência sobre os partidos conservadores. Após esse período os partidos conservadores passaram por um declínio, que se intensificou com a introdução da reforma agrária, e se estendeu até o século XX.

Entre 1964 e 1973 iniciaram as ditaduras militares em vários países da região, de modo geral, com apoio de setores conservadores e liberais. Eleitoralmente este foi o período de maior baixa para a direita conservadora chilena. Em 1964 o Partido Demócrata Cristiano, de centro, elegeu Eduardo Frei Montalva, que ficou no poder até 1970. Foi um período de início da reforma agrária e da reforma no sistema educacional, junto com projetos desenvolvimentistas.

Nas eleições parlamentares de 1965 o partido do governo chegou a obter 42% dos votos, enquanto os liberais 7,32% e o Partido Conservador 5,27%. Depois dessa derrota, em 1966, o Partido Conservador e o Partido Liberal se unem no Partido Nacional. Como uma forma de enfrentar a crise de representação. Em 1968 surge o Movimiento Gremialista liderado por Jaime Guzmán¹⁰. O princípio do movimento se deu em 1966 com alunos da Faculdade de Direito, da Universidade Católica do Chile, como insatisfação da corrente política dominante, ou contra a *izquierdización* que se impunha no país, o movimento se espalhou por toda a universidade, oficializando-se em 1968.

Em 1970 o bloco de esquerda Unidad Popular, contrários ao governo de Frei Montalva, elegeu Salvador Allende, porém ele não chegou ao final de seu mandato, já que em 11 de setembro de 1973 o Chile sofreu um golpe militar. De 1973 a 1989 o Chile estava sob o governo regime militar de Augusto Pinochet. Nesse período a direita chilena passa por uma transformação, a chamada de “nova direita”. A velha direita é anterior a 1964, a nova direita se

¹⁰ Jaime Guzmán, fundador do Movimiento Gremialista, tornou-se um líder da direita chilena. Advogado pela Pontificia Universidad Católica de Chile, foi professor universitário, foi nomeado pelo governo militar de Pinochet para integrar a comissão que elaborou a Constituição de 1980. Senador, eleito em 1990. Assassinado em 1991 na saída da sua aula na Faculdade de Direito da PUC, por integrantes da esquerda chilena.

constitui contrária ao projeto modernizador e democrático da esquerda chilena. A nova direita busca ter por princípio um *ethos*, ou uma identidade chilena, que é formado por conceitos fundamentais, por uma ideia de Chile-Nação e por uma identidade histórica-cultural. Este princípio aproximava a direita das Forças Armadas.

A nova direita apresenta uma desconfiança das massas e a opção pela noção elitista no poder, a opção não é primeiramente por regimes autoritários e sim por regimes com autoridade, se propondo a ser competitiva eleitoral e politicamente (GONZÁLEZ, 2014).

A direita do Chile se reestruturou e ganhou novas forças durante o regime militar. Porém essa nova direita não era hegemônica, estava dividida em três grupos dentro do governo militar. Um era o grupo do Partido Nacional, uma ala mais conservadora e oligárquica; outro a Avanzada Nacional, nacionalista e mais extremada; e outro grupo vindo do Movimiento Gremialista, que deu origem ao partido Unión Demócrata Independiente (UDI) em 1989, com princípios econômicos neoliberais.

A volta para a democracia ocorreu por meio do plebiscito de 1988, sobre a continuidade ou não do regime militar. O processo de transição durou mais um ano e meio, com Pinochet no centro do poder. Foi formada a Coalizão de Partidos pela Democracia, partidos de centro e esquerda, que governaram o Chile de 1990 até 2010. Em 2010 a direita do Chile, bloco Alianza, consegue eleger o seu presidente, Sebastián Piñera, porém na eleição seguinte, 2013, o bloco de esquerda volta a conquistar o governo.

A redemocratização ocorrida em 1990 manteve a tradição de um sistema partidário com dois blocos ideológicos distintos. No Chile, portanto, não há grandes transformações nos grupos de direita, possuindo estabilidade organizações e programática ao longo do tempo.

3.3.1 Unión Demócrata Independiente

A Unión Demócrata Independiente surgiu oficialmente como partido político em 1989. Ela representa a chamada “nova direita”, ou seja, faz parte das reformulações programáticas ocorridas na direita após 1964.

A sua origem vem do Movimiento Gremialista de 1968, liderado por Jaime Guzmán, e que participou do governo militar (1973-1989). Já em 1983, Guzmán fundou o Movimiento Unión Demócrata Independiente com princípios econômicos neoliberais e que visava o afastamento da direita tradicional. O grupo se reuniu com outras alas políticas de direita e fundaram o partido Renovación Nacional, em 1988. O partido e o próprio movimento apoiaram a continuidade do regime militar, no plebiscito de 1988. O movimento deixou a legenda e constituiu-se como partido em 1989.

Na primeira eleição da redemocratização, 1989, a UDI lançou o candidato Hérnan Büchi, que obteve 29,4% dos votos, perdendo para o candidato da coalizão de oposição, Concertación, Patricio Aylwin. Nas eleições parlamentares, o partido elegeu onze deputados dos 120, e dois dos 38 senadores.

Com os anos o partido aumentou o número de eleitos, passando o seu antigo aliado RN. Em 2001 foi o ano em que o partido mais elegeu senadores, onze de 49. E nas duas últimas eleições, 2009 e 2013, foram eleitos oito senadores. Já o pleito em que mais elegeu deputados foi em 2009, tendo conquistado 37 cadeiras. Na última eleição, 2013, foram eleitos 29.

Na eleição de 1999 o candidato da coalizão chegou a disputar o segundo turno da eleição presidencial contra o candidato da coalizão de esquerda, Ricardo Lagos, porém perdeu com uma diferença de 2,6% dos votos. Na eleição do parlamento em 2001 foi o mais votado, ultrapassando o partido Democracia Cristiana. Durante a gestão de Lagos, o partido se consolidou na oposição. Na eleição seguinte, em 2005, por causa de disputas internas na coalizão Alianza para ver quem seria o candidato, e como não houve acordo, UDI e o RN lançaram candidatos independentes, perdendo a disputa para a candidata da Michele Bachelet (Partido Socialista).

Na eleição de 2009, depois de vinte anos, a coalizão Alianza elege o presidente, Sebastián Piñera, do RN. Nas eleições parlamentares o partido conseguiu eleger 37 deputados, de 120. Porém a coalizão de direita não conseguiu fazer seu sucessor, na eleição de 2013, a Nueva Mayoría (coalizão de esquerda) elegeu novamente Michele Bachelet.

Luna e Rovira (2011) caracterizam a UDI com organização territorial expandida e forte, com alta centralização em torno de lideranças partidárias, a estrutura é descentralizada, porém hierárquica. As campanhas tem ênfases tanto no partido como nos candidatos, a base eleitoral é urbana e de classes altas e baixas, com a utilização frequente de estratégias clientelistas.

3.3.2 Renovación Nacional

O Renovación Nacional foi o primeiro partido a ser fundado no processo de redemocratização chileno, em 1987. Foi composto por políticos que sustentavam o regime militar de Pinochet, isto é: membros da UDI, do Movimiento de Unión Nacional, da Frente Nacional Del Trabajo, ex partidários do Partido Nacional, da Democracia Radical e Partido Demócrata Cristiano. Dois anos depois, o UDI se desvincula do partido.

Em boa parte do período democrático o RN e a UDI formaram uma coalizão dos partidos de direita. Nos três primeiros pleitos o candidato era da UDI. Em 2005 os dois partidos desfizeram a coalizão eleitoral, cada legenda lançou seu candidato independente. Piñera, candidato do RN, ficou em segundo lugar no primeiro turno, e perdendo a eleição por uma diferença de apenas 7% dos votos. Na eleição seguinte, em 2009, Piñera vence no segundo turno com 51,8%. Primeiro presidente de direita eleito democraticamente desde 1958. Porém a coalizão não conseguiu fazer seu sucessor, perdendo a eleição para Michele Bachelet, em 2013.

Desde 2001 o número de deputados eleitos pelo partido variou entre 18 e 19, e de senadores entre seis e oito. O período em que o partido conquistou mais cadeiras no parlamento foram nas duas eleições seguintes ao regime militar, 1989 e 1993. O número de senadores eleitos foi de 13 e 11, respectivamente, dentre as 47 cadeiras. Os deputados foram 29, de 120, nos dois pleitos.

Luna e Rovira (2011) caracterizam o partido como sendo de fraca estrutura organizacional territorial, baixa liderança em torno de um líder nacional, campanhas eleitorais com ênfases nos candidatos, a base eleitoral de classe média e zonas rurais e utiliza pouco de estratégias clientelistas.

O que se verifica com a apresentação dos partidos de direita chilenos em foco é que eles deixaram o governo federal com o fim da ditadura militar e buscaram sobreviver na oposição sem serem cooptados por partidos de centro esquerda. Ademais UDI e RN se diferenciam enquanto tipos de direita, sendo a primeira mais programática.

3.4 PARTIDOS DE DIREITA NO URUGUAI

Ao contrário do que ocorreu na maioria dos países latinos, os partidos conservadores uruguaios criados no século XIX tiveram sua continuidade no século XX e XXI. O sistema partidário uruguaio é considerável o mais estável e mais institucionalizado da América Latina, são os partidos com maior longevidade entre os aqui estudados.

O processo de formação do Estado uruguaio teve a ação de dois partidos, que tiveram a sua formação no mesmo período. A independência do Uruguai ocorreu em 1829 com a assinatura do Tratado de Montevideu, após, primeiramente, disputas do território entre Brasil e a Argentina, e depois a independência do Brasil. No mesmo ano, em 18 de julho, foi estabelecida a primeira Constituição do país e neste mesmo ano foi eleito o primeiro presidente, Fructuoso Rivera. Em 1934 foi eleito o segundo presidente, Manuel Oribe. A elite política uruguaia estava dividida em dois grupos, um simpatizante a Oribe e outro a Rivera. Oribe determinou que seus simpatizantes adotassem a cor branca, enquanto o grupo de Rivera adotou a cor vermelha. Assim surgiram os dois grupos políticos, os “blancos”, o Partido Nacional (PN) e os “colorados”, o Partido Colorado (PC).

Apesar de sempre estarem em lados opostos de disputas políticas os dois grupos não apresentavam grandes distinções ideológicas ou programáticas.

Os partidos políticos uruguaios “históricos”, o Partido Nacional e o Partido Colorado, antecederam à própria formação do Estado-nação, constituíram-se em fontes de identificação e em referências culturais para os cidadãos, consolidaram um sistema bipartidário que teria uma duração muito longa, e construíram o Estado uruguaio, ao final das

guerras civis em 1903. Dividindo o país em duas metades, o Partido Nacional, com suas bases rurais, e o Partido Colorado, com suas bases urbanas, souberam conviver reinventando fórmulas de acordo que viabilizaram a governabilidade do Uruguai, e também conviveram na armação das conspirações que resultaram nos dois golpes de Estado e que souberam reunir direitas “*blancas*” e “*coloradas*”, ainda que o Partido Nacional só tenha conquistado a primeira magistratura em 1958. (MOREIRA, 2000, p. 30).

Esse jogo político bipartidário, estável e com forte institucionalização estendeu-se até os anos de 1970. O sistema político uruguaio passou por uma transformação com o surgimento de uma nova legenda de esquerda, a Frente Amplio em 1971, alterando a estabilidade do jogo de forças políticas e que acabou resultando em um golpe de Estado em 1973.

Em 1973 o então presidente do Uruguai, o colorado Juan María Bordaberry, deu um golpe de Estado, em 27 de junho, com apoio dos militares. A Cámara de Senadores y Representantes foi dissolvida e foi criado o Conselho de Estado, com funções legislativas. Bordaberry continuou na presidência por mais três anos, quando os militares o destituíram, sendo sucedido por dois civis, Alberto Demicheli e logo em seguida por Aparicio Méndez, que ficou no poder até 1981. Em 1980 os militares convocaram um plebiscito para aprovar reforma constitucional, onde seria proibida a expressão de opiniões públicas contrárias ao regime. A proposta foi amplamente rejeitada pela população, levando os militares a iniciarem um processo de abertura política. O general Gregorio Álvarez foi presidente de 1981 a 1984. O período da ditadura militar foi o único em que os partidos políticos estiveram longe do poder no Uruguai. Em 1984 foram realizadas eleições, sendo vitorioso o Partido Colorado. O governo retornou aos civis em 1º de março de 1985, com o colorado Julio María Sanguinetti.

No período pós ditadura militar o partido de esquerda Frente Amplia foi o que mais cresceu. A primeira vitória significativa do partido foi a de prefeito da capital, Montevideu, em 1990. A eleição de 1994 marcou o fim do bipartidarismo uruguaio, as três legendas conseguiram quase um terço dos votos¹¹. No ano 2004 elegeu o primeiro presidente da legenda, Tabaré Vázquez, na eleição seguinte, em 2009, o partido conseguiu fazer o seu sucessor José Mujica.

¹¹ Partido Colorado 32,35% dos votos; Partido Nacional 31,21% e Frente Amplia 30,61%. (SI-MÔES, 2011, p. 11)

Essa mudança de forças políticas no Uruguai refletiu diretamente nos partidos tradicionais. Hoje o sistema conta com três principais legendas. A principal é a Frente Amplio, as outras duas legendas são os partidos históricos, Partido Colorado e Partido Nacional. No período pós ditadura militar o PC foi o que mais sofreu as consequências das alterações no cenário político. Ao longo das últimas eleições apresentou queda significativa nos votos conseguidos, pois com a redemocratização acabou configurando como a legenda herdeira do regime ditatorial. Na última eleição presidencial o Partido Nacional foi o segundo mais votado, garantindo a disputa na segunda volta, junto com a Frente Amplio. Hoje o partido tem a segunda bancada na Cámara de Senadores e na de Representantes.

A alteração do cenário partidário no Uruguai refletiu também no posicionamento na escala ideológica dos seus partidos. Não há uma histórica distinção programática entre os dois partidos, muitas vezes são considerados apenas dois lados de um mesmo grupo político. Segundo Lanzaro¹² (2003 citado por SIMÕES, 2010) a distância ideológica era baixa e havia uma alta superposição, entre colorados e blancos, com o crescimento da Frente Amplia houve um deslocamento desses partidos à direita. A alteração ocorreu, pois setores de centro-esquerda desses partidos migraram para a legenda mais recente, levando candidatos e eleitores (MOREIRA 2004; SIMÕES 2011). Assim hoje o Uruguai possui três principais partidos, um de centro-esquerda, dois de centro-direita.

3.4.1 Partido Colorado

O Partido Colorado foi fundado em 1836, é considerado um dos partidos “tradicionais”, “fundacionais”, ou “históricos”, junto com o Partido Nacional (MOREIRA, 2000; SIMÕES, 2011).

¹² LANZARO, J. Uruguay: las alternativas de un presidencialismo pluralista. In. _____. **Tipos de presidencialismo y coaliciones políticas en América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2003. p. 283-317.

Desde 1830, quando foi promulgada a primeira Constituição do Uruguai, a legenda elegeu constitucionalmente 38 presidentes. Até 1958 a disputa partidária era bastante restrita, ocorria o que alguns chamam de “partido dominante” (MOREIRA, 2000, p. 19).

O Partido Colorado na sua origem era formado por bases urbanas, sendo um grupo de direita de estatistas e industrialistas.

Internamente existe um grupo identificado como batllista. Esta corrente política surgiu em 1916, depois de um racha interno, quando José Batlle, o então líder do partido, queria realizar uma reforma constitucional. O grupo contrário a esta reforma, chamados de riveristas, referente à Rivera fundador do partido, foram contrários. José Batlle “deu uma marca particular ao partido fundado por Rivera, com a ênfase no liberalismo político e no estatismo econômico com um forte componente de justiça social” (SIMÕES, 2011, p. 5). Esse o grupo tornou-se o majoritário dentro do partido, elegendo os presidentes desde 1930. A partir de 1950 internamente o partido deixou de ser dividido entre batllistas e não batllistas, as disputas passaram a ser entre dois grupos do batllismo. Um liderado por César Batlle Pacheco, filho de José Batlle, e outro liderado por seu sobrinho, Luis Batlle Berres. A maior afinidade ideológica estava entre tio e sobrinho, que criou o neobatllismo, que foi a expansão do Estado de bem-estar, e a ampliação e continuidade das políticas iniciadas pelo tio (SIMÕES, 2011, p. 8)¹³.

No ano de 1971, quando surgiu a Frente Amplia, o Partido Colorado elegeu o presidente, um então desconhecido ex-senador do partido, Juan María Bordaberry. Neste período houve um crescimento dos conflitos entre militares e guerrilheiros, aumentando a tensão dentro do país, que resultou em um golpe de Estado de Bordaberry junto com os militares, em 27 de junho de 1973.

¹³ “A família Batlle é, certamente, a mais importante da história política uruguaia. Quatro de seus membros foram presidentes da República Oriental do Uruguai, e outros tantos ocuparam posições proeminentes. Batlle Berres presidiu o país entre 1947 e 1951 e, depois, foi o presidente do Conselho Nacional de Governo em 1955 e 56, quando o Executivo era colegiado. O fundador do batllismo, José Batlle y Ordóñez, foi o presidente de 1903 a 1907 e de 1911 a 1915. Batlle y Ordóñez não foi, no entanto, o primeiro Batlle a presidir o país. Seu pai, Lorenzo Batlle, filho de um comerciante catalão, foi o presidente entre 1868 e 1872, assumindo o poder durante a Guerra do Paraguai; sua hostilidade aos blancos desencadeou a chamada “Revolução das Lanças”. Jorge Batlle Ibáñez, filho de Batlle Berres, seria presidente entre 2000 e 2005.” Nota de rodapé 6 (SIMÕES, 2011, p. 8).

O período do regime militar uruguaio houve alternância de presidentes civis e militares. Nos três primeiros anos do regime, Bordaberry continuou no poder. Em 1976 os militares destituíram o então presidente, com a justificativa que o problema não eram os partidos, mas seus membros e que havia a necessidade de renovação dos dirigentes, empossaram Alberto Demicheli, um civil e também pertencente ao Partido Colorado. Porém no mesmo ano os militares passaram a presidência para outro civil, Aparicio Méndez, do Partido Nacional, que permaneceu no cargo até 1981. Fruto indireto de um plebiscito, a saída de Méndez em 1981 já demonstrava o processo de abertura política. O plebiscito, convocado pelos militares em 1980, era para a consulta sobre projeto de reforma constitucional para permitir a censura de opiniões contrárias ao governo nos meios de comunicação, a proposta foi amplamente rejeitada pela população. Em seu lugar assumiu o general Gregorio Álvarez, sem partido, que convocou eleições em 1984, onde o Partido Colorado saiu vitorioso. Julio María Sanguinetti tomou posse em 1º de março de 1985.

Sanguinetti tentou em seu governo montar uma grande coalizão, unindo os três principais partidos uruguaios. Porém a tentativa foi infrutífera, pois o Partido Nacional não garantiu o total apoio, o que refletiu na saída da Frente Amplia do grupo. Na eleição seguinte, em 1989, Sanguinetti não apoiou o candidato do partido Jorge Batlle, criando um grupo de centro, com viés mais de esquerda, dentro do partido. Já nas eleições internas do partido, Jorge Batlle saiu vitorioso. Nas eleições presidenciais a vitória foi do Partido Nacional, com seu representante da ala mais a direita, Luis Alberto Lacalle. Parte do partido constituiu a base da coalizão do governo de Lacalle.

O pleito de 1994 foi simbólico para o Uruguai, pois marca o fim do bipartidarismo, onde quase ocorreu um empate entre as três legendas¹⁴. O Partido Colorado saiu vitorioso nessa eleição, com o retorno de Sanguinetti a presidência. O governo contou com grande apoio dos membros do Partido Nacional. A gestão de Sanguinetti foi marcada por reforma educacional, privatizações e perda de estabilidade por parte dos funcionários públicos.

No ano de 1997 os partidos tradicionais mobilizaram uma reforma no sistema eleitoral do Uruguai, a justificativa se dava pela questão da representa-

¹⁴ Ver nota 11, neste capítulo.

ção, onde um presidente não poderia ser eleito com apenas um pouco mais de um terço dos votos. Outra justificativa extra oficial estava na tentativa de evitar que a Frente Ampla conseguisse eleger algum presidente. O voto que era duplo simultâneo passou para eleição em duas voltas¹⁵.

Na eleição de 1999, a mudança da regra impediu que a Frente Ampla ganhasse a eleição. O Partido Colorado elegeu Jorge Batlle, com apoio do Partido Nacional. Foi um governo marcado pelo neoliberalismo, e certo abandono do neobatllismo, iniciado por seu pai na década de 50.

Ao longo dos anos, coube ao Partido Colorado a herança do regime militar. Hoje o Partido Colorado é a terceira força partidária no Uruguai. Tem 16% das cadeiras no Senado, e 17% na Câmara dos Representantes. Na última eleição presidencial, na primeira volta, o partido teve 17% dos votos.

3.4.2 Partido Nacional

O Partido Nacional também teve a sua fundação em 1836, junto com o Partido Colorado.

Ao longo da sua trajetória o partido elegeu constitucionalmente apenas quatro presidentes, mas sempre esteve na formação de governos junto com o Partido Colorado. O primeiro presidente eleito pelo partido foi em 1958. As origens do partido são de bases rurais, formado pela direita pecuarista e oligárquica do campo.

Internamente haviam dois grupos no partido. O grupo mais expressivo era o liderado por Luis Alberto de Herrera, e outro menor e mais radical, liderado por Lorenzo Carnelli.

O governo de Luis Alberto Lacalle, 1990, foi marcado pelo discurso neoliberal, com abertura econômica, privatizações, desregulamentação do mercado. Ainda no seu mandato o Uruguai ingressou no Mercosul, que resultou

¹⁵ No voto duplo simultâneo o eleitor votava em apenas um turno, no partido e em uma das listas do partido. Onde o partido com mais votos teria a cadeira da presidência, e o candidato da lista mais votada assumiria. Com a mudança do sistema, o eleitor passou a votar em dois turnos. Primeiro ocorrem as primárias nos partidos para a escolha do candidato. No primeiro turno da eleição caso nenhum candidato obtenha a maioria, ocorre um segundo turno com os dois candidatos mais votados.

num salto de exportações de seus produtos para a região. Foi um período marcado pelo crescimento econômico do país, e politicamente foi um governo que contou com um bom número na sua base para formar uma coalizão.

Na eleição seguinte, 1995, foi eleito o candidato do Partido Colorado, Sanguinetti, porém o Partido Nacional em sua maioria integrou a base de apoio ao governo. No início da gestão, Lacalle se opôs a fazer parte da base, porém após a maioria dos membros do seu partido declarem apoio ao governo do Sanguinetti, Lacalle passa também a apoiá-lo. O Partido Nacional esteve na base dos dois governos do Partido Colorado.

Com a diminuição da força do Partido Colorado, o Partido Nacional passou a ser a segunda maior força partidária no Uruguai. Na última eleição, 2009, o partido conseguiu 29% das cadeiras do Senado e 30% na Câmara dos Representantes. Na primeira volta presidencial obteve 29%, conseguindo disputar a segunda volta contra a Frente Ampla, e nesta disputa obteve 43% dos votos.

O que se verifica com a apresentação dos partidos de direita uruguaios em foco é que eles vem passando por um processo de transformação pós ditadura militar. No período inicial da redemocratização conseguiram se manter no poder, mas nos últimos governos passaram para a oposição. O PN busca demarcar seu espaço na oposição à Frente Ampla, enquanto o PC passa por processo de enfraquecimento.

4 MATERIAL E MÉTODOS

4.1 MATERIAL

O recorte do material se deu em função do objetivo da pesquisa. Essa pesquisa busca por identificar os princípios ideológicos e posicionamentos políticos dos partidos de direita. Para atender a esse objetivo foram realizados dois recortes metodológicos, o primeiro é quais seriam os partidos estudados, e o segundo qual o material que seria utilizado.

O primeiro passo foi identificar os principais partidos de direita do Brasil, Chile e Uruguai.

Entre os países estudados, o Brasil é o que apresenta sistema partidário com maior número de legendas, atualmente estão registrados 32 partidos no TSE (TSE, 2014). Foram selecionados dois partidos: o Democratas (DEM), antigo PFL, e o Partido Progressista (PP). Para a escolha levou-se em consideração a trajetória histórica dos partidos e o tamanho da sua representação parlamentar¹⁶.

Do Chile foram selecionados os dois principais partidos que formam a coalizão Alianza, os partidos Renovación Nacional e Unión Demócrata Independiente.

O Uruguai apresenta um sistema partidário com apenas três partidos relevantes, dois são os partidos históricos, com posicionamento de centro-direita, Partido Colorado e o Partido Nacional, o outro é a Frente Amplia, partido de esquerda. Assim o recorte contemplou o Partido Colorado e o Partido Nacional.

Quanto ao material, buscou-se por documentos públicos disponibilizados pelos partidos, onde apresentem seus posicionamentos políticos. O foco do recorte foi especificamente quanto ao conteúdo apresentado nos documentos e a finalidade dos mesmos. Os documentos analisados nesse trabalho foram os programas partidários, declarações de princípios, ideários, manifestos e

¹⁶ Informações detalhadas sobre a genealogia, a trajetória e o desempenho do Partido Progressista e do Democratas estão no capítulo 3, página 36, deste trabalho. Como também suas trajetórias históricas e o tamanho da representação parlamentar mais detalhadas.

diretrizes partidárias. Foram excluídos documentos, como estatutos, cartas orgânicas e programas de governo. A nomenclatura dos documentos apresenta variações, pois são estudados partidos de diferentes países, por isso a atenção foi quanto ao conteúdo textual.

Os documentos foram coletados dos sites dos partidos, no período entre setembro e outubro de 2013. O objetivo era coletar o último documento disponibilizado, ou seja, o mais atual. Esse ponto se coloca, pois não é o objetivo deste trabalho fazer um estudo temporal dos posicionamentos dos partidos. Em consultas nos *sites* posteriores à coleta, tais documentos não apresentaram alterações.

Do Brasil, no PP foram encontrados dois documentos que atenderam aos objetivos da pesquisa. O Manifesto ao povo brasileiro, documento de apenas uma página; e o Programa, documento com onze páginas, estruturado em quatro tópicos, chamados de Diretrizes: I - Diretrizes para a Representação Política; II – Diretrizes Organizacionais e Administrativas para o Estado; III – Diretrizes no Campo Econômico; IV – Diretrizes no Campo Social. Ambos os documentos estão na 12ª Edição do Estatuto do partido, disponível no site do partido¹⁷.

Do DEM foram identificados três documentos. Ideário do Democratas, documento de duas páginas; Princípios do Democratas, com duas páginas textuais; e as Diretrizes do Democratas, com seis páginas, onde os posicionamentos são apresentados sob três diretrizes: Diretrizes Sociais, Diretrizes Econômicas, e Diretrizes Políticas e Administrativas. Segundo Tarouco e Madeira (2012) as Diretrizes e os Princípios do Democratas são os mesmos do PFL, publicados em 2004 e 2005, apenas a mudança da nomenclatura de PFL para DEM. O Ideário do Democratas está presente no Manifesto ao povo brasileiro, de 1984, documento da fundação do partido, com poucas alterações no texto, como a retirada de menções à assembleia constituinte e as eleições diretas¹⁸.

¹⁷ No site do partido (<http://www.pp.org.br/textos/453/27434/Estatuto/?sIT=119032>) está disponível a 12ª Edição do Estatuto. No site do Tribunal Superior Eleitoral (<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/partido-progressista>) está disponível 13ª Edição do Estatuto do Partido Progressista. Para a coleta dos dados foi utilizado o documento disponibilizado no site do partido, pois a publicação no site do TSE ocorreu após a coleta e análise dos dados e também para seguir a padronização de coleta utilizada nos demais partidos.

¹⁸ A versão transcrita do registro no Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, do Manifesto ao povo brasileiro (1984) do PFL pode ser encontrada em Tarouco (1999).

Do Chile foram estudados os partidos Renovación Nacional e Unión Demócrata Independiente. Nas duas legendas foram analisados as Declaración de Principios, cada documento tem aproximadamente nove páginas. A Declaración da RN está dividida em 25 tópicos, e da UDI em 23 tópicos. O texto dos dois documentos é praticamente o mesmo, apresentam apenas pequenas modificações, como inversão de ordem dos tópicos, retirada de alguns trechos e frases. O documento da UDI traz a referência de local/data Punta de Tralca – 1991. Esse documento é fruto do Congreso Doctrinario Jaime Guzmán Errázuriz, e nele estão os princípios fundamentais do partido elaborados por Jaime Guzmán. O Congreso Doctrinario ocorreu seis meses após o assassinato de Jaime Guzmán¹⁹, que foi fundador e líder do partido, e um dos principais representantes da direita chilena.

Do Uruguai, das legendas do PN e do PC, foi possível encontrar apenas do PN o documento que atendesse a finalidade da pesquisa. No site do PC não há nenhum documento que apresente os princípios do partido. Do Partido Nacional foi analisado a Declaración de Principios, documento de quatro páginas, dividido em três tópicos: I) Introducción Histórica; II) Principios Fundamentales; III) Principios de acción política.

Assim no total foram analisados oito documentos de cinco partidos. A seguir são apresentadas as duas metodologias utilizadas, ambas foram aplicadas nos oito documentos.

4.2 METODOLOGIAS

Para este trabalho foram realizadas análises de conteúdo nos documentos utilizando técnicas quantitativa e qualitativa. A análise quantitativa foi realizada com a aplicação da técnica do *Manifesto Research Group*

¹⁹ Jaime Guzmán Errázuriz foi assassinado por militantes da Frente Patriótico Manuel Rodríguez (FPMR), grupo de extrema esquerda, em 1º de abril de 1991, na saída da Universidade Católica, logo após sua aula de direito constitucional. Imediatamente após ao seu assassinato foi criada a Fundação Jaime Guzmán, sob a presidência da sua mãe, e seis meses após foi realizado o Congreso Doctrinario Jaime Guzmán Errázuriz. O falecimento de seu líder deu ao partido um novo impulso para sua reafirmação política.

(MRG/CMP). Para a análise qualitativa foi utilizada a técnica de análise de conteúdo. Ambas as metodologias são explicadas a seguir.

4.2.1 Metodologia do *Manifesto Research Group*

O *Manifesto Research Group* (MRG) foi lançado em 1979, vinculado ao *European Consortium for Political Research*, com o objetivo de estudar os manifestos dos partidos europeus (KLINGEMANN *et al.*, 2006, xvii). Hoje é mantido pelo *Comparative Manifesto Project* (CMP), no *Wissenschaftszentrum*, em Berlim. Atualmente o banco de dados é composto por documentos que vão de 1945 a 2013. No total são 3.679 documentos, de 923 partidos, 638 eleições, de 55 países (MANIFESTO PROJECT DATABASE, 2014).

A técnica do MRG/CMP consiste numa metodologia em que divide o texto em unidades de análise. Cada unidade é classificada em uma das categorias predeterminadas pela metodologia, e o resultado é a soma da frequência de cada categoria em cada documento.

A unidade de análise é chamada de *quasi-sentence*. A unidade pode ser uma frase ou período, inteiro ou desmembrado, que deve expressar apenas uma ideia, argumento ou posição política. Assim, um período longo que contenha apenas uma ideia será classificado em apenas uma categoria. Caso haja um período ou frase contenha uma sequência de ideias ou argumentos, ele é desmembrado e cada trecho recebe uma classificação. A classificação da unidade de análise é feita em uma das cinquenta e seis categorias. Essas cinquenta e seis categorias são organizadas em sete domínios, ou seja, sete conjuntos temáticos. Nos casos em que o período não se insere em nenhuma das categorias (e.g., trechos de texto dedicados à descrição histórica do partido), é atribuída a classificação “Não codificável”. Podem ocorrer casos em que a *quasi-sentence* apresente um viés muito específico do país estudado, então podem ser criadas subcategorias que devem estar inseridas em uma das 56 categorias da metodologia.

A utilização dessa unidade de análise por período diminui problemas de validação como os que podem ocorrer com análises apenas de palavras. A

exemplo da validação por palavra, uma mesma palavra pode apresentar significados diferentes dependendo do contexto textual em que está inserida. A análise a partir de um período ou sentença, por sua vez, pode diminuir, comparativamente, os problemas de interpretação e classificação.

Em cada um dos sete grandes domínios de temas definidos pelo *Manifesto Research Group*, há um conjunto de categorias classificativas. Os sete domínios são: 1) **Relações Internacionais**, que contém nove categorias; 2) **Liberdade e Democracia**, com quatro categorias; 3) **Sistema Político**, com cinco categorias; 4) **Economia**, com dezesseis categorias; 5) *Welfare State e Qualidade de vida*, com sete categorias; 6) **Estrutura da sociedade**, com oito categorias; e 7) **Grupos Sociais**, com seis categorias. Assim, são 56 categorias distribuídas dentro dos sete domínios, cada domínio com suas categorias está no quadro (QUADRO 2) abaixo²⁰.

DOMÍNIOS	CATEGORIAS
Domínio 1: Relações Exteriores	101 Relações exteriores especiais: positivo
	102 Relações exteriores favoráveis: negativo
	103 Anti-imperialismo anti-colonialismo
	104 Forças Armadas: positivo
	105 Forças Armadas: negativo
	106 Paz: positivo
	107 Internacionalismo: positivo
	108 Integração europeia: positivo
	109 Internacionalismo: negativo
	110 Integração europeia: negativo
Domínio 2: Liberdade e Democracia	201 Liberdade e Direitos Humanos: positivo.
	202 Democracia: positivo
	203 Constitucionalismo: positivo
	204 Constitucionalismo: negativo
Domínio 3: Sistema Político	301 Descentralização: positivo
	302 Centralização: positivo
	303 Governo e administração eficientes: positiva
	304 Corrupção política: negativa
	305 Autoridade Política: positivo
Domínio 4: Economia	401 Livre Iniciativa
	402 Incentivos
	403 Regulação do Mercado

²⁰ A descrição do conteúdo de cada categoria está no Apêndice 3, página 99, ao final do trabalho. Há exemplos da aplicação desta técnica no APÊNDICE 1, página 95.

	404 Planejamento Econômico
	405 Corporativismo: positivo
	406 Protecionismo: positivo
	407 Protecionismo: negativo
	408 Metas econômicas
	409 Gestão de demanda Keysiana: positivo
	410 Produtividade: positivo
	411 Tecnologia e infraestrutura: positivo
	412 Economia controlada
	413 Nacionalização: positivo
	414 Ortodoxia econômica
	415 Análise marxista
	416 Anti-crescimento econômico: positivo
Domínio 5: <i>Welfare State</i> e Qualidade de vida	501 Proteção ambiental: positivo
	502 Cultura: positivo
	503 Justiça social: positivo
	504 Expansão do <i>Welfare State</i>
	505 Limitação <i>Welfare State</i>
	506 Expansão da educação: positivo
	507 Limitação da educação: positivo
Domínio 6: Estrutura da sociedade	601 Nacionalismo: positivo
	602 Nacionalismo: negativo
	603 Moralidade tradicional: positivo
	604 Moralidade tradicional: negativo
	605 Lei e Ordem: positivo
	606 Harmonia Social: positivo
	607 Multiculturalismo: positivo
	608 Multiculturalismo: negativo
Domínio 7: Grupos Sociais	701 Classes trabalhadoras: positivo
	702 Classes trabalhadoras: negativo
	703 Agricultores: positivo
	704 Classe média ou grupos profissionais: positivo
	705 Grupos minoritários: positivo
	706 Grupos demográficos não econômicos: positivo
	000 Não codificável

QUADRO 2: DOMÍNIOS E CATEGORIAS DO MRG/CMP

FONTE: KLINGEMANN *et al.* (2006)

Para além da classificação geral o MRG/CMP desenvolveu quatro índices para análises específicas. Esses índices consistem no agrupamento de algumas categorias. Os índices são: “Planeco”, para medir a intervenção do

Estado na economia, é a somatória das categorias: 403 + 404 + 412. O “Markeco”, que se refere à liberalização econômica, categorias: 401 + 414. O “Welfare”, ligado a menções positivas ao Estado de Bem-Estar Social, categorias: 503+504. O “Rile” que é o índice para calcular posicionamento ideológico, e que é o índice utilizado nesse trabalho e descrito a seguir.

O índice Rile, ou escala esquerda-direita, consiste na seleção de 26 categorias, entre as 56, que são reagrupadas em dois conjuntos, direita e esquerda. O resultado do índice é a diferença da proporção de texto entre os dois conjuntos, direita e esquerda. Assim, depois da análise de todo o documento são somadas as frequências que cada documento apresenta para as 13 categorias de direita e para as 13 de esquerda (QUADRO 3). A somatória da proporção “esquerda” é diminuída da somatória da proporção “direita”. Assim, a escala varia de +100 a -100, extrema direita à extrema esquerda. A exemplo, um documento partidário em que a totalidade do seu texto mencionasse apenas as 13 categorias de direita apresentaria o valor +100, ficando a agremiação na extrema direita da escala.

Direita	Esquerda
104 Forças Armadas: positivo	103 Anti-imperialismo anti-colonialismo
201 Liberdade e Direitos Humanos: positivo	105 Forças Armadas: negativo
203 Constitucionalismo: positivo	106 Paz: positivo
305 Autoridade Política: positivo	107 Internacionalismo: positivo
401 Livre Iniciativa	202 Democracia: positivo
402 Incentivos	403 Regulação do Mercado
407 Protecionismo: negativo	404 Planejamento Econômico
414 Ortodoxia econômica	406 Protecionismo: positivo
505 Limitação Welfare State	412 Economia controlada
601 Nacionalismo: positivo	413 Nacionalização: positivo
603 Moralidade tradicional: positivo	504 Expansão do Welfare State
605 Lei e Ordem: positivo	506 Expansão da Educação: positivo
606 Harmonia Social: positivo	701 Classes trabalhadoras: positivo

QUADRO 3: COMPOSIÇÃO DA ESCALA ESQUERDA-DIREITA

FONTE: KLINGEMANN *et al.* (2006)

A escala Rile é uma forma de mensuração de posicionamento ideológico amplamente utilizada em análises comparativas entre manifestos partidários. Ela recebeu críticas oriundas de duas ordens: uma sobre a confiabilidade do processo de codificação; outra quanto ao conjunto de categorias utilizadas.

A crítica quanto ao conjunto das categorias se faz devido ao modo como elas foram selecionadas. Como descrevem Klingemann *et al.* (2006), pesquisadores do MRG/CMP, as categorias de direita não são fruto de uma teoria específica, mas o agrupamento de questões como segurança, livre-comércio e moralidade tradicional com base nos escritos e discursos de Burke em diante. As categorias de esquerda são encontradas em escritos marxistas, e enfatizam a intervenção do Estado na economia e o estado de bem-estar social, junto com a oposição ao capitalismo. Porém, como afirmado pelos autores, a associação desses temas com os documentos partidários já havia sido testada em pesquisas anteriores.

Adotando uma postura crítica a essas categorias Mölder (2013), partindo do questionamento que se faz pela forma como foi elaborada a escala, utiliza em seu trabalho a análise de correlação canônica para comparar e testar as categorias utilizadas no índice Rile, entre países com e sem passado comunista²¹. O estudo demonstrou que em países com passado comunista a escala Rile não se apresentou tão satisfatória. Assim o autor destaca a importância de testes de confiabilidade e a consciência da limitação da aplicação do índice em alguns contextos e partidos.

Essa metodologia ainda não está amplamente difundida entre os pesquisadores brasileiros, são poucos os trabalhos demonstrando sua aplicabilidade.

Flávio Contrera (2014) busca demonstrar e discutir a aplicação a técnica do MRG/CMP, com foco específico na agenda de política externa de partidos estadunidenses. O trabalho contribui ao trazer a discussão da metodologia, e da sua aplicabilidade em contexto distinto ao criado, de partidos europeus.

Tarouco e Madeira (2013) levantam em seu trabalho a discussão sobre a aplicabilidade nos partidos brasileiros da escala de mensuração ideológica do *Manifesto Research Group*. Diante das particularidades do contexto social, histórico e econômico, há questões que não podem ser deixadas de lado como a herança do regime ditatorial-militar sobre os partidos brasileiros e o peso dese-

21 Mölder (2013) em seu trabalho utilizou a análise de correlação canônica. Este teste serve para medir a relação existente entre conjuntos de variáveis. O objetivo em seu trabalho foi testar se há relação significativa entre os dois grupos de categorias do MRG, em países com ou sem passado comunista. O teste demonstrou que a utilização dessas categorias em países pós-comunistas apresenta uma fraca relação.

jável da intervenção do Estado na economia. Há questões que vão além de posicionamentos ideológicos, como a defesa do regime democrático. Ainda segundo os autores, há outras variáveis do modelo do MRG que não se aplicam à distinção entre esquerda e direita no Brasil. Como o internacionalismo e a defesa da paz como categorias de esquerda e a defesa dos direitos humanos e liberdade como categorias de direita. Assumindo esses problemas e peculiaridades, os autores propuseram uma adaptação da escala²². A conclusão a partir dessa readaptação é que os resultados obtidos com a aplicação do modelo não apontam para a negação ou validação das categorias e sim para a necessidade de um refinamento e ampliação deste debate.

Neste trabalho a opção foi por não realizar nenhuma adaptação da escala do MRG, como a feita por Tarouco e Madeira (2013). Pois para poder propor adaptações metodológicas consistentes são necessários aprofundamentos nos contextos históricos, econômicos e sociais, ampliação no número de partidos, como também estudos em séries temporais. Esse trabalho busca testar a viabilidade, e também contribuir com a discussão da aplicação dessa metodologia nesses contextos partidários.

Para a análise foi utilizado o programa NVivo, software para análise de dados qualitativos. No programa foram inseridos os oito documentos, onde cada documento foi considerado uma “fonte”. Cada categoria do MRG/CMP foi inserida como “nó” no programa. O processo de categorização foi realizado de forma individual em cada documento. Como o objetivo é realizar a comparação entre partidos e países, para a apresentação dos resultados os documentos foram agrupados por partidos, divididos nos três países, que estão apresentados no capítulo 5 deste trabalho.

²² Na adaptação elaborada por Tarouco e Madeira (2013) o índice que era composto originalmente ao todo por 26 categorias, ficou com 12. De cada grupo foram retiradas oito categorias e foi acrescentada uma. Na direita foi acrescentada: Classe média e grupos profissionais, no grupo da esquerda: Análise Marxista. Das categorias originais da direita foram retiradas categorias como: Moralidade tradicional: positivo; Lei e Ordem; Harmonia Social. Assim, na adaptação dos autores no grupo de direita ficaram as seguintes categorias: Forças Armadas: positivo; Livre Iniciativa; Incentivos; Ortodoxia Econômica; Limitação do *Welfare State*; Classe média e grupos profissionais. Na esquerda ficaram: Regulação do Mercado; Planejamento Econômico; Economia controlada; Análise Marxista; Expansão do *Welfare State*; Classes Trabalhadoras: positivo.

4.2.2 Análise de Conteúdo qualitativa

A metodologia qualitativa empregada neste trabalho tem por base a obra de Laurence Bardin, *Análise de Conteúdo* (1977). A análise de conteúdo consiste na aplicação de procedimentos sistemáticos e objetivos para a descrição do conteúdo de mensagens.

Para a realização de toda a análise de conteúdo são necessários alguns procedimentos, ou etapas. As etapas seguidas nesse trabalho são descritas a seguir (FIGURA 3).

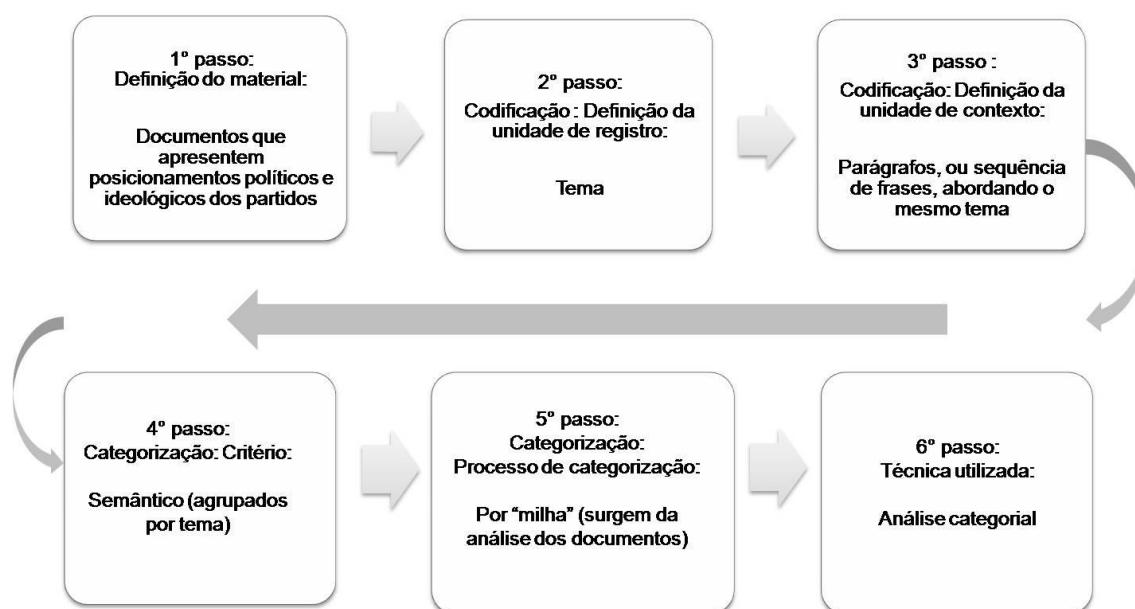


FIGURA 3: ETAPAS DA ANÁLISE DE CONTEÚDO

Para a realização da análise foram necessárias as definições de quais seriam as unidades de registro e unidades de contextos operacionalizadas na coleta dos dados.

A unidade de registro, que é o menor recorte de ordem semântica do texto, utilizada foi por tema²³. A justificativa para o uso desta unidade pode ser encontrada em Bardin (1977, p. 106) “O tema é geralmente utilizado como unidade de registro para estudar motivações de opiniões, de atitudes, de valores,

²³ Outras unidades de registro citadas por Bardin (1977, p. 104) como as mais utilizadas são: palavra; objeto ou referente; personagem; acontecimento; documento.

de crenças, de tendências, etc.”. Como o objetivo deste trabalho é identificar e comparar os temas abordados e posicionamentos políticos dos partidos de direita, a unidade de registro escolhida foi “tema”. Segundo a própria autora, esta é uma “unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto” (p. 105), o que une-se ao objetivo aqui perseguido que é identificar temáticas relevantes para os partidos.

A unidade de contexto, que é a unidade de dimensão superior à de registro e necessária para a compreensão do significado da unidade de registro, neste trabalho foi o parágrafo, ou sequências de frases que abordassem o mesmo tema.

O procedimento de categorização do conteúdo pode ocorrer de duas formas. O chamado de “caixas” utiliza categorias prévias, retiradas de fundamentos teóricos do tema estudado. A outra forma é chamada de “milha”, que é através da elaboração de categorias analíticas após análise prévia do material, ou seja, as categorias são retiradas do próprio material.

Nesse trabalho a opção foi pelo segundo procedimento, o de milha. Onde:

O sistema de categorias não é fornecido, antes resultando da classificação analógica e progressiva dos elementos. Este é o procedimento por “milha”. O título conceptual de cada categoria, somente é definida no final da operação. (1977, p. 119).

A técnica utilizada foi a análise de categorial. Essa técnica se operacionaliza a partir do desmembramento do texto em unidades, e o reagrupamento analógico em categorias. A justificativa para a utilização dessa técnica vai ao encontro do objetivo da pesquisa e com o material utilizado, que segundo a autora: “Entre as diferentes possibilidades de categorização, a investigação dos temas, ou *análise temática*, é rápida e eficaz na condição de se aplicar a discursos diretos (significações manifestas) e simples.” (1977, p. 153). Assim, por se tratar de discursos diretos dos partidos, os manifestos partidários, e o objetivo de identificar temas e posicionamentos predominantes, se faz a justificativa pela técnica empregada, a análise categorial.

Com aplicação desses procedimentos foi possível identificar quatro temas principais nos documentos. Neste trabalho a opção foi por chamá-los de

eixos temáticos, e não apenas temas, pois são temáticas amplas que apresentam outros temas, subtemas, ou temas secundários, que perpassam cada eixo. A escolha de cada eixo temático não é anterior a análise do material, nem foram retirados de apontamentos teóricos sobre a direita. Não se tratam de temas exclusivos ou delimitadores da direita. Foram os temas presentes de forma relevante nos documentos dos partidos, nos quais foram comparados os posicionamentos de cada partido para cada tema.

Os eixos foram: i) Estado e economia; ii) Sistema político; iii) Comportamento e moralidade; e iv) Forças Armadas. A apresentação da análise de cada eixo temático está no capítulo 6 deste trabalho.

5 ANÁLISE DOS DOCUMENTOS COM A METODOLOGIA DO *MANIFESTO RESEARCH GROUP*

Este capítulo faz um exercício de mensuração ideológica a partir de documentos dos partidos políticos de direita do Brasil, Chile e Uruguai. O objetivo é captar, identificar e mensurar diferenças nos posicionamentos dos partidos de direita desses países. Para isso foi aplicada a metodologia desenvolvida pelo *Manifesto Research Group* (MRG), com também sua escala Rile, elaborada para mensuração do posicionamento ideológico de documentos partidários. Primeiro são apresentados os resultados por domínios, ou temas, e na sequência o posicionamento no espectro ideológico, a partir da aplicação do índice.

5.1 DOMÍNIOS DO MRG

Nessa sessão são apresentados os resultados da aplicação da metodologia²⁴ do *Manifesto Research Group*. Foram analisados, no total, oito documentos. Apenas os partidos brasileiros (DEM e PP) possuem mais de um documento. Como há complementaridade na abordagem dos temas por eles tratados, a apresentação dos dados é feita agregada por partido. Assim, para cada domínio o total indicado representa a soma das categorias nos três documentos do DEM e nos dois do PP.

Os resultados estão por domínios²⁵, ou seja, é a proporção de texto que cada partido dedica a cada tema. Esta análise permite apenas identificar a relevância de determinadas áreas para cada partido.

Na tabela 1 são sistematizados os dados de cada partido em cada domínio. O domínio com maior destaque é “*Welfare State* e Qualidade de vida”²⁶.

²⁴ Para mais detalhes sobre a metodologia, ver capítulo 4, item 4.2.1, na página 55 deste trabalho.

²⁵ A descrição do conteúdo de cada categoria está ao final do trabalho, no APÊNDICE 3, página 99

Este domínio inclui referências sobre políticas sociais e educação, podendo ser tanto a sua expansão como limitação. Em todos os partidos esse domínio corresponde a mais de 10% das frases. Nos partidos brasileiros ele é o mais presente, chegando a 26,69% nos documentos do PP, e 22,31% nos do DEM. No documento do Partido Nacional, do Uruguai, é o domínio com a segunda maior proporção de texto, com 19,67%. Nos partidos chilenos a sua proporção é próxima para ambas legendas e bem abaixo do volume dos brasileiros e do uruguaio. Este não é o domínio com maior destaque nos manifestos da UDI e do RN.

TABELA 1: PARTIDOS E % EM CADA DOMÍNIO

	Brasil		Chile		Uruguai
	DEM	PP	RN	UDI	PN
Domínio 1: Relações Exteriores	5,90%	2,50%	9,17%	6,62%	4,35%
Domínio 2: Liberdade e Democracia	13,93%	5,66%	19,47%	19,19%	20,99%
Domínio 3: Sistema Político	12,69%	8,87%	4,38%	4,94%	10,35%
Domínio 4: Economia	19,19%	19,93%	20,42%	15,05%	3,77%
Domínio 5: <i>Welfare State</i> e Qualidade de Vida	22,31%	26,69%	12,38%	13,82%	19,67%
Domínio 6: Estrutura da sociedade	1,48%	4,05%	18,12%	20,41%	3,89%
Domínio 7: Grupos Sociais	11,66%	12,53%	4,79%	6,19%	10,27%
Não codificável	12,84%	19,77%	11,27%	13,79%	26,71%*

FONTE: AUTORA.

*o alto valor encontrado como não codificável deve-se ao fato de o documento apresentar inicialmente um relato da história do partido.

O domínio “Economia” apresenta uma proporção significativa nos partidos brasileiros e chilenos, o que não ocorre no documento da legenda uruguaia, onde é o domínio com menor proporção.

No documento do Renovación Nacional, do Chile, é o domínio com maior frequência: 20,42%. Nos partidos brasileiros a proporção é muito próxima entre PP e DEM, com 19,93% e 19,19%, respectivamente. Fica clara a diferença na proporção na abordagem do tema entre as legendas brasileiras e chilenas com a uruguaia. Nos partidos chilenos esta alta proporção é resultado da

²⁶ As categorias deste domínio são: Proteção ambiental: positivo; Cultura: positivo; Justiça social: positivo; Expansão do *Welfare State*; Limitação *Welfare State*; Expansão da Educação: positivo; Limitação da educação: positivo.

ênfase favorável dada à categoria “livre iniciativa” nos documentos pesquisados.

É possível observar que quase todos os partidos dedicam parte considerável de seus documentos ao domínio: Liberdade e Democracia. O PP, contudo, é o único partido em que a proporção não passa dos 6%. O DEM é o segundo partido com menor atenção a este tema. Porém, é o terceiro tema com maior destaque em seus documentos, chegando a quase 14%. Nos partidos chilenos este tema é o segundo com maior incidência. Em ambos os partidos passa de 19%, com proporção muito próxima aos temas com maior presença em seus documentos. No partido uruguaio este tema é o mais destacado, com 21%. Dentre as categorias desse domínio a maior presença foram a “Liberdade e direitos humanos: positivo” e “Democracia: positivo”, que são menções a liberdade individual, direitos civis, e a democracia como objetivo nacional.

Nos partidos chilenos é considerável a proporção dos documentos dedicados a questões de comportamento social, que estão no domínio “Estruturas da sociedade”. Este domínio inclui as seguintes categorias: “Harmonia Social: positiva”; “Moralidade Social: positiva”; “Lei e Ordem: positiva”; e “Nacionalismo: positivo”²⁷. A proporção total no documento do RN é de 18,12%, e é o terceiro domínio com maior presença. No documento do UDI é o domínio com a maior presença entre todos, 20,41%. Proporção que não é próxima nos demais partidos estudados. Para os brasileiros e o uruguaio não são dedicados mais do 4% para essa temática.

Podemos, com isso, perceber a diferença na proporção entre questões abordadas pelos partidos de direita nos três países. Há uma presença maior ou menor de determinados temas conforme a agremiação considerada. Quatro, entre os sete, domínios aparecem com mais destaque.

Questões de comportamento social estão mais presentes nos partidos chilenos do que nos demais. Questões de economia são mais frequentes nos partidos brasileiros e chilenos em comparação com o PN uruguaio. As questões de liberdade e democracia estão mais presentes no partido da direita do Uruguai e nos partidos chilenos do que nos partidos brasileiros. Já questões

²⁷ Os valores destas categorias, respectivamente, no documento do Renovación Nacional são: 9,94%, 1,61%, 4,13% e 2,44%. No documento do UDI são: 8,76%, 3,56%, 6,48% e 1,61%.

dentro de “*Welfare State* e Qualidade de vida” estão presentes em todos os documentos de todos os partidos analisados, com destaque para os brasileiros.

5.2 APLICAÇÃO DA ESCALA RILE NOS PARTIDOS DE DIREITA

Como já foi mencionado, a escala Rile consiste no reagrupamento de algumas categorias em dois grupos, direita e esquerda.²⁸ São apresentados os resultados para as categorias de direita, depois para as da esquerda e por fim o resultado da escala.

Na tabela 2 estão apresentadas as proporções de codificação dos textos dentro das categorias que compõem a escala da direita. Nos documentos do DEM a maior presença é a da categoria “Liberdade e Direitos Humanos: positivo” (8%); a segunda categoria mais presente, dentro da escala, é “Ortodoxia econômica” (5,6%). Já na outra legenda brasileira, o PP, as maiores presenças estão dentro do domínio Economia, nas categorias “Incentivos” e “Ortodoxia econômica”, com 3,95% e 3,42%, respectivamente.

As análises dos documentos das legendas chilenas demonstram que a maior presença dos elementos de direita está na categoria “Liberdade e Direitos Humanos: positivo”, 13,88% (RN) e 13,19% (UDI). A segunda categoria mais presente é “Harmonia Social: positivo”, 9,94% (RN) e 8,76% (UDI). Outros destaques nestas legendas são as categorias “Livre Iniciativa”, no domínio Economia; “Forças Armadas: positivo”; e “Moralidade tradicional: positivo”.

Na categoria “Moralidade tradicional: positivo” os partidos chilenos se destacam dos demais, essa categoria compreende menções favoráveis a valores tradicionais, como repressão a imoralidade, manutenção da família e da religião. Nos documentos é possível encontrar menção a uma ordem moral como fundamento da civilização ocidental e cristã, à qual se deve ajustar a sociedade. A família é considerada como o núcleo básico da sociedade, e por isso deve ser fortalecido e respeitado. A mulher é vista como o núcleo da família, responsável pela transmissão dos valores morais e tradicionais. São valo-

²⁸ Para verificar as categorias que compõem a esquerda e a direita, conferir: QUADRO 3: COMPOSIÇÃO DA ESCALA ESQUERDA-DIREITA, página 59.

res conservadores tradicionais. Assim os partidos de direita chilenos assumem uma postura mais conservadora do que os demais. As categorias “Lei e Ordem: positivo” e “Harmonia social: positivo” também contribuem de forma significativa para uma posição mais à direita dos partidos chilenos. Essas categorias também concentram questões valorativas tipicamente conservadoras e de direita. Nessas categorias os partidos chilenos apresentam uma grande concentração, difere bastante dos demais.

O Partido Nacional do Uruguai apresenta a maior concentração na categoria “Liberdade e Direitos Humanos: positivo”, 8,07%. Nas demais categorias não há alguma concentração e as proporções se dividem de forma bastante próximas.

TABELA 2: PORCENTAGEM DE TEXTO (NAS CATEGORIAS DE DIREITA) NOS DOCUMENTOS PARTIDÁRIOS

Categorias Direita	Brasil		Chile		Uruguai
	DEM	PP	RN	UDI	PN
104 Forças Armadas: positivo	0,58%	1,24%	5,93%	6,62%	0,54%
201 Liberdade e Direitos Humanos: positivo	7,99%	2,61%	13,88%	13,19%	8,07%
203 Constitucionalismo: positivo	0,54%	0,29%	0,30%	0,26%	2,57%
305 Autoridade Política: positivo	0,00%	0,00%	0,00%	0,63%	2,53%
401 Livre Iniciativa	2,91%	0,66%	9,36%	7,85%	0,00%
402 Incentivos	1,12%	3,95%	1,52%	1,49%	0,00%
407 Protecionismo: negativo	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
414 Ortodoxia econômica	5,60%	3,42%	0,97%	0,00%	0,00%
505 Limitação Welfare State	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
601 Nacionalismo positivo	0,48%	1,40%	2,44%	1,61%	1,04%
603 Moralidade tradicional: positivo	0,00%	1,18%	4,13%	6,48%	1,45%
605 Lei e Ordem: positivo	0,48%	0,42%	1,61%	3,56%	0,00%
606 Harmonia Social: positivo	0,00%	0,00%	9,94%	8,76%	1,41%
Total:	19,70%	15,17%	50,08%	50,45%	17,61%

FONTE: AUTORA.

Podemos destacar a categoria “Liberdade e Direitos Humanos: positivo” presente de forma significativa em todos os partidos. A definição dada pelo MRG para esta categoria é: “Menção favorável da importância da liberdade pessoal e os direitos civis, a liberdade de controle burocrático, a liberdade de expressão, a liberdade de coerção nas esferas política e econômica, o individualismo”. Nos documentos são destacados o valor da liberdade individual e a

importância da garantia dos direitos individuais. Outro realce que cabe é a menção favorável em todos os partidos às Forças Armadas, considerando que todos estes países passaram por regimes autoritários na sua história recente e estes partidos são de grupos oriundos e até mesmo apoiadores desses regimes. O destaque nesta categoria vai para os partidos chilenos. Enquanto as menções nos demais partidos referem-se à manutenção da estrutura e à importância das Forças Armadas na defesa externa, os chilenos se posicionam favoráveis ao antigo regime, chegando mesmo a defender a necessidade e a oportunidade da ação dos militares no processo autoritário.

Outro ponto que cabe destaque é na categoria “Limitação *Welfare State*”. Ela é ausente em todos dos documentos partidários. Esta categoria abrange citações de limitação de gastos com serviços e seguridade social. Os documentos apresentam, na realidade, uma situação contrária. Citam a constante necessidade de o Estado garantir serviços à população, como saúde, educação, moradia, entre outros. E também não há menção contrária nos documentos dos partidos de direita do Brasil, Chile e Uruguai ao protecionismo econômico. Há sim uma constante lembrança da necessidade de defesa de produtos e de mercado nacionais.

Na comparação entre partidos, podemos observar que os chilenos apresentam uma maior proporção de menções a categorias de direita – cenário bem distante dos demais partidos aqui estudados. Nos documentos da RN e da UDI as cifras chegam à metade das citações (50,08% e 50,45%, respectivamente). Já para os demais partidos estudados, a presença de categorias típicas de direita, segundo o modelo empregado, não chega a um quinto do total dos documentos. Pela análise podemos observar que os partidos de direita chilenos assumem posicionamentos mais contundentes com relação a temas tradicionalmente à direita.

Na somatória das categorias de esquerda os partidos chilenos são os que apresentam a menor proporção. Os partidos brasileiros são os que maior, com aproximadamente um terço do conteúdo de seus textos nestas categorias, PP com 29% e DEM com 30,38%. Esses dados podem ser observados na tabela 3:

TABELA 3: PORCENTAGEM DE TEXTO (NAS CATEGORIAS DE ESQUERDA) DOS DOCUMENTOS PARTIDÁRIOS

Categorias Esquerda	Brasil		Chile		Uruguai
	DEM	PP	RN	UDI	PN
103 Anti-imperialismo anti-colonialismo	0,88%	0%	1,19%	0%	2,11%
105 Forças Armadas: negativo	0%	0%	0%	0%	0%
106 Paz: positivo	0%	0,16%	0,19%	0%	0%
107 Internacionalismo: positivo	0,67%	0,66%	0,25%	0%	0%
202 Democracia: positivo	5,39%	2,76%	5,29%	5,73%	10,35%
403 Regulação do Mercado	1%	2,29%	2,96%	2,62%	1,33%
404 Planejamento Econômico	0,58%	0%	1,11%	1,47%	0%
406 Protecionismo: positivo	1,57%	0,32%	1,08%	0,96%	0%
412 Economia controlada	1,70%	1,03%	0%	0%	0%
413 Nacionalização: positivo	0%	0%	0%	0%	0%
504 Expansão do Welfare State	8,90%	9,16%	5,82%	6,33%	2,44%
506 Expansão da Educação: positivo	3,21%	6,90%	0,06%	0,19%	6,13%
701 Classes trabalhadoras: positivo	6,48%	5,79%	1,50%	1,52%	3,15%
Total:	30,38%	29%	19,45%	19%	25,51%

FONTE: AUTORA.

Na legenda uruguaia a maior presença é de menções favoráveis à democracia e aos princípios democráticos, como também uma defesa da ampliação da educação em todos os níveis. Os partidos chilenos não apresentam uma defesa acentuada da necessidade de ampliação da educação como os partidos brasileiros e o uruguaio. Entre os partidos brasileiros, o PP se destaca do DEM. 6,9% dos seus documentos fazem menção positiva à expansão da educação, contra apenas 3,21% do DEM. Nos documentos do partido esta é a segunda categoria com maior presença, já para o DEM é a quarta com maior presença.

Os partidos de direita brasileiros se destacam dos demais na categoria “Classes trabalhadoras: positivo”. São os partidos que, comparativamente, mais apresentam em seus manifestos a defesa programática dos trabalhadores, com menções a salários justos, legitimidade de filiação a sindicatos, manutenção dos direitos trabalhistas, entre outros. No DEM esta é a segunda categoria com maior menção (6,5%), e no PP a terceira (5,8%).

A categoria com destaque em todos os partidos de direita é “Expansão *Welfare State*”, sendo nos partidos brasileiros e chilenos a categoria com maior presença. Isto demonstra um posicionamento favorável desses partidos à ne-

cessidade de políticas sociais do Estado para amenizar problemas sociais: desde a oferta de serviços como saúde, habitação até a proteção para pessoas em situações menos favorecidas. Junto com esta categoria, ganha destaque a categoria: “Expansão da Educação: positivo”. Ela envolve menções favoráveis a políticas públicas de ampliação e melhorias na área educacional. Nos documentos do PP e do PN esta é a segunda categoria com maior presença. Já nos documentos dos partidos chilenos sua presença é quase inexistente (UDI = 0,19% e RN = 0,06%). A união destas duas categorias demonstra que também os partidos de direita no Uruguai e no Brasil reclamam uma maior presença do Estado no que se refere ao atendimento de políticas públicas nas áreas sociais.

No que tange à economia, observamos a tímida defesa do Estado nestas questões. O papel do Estado deve se restringir à defesa do mercado nacional e à garantia de estabilidade econômica, através de políticas de controle de inflação, gestão cambial e de regulação do comércio externo.

O resultado final do índice a partir desse modelo de análise dos manifestos partidários está na tabela 4. Foram somadas as categorias por partidos em cada um dos grupos (direita e esquerda) e realizada a subtração do percentual de menções (direita – esquerda). O resultado indica a posição dos partidos estudados na escala ideológica.

TABELA 4: CÁLCULO DA POSIÇÃO NA ESCALA DIREITA-ESQUERDA: % TOTAL DO TEXTO DEDICADO ÀS CATEGORIAS

Partido	Direita	Esquerda	Posição na escala (% direita - % esquerda)
DEM	19,7	30,38	-10,68
PP	15,17	29	-13,83
RN	50,08	19,45	31,35
UDI	50,45	19	31,45
PN	17,61	25,51	-7,9

FONTE: AUTORA.

Os partidos brasileiros e o uruguaio são os que mais se aproximam da esquerda, enquanto os chilenos apresentam uma posição claramente na direita.

De forma mais ilustrativa podemos observar a figura 2, onde os partidos estão posicionados graficamente no eixo espacial esquerda-direita. Os

brasileiros são os mais próximos da esquerda, enquanto o uruguaio apresenta uma posição um pouco mais próxima ao centro, ficando os partidos chilenos à direita.

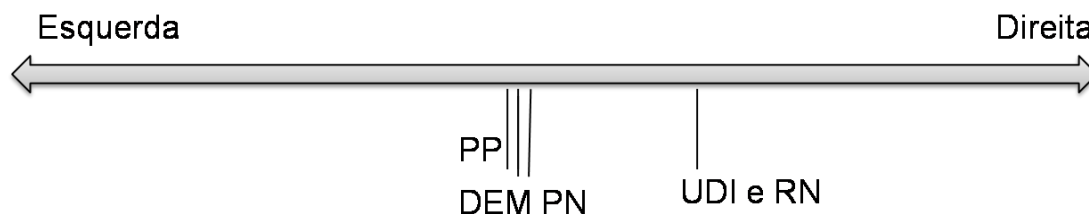


FIGURA 4: POSICIONAMENTO DOS PARTIDOS NA ESCALA DIREITA-ESQUERDA

A posição dos partidos brasileiros se aproxima da esquerda como efeito das menções em seus documentos a um Estado responsável na área social e ativo na prestação de serviços públicos, como saúde e educação; e também pelo apoio dado aos trabalhadores em seus documentos. Para contrabalançar seu “esquerdismo”, há uma defesa da liberdade individual e dos seus direitos individuais, e também por uma advocacia do Estado mínimo na economia.

O Partido Nacional ocupa uma posição mais central, um equilíbrio nos seus posicionamentos, levemente à esquerda graças à defesa de princípios democráticos – e também por destacar a necessidade da presença do Estado na gestão das questões sociais.

Os partidos chilenos são os que estão mais à direita no espectro. Esse posicionamento decorre de uma maior defesa de princípios morais tradicionais, de uma harmonia social, defesa das Forças Armadas e principalmente pela defesa da liberdade individual dos chilenos. Temas tradicionalmente defendidos por partidos de direita, e mais ausentes nos partidos brasileiros e no uruguaio.

5.3 CONCLUSÃO

A análise dos documentos e manifestos partidários de DEM, PP, PN, RN e UDI mostrou as nuances entre eles e a necessidade de um maior refina-

mento, tanto conceitual quanto metodológico no emprego das categorias tradicionais “direita” e “esquerda”.

Partindo das questões apresentadas anteriormente sobre a metodologia do MRG/CMP, reforça-se a necessidade de uma amplificação da sua utilização. A inclusão de mais países, partidos e com séries temporais mais longas só trará contribuições para o aperfeiçoamento da metodologia. Uma maior aplicação das suas categorias levará ao seu refinamento e a possíveis adaptações para contextos específicos.

A proposta desta metodologia, de identificar as diferenças nos posicionamentos entre os partidos de direita no Brasil, no Chile e no Uruguai, foi realizada. Foram identificadas as diferenças entre as legendas e os temas mais ou menos presentes em seus documentos. Comparativamente, as diferenças ocorrem tanto entre países e como entre os partidos de um mesmo país.

Na aplicação do índice de Rile, do MRG, os partidos chilenos apresentaram posicionamento mais à direita que as legendas brasileiras e a uruguaia. Os partidos chilenos são os que apresentam maior defesa de posturas consideradas tipicamente de direita, principalmente princípios conservadores. Partidos com forte apego as liberdade individuais e manutenção da ordem social.

A liberdade individual também demarca a postura de direita do DEM e do PN. Já para o PP as questões econômicas, seguidas da liberdade individual, são temas relevantes.

Porém, também se ressalta a postura de todos os partidos na necessidade da atuação do Estado em áreas como educação, saúde e moradia.

Lançando mão da definição da “nova direita” exposta anteriormente, fica clara a postura desses partidos nesse sentido. São partidos que defendem princípios tradicionais da direita, como a liberdade individual e o conservadorismo, e também apresentam um modelo de Estado mínimo e não ausente. Estado gestor de políticas sociais e de interferência restrita no campo econômico.

6 ANÁLISE QUALITATIVA DO CONTEÚDO DOS DOCUMENTOS PARTIDÁRIOS

Neste capítulo é apresentada a análise qualitativa dos documentos partidários. No total foram analisados os oito documentos partidários dos cinco partidos (DEM, PP, RN, UDI e PN).

Esta análise apresenta os temas mais predominantes nos documentos²⁹. Os temas foram organizados em eixos temáticos, pela amplitude das abordagens e pela presença de subtemas. O objetivo da aplicação desta técnica é ressaltar as diferenças, maior ou menos ênfase, nos posicionamentos/abordagens dos partidos nos temas trazidos em seus documentos.

6.1 TEMAS PRESENTES NOS DOCUMENTOS

Os eixos temáticos apresentados são: i) Estado e economia, que trata da concepção de Estado dos partidos de direita; ii) Sistema político, sobre a defesa da democracia e importância das instituições políticas (partidos); iii) Comportamento e moralidade, com as concepções dos partidos sobre liberdade, família, mulher e princípios morais; e iv) Forças Armadas.

6.1.1 Estado e economia

Os partidos de direita descrevem uma concepção de Estado a partir das suas obrigações e áreas de atuação, próximo ao colocado como sendo o desenho de Estado da “nova direita”, descrito anteriormente. É um Estado voltado para atender às necessidades sociais básicas, provedor de políticas públicas na área de saúde, educação, moradia, emprego. Na questão econômica é

²⁹ O detalhamento desta técnica aplicada está no capítulo 4 deste trabalho, item 4.2.2 na página 61.

um Estado responsável por políticas para o desenvolvimento, porém deixando para a iniciativa privada a produção de bens.

Em todos os partidos há menção³⁰ a necessidade de políticas de ação social. Na questão saúde, os partidos apresentam gradações nos posicionamentos, de posturas mais elaboradas, específicas, até apenas como um item entre várias ações. Entre os partidos chilenos e no uruguaio o tema saúde aparece apenas entre outros temas numa sequência de itens. Nos partidos brasileiros o tema ganha mais atenção. O DEM apresenta menções a políticas específicas, como para mães, crianças, combate às endemias e epidemias. O PP é o que destaca mais o tema, entre as diretrizes sociais do partido estão o fortalecimento do SUS, as assistências médica, odontológica e hospitalar para toda a população.

A questão da educação também está presente em todos os partidos. Há sempre a defesa da educação como dever do Estado, sendo de qualidade e que atenda a todos. No partido uruguaio e no DEM há mais menções da necessidade de expansão e melhoria da educação do que do tema saúde. Os partidos chilenos são os que apresentam comparativamente, menor ênfase para esses dois temas.

		MAIOR ENFÂ-SE*	MÉDIA**	MENOR ENFÂSE***
POLÍTICAS SOCIAIS	Combate à pobreza			DEM, PP, PN, RN e UDI
	Saúde	PP	DEM	PN, UDI e RN
	Educação	DEM, PP e PN		UDI e RN
	Política de emprego e defesa do trabalhador	PP, DEM e PN		UDI e RN

QUADRO 4: O ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS

FONTE: AUTORA

*Maior ênfase: quando há políticas detalhadas para este tema, ou um tópico que desenvolva propostas de políticas para essa área.

** Média: citado várias vezes no texto, uma ou duas políticas para a área.

*** Menor ênfase: quando apenas cita entre numa sequência de itens.

³⁰ A fim ilustrativo foram selecionados alguns trechos dos documentos que estão no ANEXO 1, página 106.

Com estes temas fica destacado o papel do Estado para os partidos de direita perante essas políticas sociais, que todos os partidos trazem como sendo função do Estado a oferta desses serviços a população. Na questão de combate à pobreza, se apresentam favoráveis ao combate ou erradicação, porém nenhum faz menção específica de alguma política social para tal ação.

Dentro do papel do Estado na economia, nos documentos há menções sobre uma atuação do Estado enquanto incentivador do desenvolvimento econômico, por meio de políticas de reserva de mercado, de incentivo a emprego. O PN é o único partido em que não há menções diretas nesse aspecto, sobre preocupações, atuações, ou limitações do Estado quanto à economia. O partido coloca que nas últimas décadas houve uma tendência de transferência para o indivíduo ou organizações intermediárias as responsabilidades que eram do Estado e que atualmente cabe um novo equilíbrio entre as responsabilidades individual, comunitária ou estatal.

Há preocupação específica nos partidos brasileiros quanto às atividades empresariais do Estado e a necessidade da sua limitação. Nos documentos partidários do DEM há preocupação quanto à presença do Estado na economia, “Preocupa-nos o crescimento descontrolado da atividade empresarial do Estado, que, em muitas áreas, transborda dos limites aceitos num regime econômico, social e político, de livre competição.” (IDEÁRIO do DEM, 2013, p. 01). Outro ponto que o partido destaca é o combate ao que chama de burocracia excessiva.

O processo de libertação das amarras da concentração de poder inclui a proteção do cidadão contra a asfixia burocrática, o controle da voracidade fiscal e a contenção da interferência excessiva do Estado na atividade econômica. (IDEÁRIO do DEM, p. 1)

No PP a preocupação quanto à atividade empresarial do Estado mencionada junto com a necessidade de transferência das atividades para o setor privado.

Transferência para a iniciativa privada de toda e qualquer atividade econômica desempenhada pelo Estado, por meio de processos transparentes, e mediante avaliações que determinem preços justos e que não resultem na formação de monopólios ou oligopólios privados. (PROGRAMA partidário, PP, p.25)

Os partidos chilenos descrevem o que chamam de “Estado social no âmbito econômico social”, como um Estado com papel normativo, fiscalizador e orientador da atividade econômica. E como nos partidos brasileiros, os chilenos restringem a atuação apenas aos casos quando a iniciativa privada demonstrar total desinteresse, ou não puder realizar.

PARTIDOS:	DEM	PP	UDI	RN	PN
POSICIONAMENTOS:	Estado como incentivador do desenvolvimento econômico	Estado como incentivador do desenvolvimento econômico	Estado como incentivador do desenvolvimento econômico	Estado como incentivador do desenvolvimento econômico	Estado como incentivador do desenvolvimento econômico
	Papel normativo, orientador e regulamentador do mercado, garantidor da livre competição	Papel normativo, orientador e regulamentador do mercado, garantidor da livre competição	Papel normativo, orientador e regulamentador do mercado, garantidor da livre competição	Papel normativo, orientador e regulamentador do mercado, garantidor da livre competição	Papel normativo, orientador e regulamentador do mercado, garantidor da livre competição
	Atividade empresarial apenas quando a iniciativa privada não quiser ou não puder atuar	Atividade empresarial apenas quando a iniciativa privada não quiser ou não puder atuar	Atividade empresarial apenas quando a iniciativa privada não quiser ou não puder atuar	Atividade empresarial apenas quando a iniciativa privada não quiser ou não puder atuar	
	Contrário a atividade empresarial do Estado	Contrário a atividade empresarial do Estado			
	Favorável a desburocratização, pois impede a livre iniciativa.	Transferir para a iniciativa privada qualquer atividade empresarial do Estado			

QUADRO 5: O ESTADO E ECONOMIA
FONTE: AUTORA

As descrições do papel e atuação do Estado encontradas nos documentos dos cinco partidos são de um Estado com políticas sociais abrangentes e interferência mínima na economia. Os partidos brasileiros apresentam defesas mais específicas quanto a programas de saúde pública e educação. No partido uruguaio existe um destaque maior da educação, comparativamente à saúde, que é apresentada apenas entre outros itens. Nos chilenos existem

menções sobre essas políticas, porém não tão específicas como os demais partidos estudados. Quanto ao papel do Estado na economia todos são próximos, de apoio e incentivo à iniciativa privada. Os partidos chilenos se destacam pela recorrente menção da liberdade individual, tanto para a escolha de serviços básicos, entre públicos ou privados, como também a liberdade de atuação no campo econômico.

6.1.2 Sistema político

Este eixo temático tem a finalidade de demonstrar como a defesa da democracia, a importância das instituições políticas, e posicionamentos ideológicos específicos são apresentadas nos documentos partidários.

Quanto à democracia todos os partidos fazem a sua defesa e se mostram contrários a regimes totalitários ou autoritários. Os partidos chilenos e o uruguaio se colocam contrários ao terrorismo, tema ausente nos partidos brasileiros.

Os documentos dos partidos chilenos esboçam defesa do sistema democrático estável amparado por eleições, numa disputa eleitoral em respeito mútuo. Porém, nenhuma eleição ou plebiscito pode representar ameaça à *chilenidad*³¹, ou seja, a ordem social e valores próprios dos chilenos. Em casos que haja esta ameaça, é possível a suspensão de direitos civis e políticos de pessoas, grupos ou partidos que o façam:

Unión Demócrata Independiente sostiene que es lícito que - a través de un órgano jurisdiccional independiente - se suspenda el ejercicio de los principales derechos cívico-políticos a las personas o grupos que pretendan valerse de ellos para conculcarlos, propagando doctrinas totalitarias o violentistas. Similar exclusión es válida respecto de las organizaciones o partidos que, por sus objetivos o por la conducta de sus adherentes tiendan a igual propósito. (DECLARACIÓN de Principios, UDI)

³¹ O conceito de *chilenidad* está descrito no próximo tópico (Comportamento e Moralidade) deste capítulo.

O mesmo texto está presente no documento do RN. Nos documentos dos dois partidos há um tópico intitulado: “Rechazo a los totalitarismos”. No documento do UDI existe um tópico dedicado a apresentar sua posição contrária ao Marxismo, intitulado: “Un nuevo rostro del Marxismo”. O objetivo desses dois tópicos é demonstrar o posicionamento contrário dos partidos a qualquer ideário marxista. A construção do texto se faz no sentido de demonstrar que estes ideais não são compatíveis com a democracia, que levariam a regimes totalitários, por isso deveriam ser evitados:

Independientemente de su agravante leninista, la doctrina de Marx y Engels es esencialmente totalitaria. No hay compatibilidad posible entre ser marxista y ser demócrata. En definitiva, no existe conciliación posible entre marxismo y libertad. (DECLARACIÓN de Principios, RN).

Entre todos os partidos analisados neste trabalho, o UDI é o único que assume uma posição claramente contrária a outro partido de seu país. A posição contrária ao Partido Comunista se faz a partir da afirmação que a legenda seria um agente direto da União Soviética, e por questão de patriotismo e soberania chilena é necessário combatê-lo. O partido também se apresenta enfaticamente contra o marxismo, se comparado a outra legenda de direita chilena. Nos demais partidos, DEM, PP e PN, não há nenhuma menção contrária a partidos ou princípios ideológicos da esquerda.

El Marxismo modifica así su fisonomía hacia enfoques más sutiles como el de Gramsci, que preconizan apoderarse de las sociedades libres a través de la erosión de sus instituciones fundamentales y del dominio de la cultura. Para ello se fomenta la destrucción sistemática de los valores cristianos, especialmente los referidos a la familia y las costumbres públicas y privadas.

El debilitamiento del matrimonio, la legalización del aborto y la permisividad frente a la pornografía y las drogas son síntomas que - aunque de variados orígenes - se fomentan o aprovechan por esta nueva expresión gramsciana del marxismo, que hoy amenaza incluso a los países más desarrollados del Occidente. Enfrentar los peligros que entraña dicha agresión contra el espíritu y los valores de la cultura occidental y cristiana, es una obligación de especial actualidad que Unión Demócrata Independiente asume y respecto de la cual alerta a los chilenos. (DECLARACIÓN de Principios, UDI).

O PP nas suas “Diretrizes para a Representação Política” defende partidos políticos fortes e estruturados, como meio de consolidação do regime democrático representativo, menciona também a importância da fidelidade parti-

dária, sendo o mandato pertencente ao partido. O DEM defende o pluripartidarismo e a liberdade de organização partidária.

POSICIONAMENTOS:	Defendem a democracia, e se mostram contrários a regimes totalitários ou autoritários	Defendem a democracia, porém com ressalvas. Admitem suspensão do exercício dos principais direitos civis e políticos	Apresentam posturas contrárias à outra ideologia
PARTIDOS:	PP, DEM e PN	UDI e RN	UDI e RN (UDI declara-se também contrário ao Partido Comunista)

QUADRO 6: POSICIONAMENTOS SOBRE DEMOCRACIA
FONTE: AUTORA.

O partido chileno Renovación Nacional reconhece que os partidos não podem ser os únicos canais de participação, que o fortalecimento do sistema democrático ocorre com maior participação de organizações intermediárias voltadas para o desenvolvimento econômico e social. A outra legenda chilena, UDI, se mostra contrária neste aspecto, enfatizando que essas organizações não podem ultrapassar o seu âmbito próprio e específico.

6.1.3 Comportamento e moralidade

Esse eixo demonstra as concepções dos partidos sobre liberdade, família, mulher e princípios morais.

Como já descrito anteriormente, nos partidos de direita há uma ampla defesa da liberdade individual. Esta questão está presente em todos os partidos estudados.

O Partido Nacional, do Uruguai, apresenta a liberdade como um dos princípios fundamentais da sua ação política. Enfatizando o fortalecimento o exercício da liberdade em todos os seus aspectos:

Se trata de asegurar a todos los individuos la forma adecuada de decidir autónomamente, con libertad plena, la opción de vida que desean seguir. Cada miembro de la comunidad nacional, independientemente de su origen étnico, género o credo, debe tener acceso a una vida digna, acorde a sus valores y creencias, en un contexto de res-

peto mutuo y adecuación a la norma de derecho. (DECLARACIÓN de Principios, PN).

Da mesma forma o DEM defende o compromisso com a liberdade em seu Ideário:

Acreditamos firmemente na concepção de que o ser humano deve ser livre para manifestar suas idéias, acessar informações, professar uma religião, escolher seus representantes, e de todas as formas que o Estado de Direito garante. E deve também ser livre da fome, da ignorância e da insegurança. (IDEÁRIO do DEM).

Nos documentos dos partidos chilenos encontramos a defesa da liberdade individual. Entre as legendas estudadas, elas são as que a questão da liberdade é mais enfatizada. Ela ocorre diversas vezes nos documentos, tanto na questão da liberdade econômica, liberdade de livre iniciativa, liberdade na escolha de serviços públicos ou privados.

Para além desta defesa, o RN afirma que a sociedade contemporânea leva a massificação das pessoas, por isso a atuação do partido seria no sentido de libertação da pessoa, para resgatar a sua dignidade e preservar das tendências uniformizantes ou desinformadoras. Neste sentido, o partido afirma que o socialismo seria responsável por promover essa manipulação do indivíduo, ferindo a sua liberdade intelectual e espiritual.

O DEM demonstra preocupação quanto as mudanças sociais: “Precorizar a mudança social dentro da ordem democrática, recusando soluções violentas incompatíveis com as nossas tradições (...)”. O partido apresenta uma postura conservadora.

A defesa da “moralidade tradicional”, “valores cristãos” e família tradicional estão nos documentos partidários. As maiores menções estão nos documentos chilenos, onde podemos encontrar:

Existe un orden moral objetivo, que está inscrito en la naturaleza humana. A ese orden moral, fundamento de la civilización occidental y cristiana, debe ajustarse la organización de la sociedad y debe subordinarse todo su desarrollo cultural, institucional y económico.(...) La familia, núcleo básico de la sociedad, debe ser respetada y fortalecida.(DECLARACIÓN de Principio, UDI)

Sobre a visão de família nos partidos é possível observar posições mais e menos conservadoras em alguns partidos. O DEM é o a legenda em

que apenas coloca a necessidade de proteção à família, sem descrever valorativamente o seu papel na sociedade. O PP, o partido uruguaio e os chilenos destacam a família como sendo núcleo básico da organização social, e por isso deve ser respeitada e valorizada.

QUESTÕES	POSICIONAMENTOS	PARTIDOS
FAMÍLIA	Papel não valorativo	DEM
	Família como núcleo básico da sociedade	PP, UDI, RN e PN
MULHER	Políticas que busquem maior igualdade entre homens e mulheres	DEM, PP e PN
	Mulher como núcleo da família, responsável pela educação dos filhos. Este sendo o seu principal papel, o qual o emprego não pode interferir	UDI e RN

QUADRO 7: FAMÍLIA E MULHER NOS DOCUMENTOS PARTIDÁRIOS
FONTE: AUTORA

Valores morais tradicionais também estão presentes nos documentos chilenos no que tange ao papel da mulher na sociedade. Nos documentos do PN, DEM e PP, as menções que se referem à mulher estão no sentido de políticas que busquem a igualdade de gênero, principalmente no trabalho. Nos documentos chilenos há um tópico, “La mujer en la sociedad”, onde destacam a importância da mulher como núcleo da família, educadora dos filhos e portadora dos valores e tradições:

Valora las funciones y virtudes de la mujer como portadora de la vida, núcleo de la familia y transmisora de los valores morales y las tradiciones.

Renovación Nacional aboga por su igualdad de derechos en todos los campos en que ella se desempeña paralelamente con el hombre, sin perjuicio de compatibilizar esas actividades con sus funciones como madre y educadora de sus hijos.” (DECLARACIÓN de Principios, RN).

Os partidos chilenos citam a *chilenidad* como um valor social a ser preservado. Como exposto anteriormente, durante a construção da nova direita chilena houve a atenção para a busca por uma definição de um *ethos* chileno, resultante da história do país e de certos valores e ideias presentes na sociedade. Esse *ethos* se tornou fundamental para a construção de uma ideia de “Chile-Nação” e de uma identidade histórica-cultural própria.

Esta mentalidad estaba compuesta por “una mezcla de sentido de la historia nacional y de ciertas ideas y valores que, a su vez, originaron un determinado ethos de la vida pública. Ethos que habría estado conformado por dos conceptos fundamentales, el de Chile-Nación y el de Identidad Histórico-Cultural, ambos muy asociados a la versión “militar” de la identidad chilena”(RUIZ Y CUADRA³², 1992, apud González, 2013).

A construção desse ideário foi fundamental para a articulação da direita entorno de uma causa comum, desenhado por uma idealização de mundo oposta à defendida pela esquerda. O que pode ser observado nos documentos dos partidos, a preocupação pela preservação da *chilenidad* ainda como um ideário conservador de sociabilidade dos chilenos.

Os documentos dos partidos chilenos apresentam posicionamentos mais conservadores do que os partidos brasileiros e o uruguaio. Valores morais e tradicionais são mencionados mais vezes e de forma mais enfática no que nos demais. O princípio da liberdade individual está presente em todos os partidos. Cabe destacar que os partidos chilenos apresentam de forma mais enfática os princípios conservadores, tanto na sua concepção de família, na afirmação da existência de uma ordem moral tradicional, e no papel da mulher na família.

6.1.4 Forças Armadas

Os países dos partidos estudados neste trabalho passaram na sua recente história por períodos de regimes autoritários. Os partidos de direita destes países apresentam ligação com estes regimes, seja pelo seu apoio, quanto na formação de seus quadros. Nos documentos encontram-se menções as favoráveis as Forças Armadas em todos os partidos, mas de tons distintos.

O DEM apresentam apenas uma breve citação as Forças Armadas, com o sentido da necessidade da sua modernização, como requisito necessário para a realização do seu papel de defesa da soberania nacional e das instituições democráticas. No mesmo sentido é a citação encontrada no documento

³² RUIZ, C. S.; CUADRA, F. J., **El discurso de la derecha chilena**. Centro de Estudios de la Realidad Contemporánea, Ediciones Chile América CESOC. Santiago, 1992.

do PP, com o destaque para a ressalva que o partido faz de que as Forças Armadas estão subordinadas a Presidência da República. O PN também define o seu papel como sendo de defesa da soberania nacional, e defesa dos direitos territoriais, marítimos e aéreos.

POSICIONAMENTOS:	Cita apenas seu papel de defesa territorial	Além do papel de defesa territorial, resalta positivamente a atuação durante o regime militar
PARTIDOS:	DEM, PP e PN	UDI e RN

QUADRO 8: PARTIDOS E FORÇAS ARMADAS
FONTE: AUTORA

As legendas chilenas são as que apresentam um posicionamento distinto. Nos documentos há um tópico dedicado a missão das Forças Armadas, onde destacam como uma instituição profissional e hierarquizada, que simboliza a identidade cultural do país e assegura sua defesa e integridade territorial. O que distingue dos demais partidos, é que além deste papel, os documentos do RN e UDI ressaltam de forma idêntica a ação das Forças Armadas na implementação do regime militar, em 1973.

Unión Demócrata Independiente destaca el patriotismo y espíritu de servicio de las Fuerzas Armadas y de orden de Chile, cuyo origen y gloriosas tradiciones se identifican con el surgimiento y defensa de la chilenidad a través de toda la historia del país, incluida su acción libertadora del once de septiembre de mil novecientos setenta y tres, que salvó al país de la inminente amenaza de un totalitarismo irreversible y de la dominación extranjera, culminando así una valiente resistencia civil y recogiendo un clamor popular abrumadoramente mayoritario. Unión Demócrata Independiente rechazará siempre cualquier predicamento que pudiere lesionar la respetabilidad cívica de los Institutos Armados o afectar su cohesión profesional y jerarquizada. (DECLARACIÓN de Principios, UDI).

Entre todas as legendas, as chilenas são as únicas que declaram apoio as ações das Forças Armadas durante regime militar, afirmando que a sua ação foi libertadora. No texto afirma que elas se constituem como corpos armados, e por isso não são deliberantes, porém a sua importância na história do país não deve ser deixada de lado, e que são fundamentais para a segurança e desenvolvimentos do país.

6.2 CONCLUSÃO

Das análises dos documentos dos partidos de direita podem-se destacar duas questões principais para um esboço da compreensão da “nova direita”. É a concepção de Estado para esses partidos, e os aspectos conservadores observados.

A defesa de um Estado que cubra questões sociais, que garanta condições mínimas de vida e também ofereça serviços públicos, como saúde, educação pública em todos os níveis e geração de emprego, estão presentes nos partidos. No campo da economia ocorre um posicionamento de um Estado que garanta o livre-mercado, a propriedade privada, com menor gerência possível neste âmbito. A atividade empresarial cabendo primordialmente ao setor privado, apenas quando este não tiver interesse é que o Estado pode exercer.

A liberdade individual ganha bastante espaço nos partidos de direita, tanto a liberdade de escolha, como com a garantia à livre iniciativa. Destacando também a importância das garantias e direitos individuais, como a propriedade privada.

Questões de cunho moral, como tradições e família, entre os partidos ocorrem com diferentes ênfases. Os partidos brasileiros e no uruguaio, em comparação ao chileno, são menos conservadores. O papel da mulher é a grande diferença entre eles. Os chilenos ligam diretamente o papel da mulher a família, como esta sendo a responsável por transmissão de valores tradicionais e constituidora do seu núcleo formador.

Entre todos os posicionamentos levantados, pode-se dizer que o PN, partido uruguaio, é o que apresenta uma posição mais central, sem defesas mais profundas. Os partidos brasileiros, DEM e PP, principalmente este último, menciona com maior destaque a importância do Estado na garantia de serviços. No DEM o maior destaque está na defesa da liberdade individual e livre iniciativa. Os partidos chilenos apresentam defesas sempre muito próximas, com os mesmos posicionamentos e questões levantadas, as questões com

mais relevância é a liberdade individual e os posicionamentos morais conservadores.

7 CONCLUSÃO

As análises dos documentos e manifestos partidários do DEM, PP, PN, RN e UDI demonstraram nuances entre os posicionamentos entre os partidos de direita no Brasil, no Chile e no Uruguai.

O Democratas apresenta maior proporção de texto dedicado as questões dentro de Welfare State e qualidade de vida, e Economia. Dentro do espectro ideológico proposto pelo MRG/CMP ele está mais localizado a esquerda do que direita. Este posicionamento é puxado para a esquerda devido a menções sobre a expansão da saúde e educação, defesa dos trabalhadores. As maiores ênfases do partido estão nas questões da liberdade individual, garantia da livre iniciativa e políticas do Estado que garantam saúde, educação e emprego para toda a população. O partido demonstra grande preocupação em limitar as atuações de Estado na economia a apenas atividades de política social e nas garantias da livre iniciativa e das propriedades privadas, também defende a diminuição da burocracia. Quanto às mudanças sociais, essas devem ser feitas de modo a se manter a ordem social, evitando conflitos.

O PP, como a outra legenda brasileira, tem maior proporção de texto para questões pertencentes a Welfare State e qualidade de vida, e Economia. Na escala de posicionamento ideológico é o mais a esquerda, devido a mais menções de políticas voltadas para a expansão da educação, como também expansão do Welfare State e defesa dos trabalhadores. Entre os temas com maiores ênfases estão, além das políticas públicas já citadas, a preocupação com a limitação da atividade do Estado e apoio a livre iniciativa e propriedade privada. Cabendo ao Estado apenas atuar em casos que a iniciativa privada não mostrar interesse. O partido apresenta uma visão conservadora da família, afirmando que ela é o núcleo básico da sociedade e deve ser preservada, assim como os bons costumes.

A legenda uruguaia, como as duas brasileiras, as maiores proporções estão dentro de Welfare State e qualidade de vida, porém, com pouca diferença, o tema com mais destaque é Liberdade e democracia. No posicionamento ideológico fica levemente à esquerda, devido a mais menções em defesa da democracia e da expansão da educação. Quanto às ênfases dos temas pre-

sentes na sua Declaración de Principios, o destaque está na defesa da liberdade individual e entre as políticas sociais enquanto responsabilidade do Estado se destaca a educação. O partido também apresenta uma postura conservadora da família, enquanto núcleo básico da sociedade. Nos demais temas o partido não apresenta grandes ênfases ou defesas, como as encontradas nos demais partidos aqui estudados.

A UDI, diferente das três outras legendas, apresenta maior proporção em temas dentro de Estrutura da sociedade, e Liberdade e democracia. Na aplicação da escala ideológica o partido está posicionado a direita, com 50% do seu documento dentro das categorias deste grupo. Este posicionamento ganha força principalmente pelas menções sobre liberdade e direitos humanos, visão positiva de uma harmonia social, e apoio a livre iniciativa. As maiores ênfases do partido estão na liberdade individual, que deve estar presente em todas as áreas, como na economia através da livre iniciativa e liberdade na escolha de serviços entre públicos e privados. Posicionamentos conservadores ganham bastante espaço no partido, como a preservação de um *ethos* chileno, a preservação da família como base da sociedade e pelo papel da mulher, central para a família e responsável pela transmissão de valores para os filhos. Outro ponto específico é a valorização do papel das Forças Armadas durante o regime militar.

O RN as proporções de texto estão concentradas em três domínios: Economia; Liberdade e democracia e Estrutura da sociedade. Como a outra legenda chilena, no espectro está localizado a direita, com 50% do documento contém categorias de direita. Com maior peso questões de liberdade e direitos humanos, harmonia social e apoio a livre iniciativa. As ênfases do partido são as mesmas da outra legenda do país. Valorização da liberdade individual, da moralidade e da ordem social tradicional, posturas tipicamente conservadoras.

Em todos os partidos é possível identificar traços da direita tradicional, o que Bobbio (2011) define de centro-direita, os partidos conservadores. Os valores da direita tradicional que ainda permanecem na “nova direita” são a liberdade como um valor fundamental e a igualdade diante da lei. Mantêm também os princípios conservadores, quanto à ordem moral e social, e estabilidade nos processos de mudanças sociais. O ponto que os diferencia da direita tradi-

cional da “nova direita” é quanto à visão do papel do Estado. Estado de presença mínima na economia e gestor de políticas públicas nas áreas sociais.

A proposta inicial do trabalho foi cumprida, foram identificados os posicionamentos políticos e ideológicos das direitas no Brasil, Chile e Uruguai. Foi possível identificar os traços que as unem, sendo possível afirmar que são partidos de direita, e ao mesmo tempo sendo identificadas as características que afirmam que ela não é uma, permitindo existir espaços para pluralidade de posicionamentos dentro da direita.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. T. G. **Conteúdos Ideológicos da Nova Direita no Município de São Paulo**: análise de surveys. Opinião Pública, Campinas, vol VI, n 2, p. 187-225, 2000.

ANASTASIA, F.; MELO, C. R.; SANTOS, F. **Governabilidade e representação política na América do Sul**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer. Editora Unesp, 2004.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: 70, 1977.

BENOIT, K.; LAVER, M. **Party policy in modern democracies**. Milton Park, Abingdon, Oxon, New York: Routledge, 2006.

BOBBIO, N. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. 3. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BURKE, E. **Discurso aos eleitores de Bristol**. 1774.

CANTANHÊDE, E. **O PFL**. São Paulo: Publifolha, 2001.

CONTRERA, F. A utilização do método do *Manifesto Project* para a análise do posicionamento dos partidos estadunidenses em política externa. In: 1º WORKSHOP DE METODOLOGIA EM CIÊNCIA POLÍTICA, **Anais do Evento**, São Carlos, 2014. Disponível em: <<https://docs.google.com/file/d/0B6vB-JMmeqKvMUNYNk1STHhwcTg/edit?pli=1>> Acesso em 30/04/2014.

DECLARACIÓN de principios. Renovación Nacional (Chile). Disponível em: < <http://www.rn.cl/v1/declaracion-de-principios> >. Acesso em: 10/09/2013.

DECLARACIÓN de principios. Partido Nacional (Uruguai). Disponível em:< <http://partidonacional.org.uy/portal/index.php/nuestro-partido/principios> >. Acesso em: 10/09/2013.

DIRETRIZES do Democratas. Disponível em: < <http://www.dem.org.br/o-democratas/> >. Acesso em: 03/09/2014.

DOCTRINA y principios. Unión Demócrata Independiente (Chile). Disponível em:

<http://www.udi.cl/website/contenido.php?S=7&SC=6&C=6#principio_1>. Acesso em: 10/09/2013.

FLEISHER, D. Os partidos políticos. In: AVELAR, L., CINTRA, A. O. **Sistema Político Brasileiro**: uma introdução. 2 ed. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2007. p. 303–348.

GONZÁLEZ, A. G. **Continuidad y cambio de los partidos de derecha chilenos**: las dos almas de la derecha chilena. Trabalho apresentado no VII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP), Bogotá, Colombia, 2013.

IDEÁRIO do Democratas. Disponível em: < <http://www.dem.org.br/o-democratas/> >. Acesso em: 26/09/2014.

KLINGEMANN, H. D.; VOLKENS, A.; BARA, J.; BUDGE, I.; MCDONALD, M. **Mapping Policy Preferences II. Estimates for Parties, Electors, and Governments in Eastern Europe, the European Union and the OECD, 1990-2003**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

LUNA, J. P.; ROVIRA, K., C. **Las derechas gobernantes en América Latina**: Hacia una caracterización preliminar. Trabalho apresentado no LASA Forum Summer 2011: Volumen XLII: n. 3, 2011.

MADEIRA, R. TAROUÇO, G. **Esquerda e direita no Brasil**: uma análise conceitual. Revista Pós Ciências Sociais, São Luís, vol. 8, n.15. jan/jun. 2011.

MAINWARING, S., MENEGUELO, R.; POWER, T. **Partidos conservadores no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MAINWARING, S.; SCULLY, T. **A institucionalização dos sistemas partidários na América Latina**. Dados, v.37, n.1, pp. 43-79, 1994.

MAINWARING, S.; TORCAL, M. **Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização**. Opinião pública, vol.11, n.2, 2005.

MANIFESTO ao povo brasileiro. In: **Estatuto do Partido Progressista**. 12 ed. Disponível em: < <http://www.pp.org.br/textos/453/27434/Estatuto/?sIT=119032> >. Acesso em: 10/09/2013.

MAYER, R.; BABIRESKI, F. As diferenças dos principais partidos de direita: um estudo sobre Brasil e Chile. In: IV Seminário Nacional Sociologia & Política, Curitiba. **Anais do Evento**. Curitiba: UFPR, 2012.

MELO, P. V.; LAMOUNIER, B.; VALADARES, L. **Direita, Volver!** Uma análise dos movimentos políticos juvenis de direita no Brasil. Trabalho apresentado no VII Congresso de la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP), Bogotá, Colombia, 2013.

MERCADANTE, P. **A consciência conservadora no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968.

MOREIRA, C. **A Esquerda no Uruguai e Brasil: cultura política e desenvolvimento partidário**. Opinião Pública, vol. VI, p. 17-54, 2000.

OAKESHOTT, M. **On Being Conservative**. 1956.

OLIVEIRA, T. BENETTI, P. As novas direitas sul-americanas: Análise das experiências chilena e colombiana. **Observador On-line**, Rio de Janeiro, v. 9. n.1, jan. 2014. Disponível em: < http://www.opsa.com.br/images/pdf/observador/Observador_OPSA_vol_9_n_1_2014_Oliveira_e_Benetti.pdf > Acesso em: 03/04/2014.

PIERUCCI, A. F. **Ciladas da diferença**. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 1999.

PRINCÍPIOS do Democratas. Disponível em:< <http://www.dem.org.br/o-democratas/> >. Acesso em: 26/09/2014.

PROGRAMA partidário. In: **Estatuto do Partido Progressista**. 12 ed. Disponível em: < <http://www.pp.org.br/textos/453/27434/Estatuto/?sIT=119032> >. Acesso em: 10/09/2013.

SINGER, A. **Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Edusp, 2000.

REIS, G. S. **A disputa político-partidária no Uruguai**: oponentes externos, adversários internos. Observador on-line, v. 6, p. 03, 2011.

RIVAROLA P., A. **Beyond 'Left' and 'Right': A Zean Perspective of Latin American Dichotomies**. Stockholm Review of Latin American Studies, Stockholm, no. 3, December, 2008.

SAEZ, M.; FREIDENBERG, F. **Partidos políticos na América Latina**. Opinião Pública, vol.8, n. 2, 2002.

SAEZ, M.; FREIDENBERG, F. **Organización y funcionamiento interno de los partidos políticos en América Latina**. In: SÁEZ, M.; FREIDENBERG, F. Partidos políticos de América Latina. México: FCE, IFE, 2003.

TAROUÇO, G. S. **Os partidos e a Constituição**: ênfases programáticas e propostas de emenda. 161 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 2007.

TAROUÇO, G. **O Partido da Frente Liberal**: trajetória e papel no sistema político. 158 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

TAROUÇO G.; MADEIRA R., **Partidos, Programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil**. Revista de Sociologia e Política v.21, nº45: 149-165. Março 2013.

TSE. Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: < www.tse.jus.br >.

VALENZUELA, J. **Orígenes y transformaciones del sistema de partido em Chile**. Estudios públicos, n. 58, p. 5-80, 1995.

VERDEJO, I. Chile. In: SÁEZ, M.; FREIDENBERG, F. **Partidos políticos de América Latina**. México: FCE, IFE, 2003.

WEYLAND, K. The Performance of Leftists Governments in Latin America: Conceptual and Theoretical Issues. In: _____, K.; MADRID, R. HUNTER, W (Ed.). **Leftists Governments in Latin America: Successes and Shortcomings**. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2010

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - METODOLOGIA DO MANIFESTO RESEARSH GROUP

APÊNDICE 2 - PROPORÇÃO DE TEXTO DE CADA PARTIDO EM TODAS AS
CATEGORIAS DO MRG.

APÊNDICE 3 - DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS DE CLASSIFICAÇÃO DAS
QUASI-SENTENCE DO MRG

APÊNDICE 1 - METODOLOGIA DO MANIFESTO RESEARCH GROUP

A unidade de análise definida pelo MRG são as quasi-sentence. A unidade pode ser uma frase ou período, inteiro ou o seu desmembramento, que expresse uma e apenas uma ideia, argumento ou posição política. Assim, um período longo que contenha apenas uma ideia será classificado em apenas uma das categorias. Caso o período ou frase contenha uma sequência de ideias ou argumentos, ele é desmembrado e cada trecho recebe uma classificação. A utilização dessa unidade de análise por período diminui problemas de validação, como os que podem ocorrer com análise apenas de palavras. Uma mesma palavra pode apresentar significados diferentes dependendo do contexto textual em que está inserida. A análise a partir de um período ou sentença, por sua vez, pode diminuir, comparativamente, os problemas de interpretação e classificação. Nos casos em que o período não se insere em nenhuma das categorias (e.g., trechos de texto dedicados à descrição histórica do partido), é atribuída a classificação “Não codificável”.

No total são 56 categorias analíticas, estão agrupadas em sete domínios, ou seja, são sete temas e cada tema possui o seu conjunto de categorias. Os sete domínios são: 1) Relações Internacionais, que contém nove categorias; 2) Liberdade e Democracia, com quatro categorias; 3) Sistema Político, com cinco categorias; 4) Economia, com dezesseis categorias; 5) Welfare State e Qualidade de vida, com sete categorias; 6) Estrutura da sociedade, com oito categorias; e 7) Grupos Sociais, com seis categorias.

Exemplos de classificação:

Exemplo 01)

Partido: DEM - Brasil

Documento: Diretrizes do Democratas

Trecho:

“1- Diretrizes Sociais

Prioridade ao ensino básico, visando à erradicação do analfabetismo e à garantia de ensino fundamental, obrigatório e gratuito para todos.

Extensão do ensino pré-escolar a toda população, na correspondente faixa etária, e criação de mecanismo de apoio à educação de excepcionais, considerada dever do Estado.

(…)”

Classificação:

~~Prioridade ao ensino básico , visando à erradicação do analfabetismo e à garantia de ensino fundamental, obrigatório e gratuito para todos.~~ / categoria 506,

~~Extensão do ensino pré-escolar a toda população , na correspondente faixa etária , e criação de mecanismo de apoio à educação de excepcionais , considerada dever do Estado / categoria 506~~

Categoria: 506 Expansão da Educação: positivo. Descrição: Necessidade de ampliar e/ou melhorar a oferta educacional em todos os níveis. Isto exclui a formação técnica (que é codificada no item 411).

Exemplo 02)

Partido: RN - Chile

Documento: Declaración de Principios

Trecho:

“17. EMPRESA PRIVADA

La empresa privada es el pilar básico e irremplazable, en una sociedad libre, para el desarrollo económico y social.

Su iniciativa, dinamismo, capacidad creadora y responsabilidad, impulsan el progreso y deben estar insertos en el bien común.

(…)”

Classificação:

~~La empresa privada es el pilar básico e irremplazable, en una sociedad libre, para el desarrollo económico y social / categoria 401~~

~~Su iniciativa, dinamismo, capacidad creadora y responsabilidad, impulsan el progreso y deben estar insertos en el bien común / categoria 401~~

Categoria: 401 Livre Iniciativa. Descrição: Menções favoráveis a capitalismo de livre iniciativa; superioridade da iniciativa-investimento individual sobre a estatal e sistemas de controle; menções favoráveis a direitos de propriedade privada, iniciativa-investimento e empreendimento pessoal; necessidade de empreendimentos-investimentos individuais desimpedidos.

APÊNDICE 2 - PROPORÇÃO DE TEXTO DE CADA PARTIDO EM TODAS AS CATEGORIAS DO MRG.

		Brasil		Chile		Uruguai
		DEM	PP	RN	UDI	PN
Relações Exteriores	101 Relações especiais positivo	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	102 Relações favoráveis negativo	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	103 Anti-imperialismo anti-colonialismo	0,88%	0,00%	1,19%	0,00%	2,11%
	104 Forças Armadas positivo	0,58%	1,24%	5,93%	6,62%	0,54%
	105 Forças Armadas negativo	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	106 Paz positivo	0,00%	0,16%	0,19%	0,00%	0,00%
	107 Internacionalismo positivo	0,67%	0,66%	0,25%	0,00%	0,00%
	108 Integração européia positivo	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	109 Internacionalismo negativo	3,78%	0,45%	1,61%	0,00%	1,70%
	110 Integração européia negativo	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Liberdade e Democracia	201 Liberdade e Direitos Humanos positivo.	7,99%	2,61%	13,88%	13,19%	8,07%
	202 Democracia positivo	5,39%	2,76%	5,29%	5,73%	10,35%
	203 Constitucionalismo positivo	0,54%	0,29%	0,30%	0,26%	2,57%
	204 Constitucionalismo negativo	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Sistema Político	301 Descentralização positivo	7,36%	5,32%	3,21%	3,11%	1,28%
	302 Centralização positivo	0,00%	0,53%	0,00%	0,00%	0,00%
	303 Governo e administração eficientes positiva	4,75%	1,79%	1,16%	1,20%	6,05%
	304 Corrupção política negativa	0,58%	1,24%	0,00%	0,00%	0,50%
	305 Autoridade Política positivo	0,00%	0,00%	0,00%	0,63%	2,53%
Economia	401 Livre Iniciativa	2,91%	0,66%	9,36%	7,85%	0,00%
	402 Incentivos	1,12%	3,95%	1,52%	1,49%	0,00%
	403 Regulação do Mercado	1,00%	2,29%	2,96%	2,62%	1,33%
	404 Planejamento Econômico	0,58%	0,00%	1,11%	1,47%	0,00%
	405 Corporativismo positivo	2,66%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	406 Protecionismo positivo	1,57%	0,32%	1,08%	0,96%	0,00%
	407 Protecionismo negativo	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	408 Metas econômicas	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	409 Gestão de demanda Keynesiana positivo	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	410 Produtividade positivo	1,09%	2,74%	1,41%	0,65%	1,37%
	411 Tecnologia e infraestrutura positivo	0,97%	5,53%	1,99%	0,00%	1,08%
	412 Economia controlada	1,70%	1,03%	0,00%	0,00%	0,00%
	413 Nacionalização positivo	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	414 Ortodoxia econômica	5,60%	3,42%	0,97%	0,00%	0,00%
	415 Análise marxista	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

	416 Econômia anti-crescimento positivo	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Welfare State e Qualidade de vida	501 Proteção ambiental positivo	2,12%	2,11%	1,44%	0,10%	1,28%
	502 Cultura positivo	1,91%	4,37%	0,00%	0,00%	0,00%
	503 Justiça social positivo	6,18%	4,16%	5,07%	7,20%	9,81%
	504 Expansão do Welfare State	8,90%	9,16%	5,82%	6,33%	2,44%
	505 Limitação Welfare State	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	506 Expansão da Educação positivo	3,21%	6,90%	0,06%	0,19%	6,13%
	507 Limitação da educação positivo	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Estrutura da sociedade	601 Nacionalismo positivo	0,48%	1,40%	2,44%	1,61%	1,04%
	602 Nacionalismo negativo	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	603 Moralidade tradicional positivo	0,00%	1,18%	4,13%	6,48%	1,45%
	604 Moralidade tradicional negativo	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	605 Lei e Ordem positivo	0,48%	0,42%	1,61%	3,56%	0,00%
	606 Harmonia Social positivo	0,00%	0,00%	9,94%	8,76%	1,41%
	607 Multiculturalismo positivo	0,51%	1,05%	0,00%	0,00%	0,00%
	608 Multiculturalismo negativo	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Grupos Sociais	701 Classes trabalhadoras positivo	6,48%	5,79%	1,50%	1,52%	3,15%
	702 Classes trabalhadoras negativo	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	703 Agricultores positivo	3,36%	5,95%	0,00%	0,00%	0,25%
	704 Classe média ou grupos profissionais positivo	0,00%	0,50%	0,00%	0,00%	0,00%
	705 Grupos minoritários positivo	0,61%	0,00%	3,30%	0,75%	1,57%
	706 Grupos demográficos não econômicos positivo	1,21%	0,29%	0,00%	3,92%	5,30%
	000 Não codificável	12,84%	19,77%	11,27%	13,79%	26,71%

APÊNDICE 3 - DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS DE CLASSIFICAÇÃO DAS QUASI-SENTENCE DO MRG

Fonte: KLINGEMANN, H. D.; VOLKENS, A.; BARA, J.; BUDGE, I.; MCDO-
NALD, M. **Mapping Policy Preferences II. Estimates for Parties, Electors,
and Governments in Eastern Europe, the European Union and the OECD,
1990-2003**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

1 - DOMINIO: RELAÇÕES EXTERIORES

101 Relações exteriores especiais: positivo

Descrição: Menção favorável a determinados países com os quais o país tem uma relação especial. Por exemplo, no caso britânico: ex-colônias, no caso sueco: o resto do Escandinávia, a necessidade de cooperação e / ou ajuda para esses países.

102 Relações favoráveis: negativo

Descrição: Menção negativa a determinados países com os quais o país tem uma relação especial. Contrário ao 101.

103 Anti-imperialismo anti-colonialismo

Descrição: Referência negativa para exercer forte influência (política, militar ou comercial) em relação a outros estados; referência negativa para controlar outros países como se fossem parte de um império; menção favorável a descolonização; referência favorável a uma maior autonomia e independência para as colônias; referência negativa ao comportamento imperial do manifesto e/ou em outros países.

104 Forças Armadas: positivo

Descrição: Necessidade de manter ou aumentar gastos militares; modernização das forças armadas e melhoria da força militar; rearmamento e autodefesa; necessidade de honrar obrigações de tratados militares; necessidade de assegurar recursos humanos adequados nas forças armadas. Defesa do território e integridade. Favorecimento de militares

105 Forças Armadas: negativo

Descrição: Menção favorável de diminuir os gastos militares, o desarmamento, "males da guerra", promete reduzir o recrutamento. Contrário 104.

106 Paz: positivo

Descrição: Paz como um objetivo geral; declarações de crença na paz e de meios pacíficos de resolução de crises; conveniência de países juntar negociações com países hostis.

107 Internacionalismo: positivo

Descrição: Necessidade de cooperação internacional, a cooperação com outros países especificados no item 101, necessidade de ajuda aos países em desenvolvimento, a necessidade de planejamento mundial de recursos; neces-

sidade de tribunais internacionais, o apoio para qualquer meta internacional ou estado do mundo, o apoio à ONU.

108 Integração europeia: positivo

Descrição: Menção favorável da integração europeia em geral; conveniência da expansão da União Europeia e/ou o aumento da sua competência.

109 Internacionalismo: negativo

Descrição: Menção favorável da independência nacional e soberania como oposição ao internacionalismo. Contrário ao 107

110 Integração europeia: negativo

Descrição: Menção hostil a União Europeia; oposição a políticas específicas da Europa. Contrário ao 108.

2 - DOMINIO: LIBERDADE E DEMOCRACIA

201 Liberdade e Direitos Humanos: positivo.

Descrição: Menção favorável da importância da liberdade pessoal e os direitos civis, a liberdade de controle burocrático, a liberdade de expressão, a liberdade de coerção nas esferas política e econômica, o individualismo.

202 Democracia: positivo

Descrição: Menção favorável da democracia como um método ou objetivo nacional e em outras organizações; o envolvimento de todos os cidadãos na tomada de decisões, bem como de apoio generalizado para manifestação da democracia no país.

203 Constitucionalismo: positivo

Descrição: Suporte para aspectos específicos da constituição; uso do constitucionalismo como um argumento para a política, bem como a aprovação geral do caminho constitucional de fazer as coisas.

204 Constitucionalismo: negativo

Descrição: Oposição a constituição em geral ou em aspectos específicos. Contrário a 203

3 - DOMINIO: SISTEMA POLÍTICO

301 Descentralização: positivo

Descrição: Apoio ao federalismo; mais autonomia regional para a política ou economia; apoio para manter-se costumes e símbolos locais e regionais; menção favorável de uma atenção especial para as áreas locais; deferência à expertise local.

302 Centralização: positivo

Descrição: Oposição à tomada de decisão política a nível político mais baixas, o apoio à maior centralização dos procedimentos políticos e administrativos. Contrário ao 301

303 Governo e administração eficientes: positiva

Descrição: Necessidade de eficiência e economia no governo e administração; cortar serviço civil; melhoria dos procedimentos governamentais; apelo geral para tornar o processo de governo e administrações mais barato e mais eficaz.

304 Corrupção política: negativa

Descrição: Necessidade de eliminar a corrupção e abuso associado, na vida política e pública

305 Autoridade Política: positivo

Descrição: Menção favorável a um governo forte, incluindo estabilidade de governo; competência do partido para governar e ou a falta de tal competência do outro partido.

4 - DOMINIO: ECONOMIA

401 Livre Iniciativa

Descrição: Menções favoráveis a capitalismo de livre iniciativa; superioridade da iniciativa-investimento individual sobre a estatal e sistemas de controle; menções favoráveis a direitos de propriedade privada, iniciativa-investimento e empreendimento pessoal; necessidade de empreendimentos-investimentos individuais desimpedidos.

402 Incentivos

Descrição: Necessidade de políticas salariais e tributárias para induzir investimento; encorajamento para novos empreendimentos; necessidade de inventivos financeiros e de outros tipos como subsídios. Apoio à pequena empresa.

403 Regulação do Mercado

Descrição: Necessidade de regulamentações para fazer empresas privadas funcionarem melhor; ações contra monopólios e trustes e em defesa do consumidor e pequenos negócios; encorajamento da competição econômica; economia social de mercado.

404 Planejamento Econômico

Descrição: Menções favoráveis a planejamento econômico de longo prazo de natureza consultiva ou indicativa, necessidade de o governo criar tal plano.

405 Corporativismo: positivo

Descrição: Menção favorável à necessidade de a colaboração de empregadores e organizações sindicais em planejamento econômico global e direção por meio de organismos tripartidos do governo, empregadores e sindicatos.

406 Protecionismo: positivo

Descrição: Menção favorável de ampliação ou manutenção de tarifas para proteger os mercados internos; outro protecionismo econômico doméstico, tais como restrições de cotas.

407 Protecionismo: negativo

Descrição: Suporte para o conceito de livre comércio.

408 Metas econômicas

Descrição: Demonstrações intenção de perseguir quaisquer objetivos econômicos não abrangidos por outras categorias no Domínio 4. Esta categoria é criada para capturar o interesse global dos partidos na economia e, portanto, abrange uma variedade de objetivos econômicos.

409 Gestão de demanda Keynsiana: positivo

Descrição: Demanda política econômica orientada; política econômica dedicada a evitar a depressão, os efeitos de mitigação de depressão e / ou ao aumento da demanda privada, através do aumento dos gastos sociais.

410 Produtividade: positivo

Descrição: Necessidade de encorajar ou facilitar uma maior produção, a necessidade de tomar medidas de ajuste; apelo a uma maior produção e importância da produtividade para a economia, o aumento do comércio exterior, o paradigma de crescimento.

411 Tecnologia e infraestrutura: positivo

Descrição: Importância da modernização da indústria e de meios de transporte e comunicação; importância da ciência e da evolução tecnológica na indústria; necessidade de formação e pesquisas. Isto não implica em educação em geral (ver categoria 506).

412 Economia controlada

Descrição: Necessidade geral de controle governamental da economia; controle sobre preços, salários e aluguéis etc.; intervenção estatal no sistema econômico.

413 Nacionalização: positivo

Descrição: Menção favorável de propriedade do governo, total ou parcial, incluindo a posse do governo da terra.

414 Ortodoxia econômica

Descrição: Necessidade de ortodoxia econômica tradicional, por exemplo, redução de déficits orçamentários, redução de gastos em crises, parcimônia (reservas) e economia; apoio a instituições econômicas tradicionais, como mercado de ações e sistema bancário; apoio a moeda forte. Inclui referências a: (i) políticas de ajuste fiscal, (ii) endividamento do estado, (iii) austeridade, (iv) equilíbrio fiscal, (v) falência do modelo nacional-desenvolvimentista e/ou sua reforma e (vi) privatizações.

415 Análise marxista

Descrição: Referência positivas (tipicamente mas não apenas por partidos comunistas) ao uso específico da terminologia marxista-leninista e análise de situações que de outra maneira não poderiam ser codificadas. Socialismo; uso de categorias marxistas na análise; formas coletivas de propriedade; anticapitalismo.

416 Economia anti-crescimento: positivo

Descrição: Menção favorável da política anti-crescimento e da economia de estado estacionário; "política verde" ecologismo / especialmente quando apli-

cado a política econômica, o desenvolvimento sustentável. (Teste codificação, no entanto, têm mostrado que as partidos de antes do início da década de 1990 quase nunca defenderam políticas anti-crescimento.)

5 - DOMINIO: WELFARE STATE E QUALIDADE DE VIDA

501 Proteção ambiental: positivo

Descrição: Preservações de campo, florestas, etc; preservações gerais de recursos naturais contra os interesses próprios; uso adequado dos parques nacionais, bancos de solo, etc, melhoria ambiental. "Ecologismo /" política verde ", como aplicado a política ambiental.

502 Cultura: positivo

Descrição: Necessidade de fornecer cultura e de lazer, incluindo artes e do desporto; necessidade de gastar dinheiro em museus, galerias de arte, etc; necessidade de incentivar atividades de lazer que valem a pena e meios de comunicação culturais.

503 Justiça social: positivo

Descrição: Conceito de igualdade; necessidade de um tratamento equitativo de todos os povos, a proteção especial para desfavorecidos; necessidade de distribuição justa dos recursos, eliminação de barreiras de classe; fim a discriminação por motivos de raça, sexo, gênero, deficiência, idade, orientação sexual, etc.

504 Expansão do Welfare State

Descrição: Menções favoráveis à necessidade de introduzir, manter ou expandir qualquer serviço social ou projeto de seguridade social; apoio a serviços sociais como serviços de saúde ou habitação. Essa categoria exclui educação. Inclui referências a: questões urbanas, problemas sociais e políticas sociais.

505 Limitação *Welfare State*

Descrição: Limitação do gasto com serviços e seguridade social. Ajuste da Previdência.

506 Expansão da Educação: positivo

Descrição: Necessidade de ampliar e/ou melhorar a oferta educacional em todos os níveis. Isto exclui a formação técnica (que é codificada no item 411).

507 Limitação da educação: positivo

Descrição: Limitar despesas com educação. Contrário ao 506.

6 - DOMINIO: ESTRUTURA DA SOCIEDADE

601 Nacionalismo: positivo

Descrição: Apoio ao patriotismo e ou nacionalismo; suspensão de liberdade a fim de proteger o Estado contra a subversão; o apoio para as ideias nacionais estabelecidas.

602 Nacionalismo: negativo

Descrição: Oposição ao patriotismo e / ou nacionalismo; oposição do Estado nacional existente. Contrário ao 601.

603 Moralidade tradicional: positivo

Descrição: Menção favorável dos valores morais tradicionais; proibição, censura e repressão da imoralidade e comportamento inadequado, manutenção e estabilidade da família, da religião.

604 Moralidade tradicional: negativo

Descrição: oposição aos valores morais tradicionais; suporte para o divórcio, aborto, etc.; Contrário ao 603.

605 Lei e Ordem: positivo

Descrição: Execução de todas as leis, as ações contra o crime, o apoio de recursos para melhorar a polícia, etc; atitudes mais duras nos tribunais

606 Harmonia Social: positivo

Descrição: Apelo para o esforço nacional e da solidariedade; necessidade de a sociedade ver-se tão unidos; apelo por espírito público, denunciando atitudes anti-sociais em tempos de crise, o apoio para o interesse público.

607 Multiculturalismo: positivo

Descrição: Menção favorável a diversidade cultural; comunitarismo, pluralidade cultural; preservação da autonomia religiosa, heranças linguísticas dentro do país, incluindo disposições educativas especiais.

608 Multiculturalismo: negativo

Descrição: Ampliação ou incentivo da integração cultural. Contrário 607.

7 – DOMINIO: GRUPOS SOCIAIS

701 Classes trabalhadoras: positivo

Descrição: Referências favoráveis a grupos laborais, classe trabalhadora, desempregados; apoio a sindicatos; bom tratamento de trabalhadores manuais e de outros tipos. Direitos dos trabalhadores, liberdade sindical e salários.

702 Classes trabalhadoras: negativo

Descrição: Abuso de poder por parte dos sindicatos. Contrário 701.

703 Agricultores: positivo

Descrição: Apoio à agricultura e aos agricultores, qualquer política que vise especificamente a beneficiar este grupo.

704 Classe média ou grupos profissionais: positivo

Descrição: Referência favorável a classe média, grupos profissionais, como médicos e advogados, velha e nova classe média.

705 Grupos minoritários: positivo

Descrição: Referência favorável a grupos minoritários que são definidos nem em termos econômicos, nem em termos demográficos, por exemplo, portadores de necessidades especiais, homossexuais, imigrantes, etc.

706 Grupos demográficos não econômicos: positivo

Descrição: Menção favorável de, ou necessidade de, assistência a mulher, ao idoso, criança, grupos linguísticos, etc.; grupos de interesses especiais de todos os tipos

ANEXOS

ANEXO 1 – QUADROS COM TRECHOS DOS DOCUMENTOS E MANIFESTOS PARTIDÁRIOS

QUADRO 1: TRECHOS SOBRE O PAPEL DO ESTADO NAS QUESTÕES SOCIAIS

	DEM	PP – Programa Partidário	PN – Declaración de principios	RN – Declaración de principios	UDI – Declaración de principios
SAÚDE	Política de saúde que considere prioritariamente o atendimento à mãe e à criança, em todo território nacional, bem como o combate sistemático às moléstias endêmicas e às epidemias, sobretudo através da ação preventiva e assistencial. (Diretrizes, p.1)	Fortalecimento do Sistema Único de Saúde, com aumento da responsabilidade dos municípios na sua gestão, numa integração cada vez maior dos serviços de saúde com a comunidade a que se destina; (p. 31)	Garantizar a la población un acceso generalizado y fluido, con niveles de excelencia, a servicios fundamentales como educación, salud, seguridad y administración de justicia. Se articulará la prestación de los servicios públicos y comunitarios (educación, seguridad, salud, etc.) de manera tal que garanticen la armonía social, evitando su actual degradación que potencia la exclusión y la injusta diferenciación.	En consecuencia, corresponde al Estado velar por el acceso de toda la población a los beneficios de la salud, la educación, el medio ambiente sano y otras áreas, conforme lo exija el bien común y con respeto a los derechos de las personas.	Consecuentemente, corresponde al Estado velar por el acceso de toda la población a los beneficios de nutrición infantil, la salud, la educación, el medio ambiente sano otras áreas de similar importancia social, conforme lo exija el bien común y con debido respeto a los derechos de las personas y al principio de subsidiariedad. ().
EDUCAÇÃO	Prioridade ao ensino básico, (...) garantia de ensino fundamental, obrigatório e gratuito para todos. Extensão do ensino pré-escolar a toda população (...) Ampliação da autonomia das universidades(...) Garantia de acesso a to-	A ratificação de que ao Estado cabe assegurar o ensino fundamental, obrigatório e gratuito, tornando universal o acesso de todos ao saber, por intermédio da escola pública ou a compra de vagas em escolas particulares, assegurando-se o direito à matrícula; A garantia, aos estudan-	Se impulsará el más amplio desarrollo de la educación, vital para la paz social y la promoción personal. El Partido Nacional, que concibe la educación pública como un ámbito especializado para la formación integral del ser humano, bregará por elevar la calidad y excelencia del servicio edu-	En consecuencia, corresponde al Estado velar por el acceso de toda la población a los beneficios de la salud, la educación, el medio ambiente sano y otras áreas, conforme lo exija el bien común y con respeto a los derechos de las personas.(p.2)	Consecuentemente, corresponde al Estado velar por el acceso de toda la población a los beneficios de nutrición infantil, la salud, la educación, el medio ambiente sano otras áreas de similar importancia social, conforme lo exija el bien común y con debido respeto a los derechos de las personas y al principio

	DEM	PP – Programa Partidário	PN – Declaración de principios	RN – Declaración de principios	UDI – Declaración de principios
	dos os níveis de ensino, fortalecendo-se a escola pública e assegurando-se, à família, a liberdade de escolher a educação desejada para os filhos. (Diretrizes DEM, p. 1).	<p>tes carentes, de ensino gratuito em todos os níveis, seja por meio de estabelecimento de ensino público, seja por intermédio de ensino particular subsidiado, inclusive por meio de bolsas de estudo, crédito educativo, compra de vagas e outras formas de apoio, inclusive custeio e financiamento</p> <p>A responsabilidade comum da União e dos Estados o apoio ao ensino médio, com prioridade para o ensino profissionalizante</p> <p>O apoio à autonomia administrativa e didática da universidade (...) (p.33).</p>	cacional; por una mejor formación docente; por el pleno acceso de los sectores más humildes a los niveles superiores de la educación; por la extensión de la actividad educacional sobre la comunidad; y por eliminar el ausentismo y la deserción de los educandos, de modo que la obligatoriedad de la educación primaria, media, agraria e industrial se convierta en tangible realidad.(p. 3)		de subsidiariedad. (p. 2)
EMPREGO	Melhoria das condições de vida dos pobres, mediante a execução de programas de educação, de saúde e de criação de empregos. (Diretrizes, p. 2)	A garantia do poder aquisitivo dos salários, maior estabilidade no emprego, liberdade sindical e de associação, salário justo, seguro-desemprego, participação nos lucros das empresas	Se llevará adelante una política que tienda al pleno empleo y que haga efectivo el derecho de todos al trabajo y a una justa remuneración, con énfasis en las oportunidades laborales	El Estado debe incentivar e impulsar la generación de empleo para todos sus habitantes, por los medios técnicamente más eficientes y socialmente más adecuados. (...)	El Estado debe incentivar e impulsar la generación de empleo para todos sus habitantes, por los medios técnicamente más eficientes y socialmente más adecuados. (...) Unión Demócrata

	DEM	PP – Programa Partidário	PN – Declaración de principios	RN – Declaración de principios	UDI – Declaración de principios
	Lutaremos para garantir aos trabalhadores, liberdade de organização, remuneração justa, alimentação, previdência social, assistência médica, lazer, habitação condigna, proteção contra o desemprego, e demais condições necessárias à humanização da vida no trabalho. (ideário p. 2)	e, igualmente, de sua gestão, desde que livremente negociada entre patrões e empregados, materializando sempre o conceito de que o trabalho não é mera mercadoria, mas, a expressão da dignidade humana (p. 30).	para la juventud; impulsará la formación permanente del trabajador, acompañada a los cambios del mundo laboral, como forma de garantizar su estabilidad. (p.4)	Renovación Nacional resalta como función primordial del Estado garantizar condiciones dignas para los trabajadores y alentar a los empresarios creadores a fin de que incrementen la actividad económica a través de nuevas iniciativas que aumenten la producción y el empleo. (p. 7)	Independiente resalta como función primordial del Estado el garantizar condiciones dignas para el trabajo y alentar a los empresarios creadores a fin de que incrementen la actividad económica a través de nuevas iniciativas que aumenten la producción y el empleo.(p. 5)

	DEM	PP – Programa Partidário	PN – Declaración de principios	RN – Declaración de principios	UDI – Declaración de principios
COMBATE À POBREZA	Transformação dos fundos sociais em fonte de benefícios, para as populações de baixa renda. (Diretrizes, p.2)	O combate à pobreza absoluta, tanto no campo como nas cidades, porquanto este quadro é considerado como crime de lesa-pátria, e sendo assim, entende-se que o sucesso no enfrentamento desta questão determinará a própria viabilidade do Brasil como nação politicamente organizada e soberana.” (p. 31 Programa Partidário).	<p>La búsqueda permanente de la justicia como meta social básica, entendida como la igualdad de oportunidades de acceso a los bienes espirituales y materiales de esta época. Ello implica un eficaz y sostenido esfuerzo público y comunitario especialmente en favor de aquellos sectores más vulnerables y excluidos. (p.2)</p> <p>El amparo a los sectores más vulnerables de la sociedad contra la exclusión y los efectos adversos del funcionamiento de los mecanismos de mercado, como corolario de los principios de Solidaridad y Justicia Social</p>	Asimismo, el Estado deberá proveer o sustentar los ingresos para los más pobres que, de acuerdo a cada circunstancia histórica y a las posibilidades del país, se estimen como los mínimos necesarios para una digna subsistencia. Superar los niveles de pobreza que impiden a quienes los padecen una efectiva incorporación al progreso general del país y preocuparse por la capacitación y educación de estos sectores, reviste para Renovación Nacional un imperativo y un compromiso moral y social prioritarios. (p.5).	Asimismo, el Estado deberá proveer o sustentar los ingresos para los más pobres que, de acuerdo a cada circunstancia histórica y las posibilidades del país, se estimen como los mínimos necesarios para una digna subsistencia. Superar los niveles de pobreza que impiden a quienes los padecen una efectiva incorporación al progreso general del país, y preocuparse por la capacitación y educación de estos sectores, reviste para Unión Demócrata Independiente un imperativo y un compromiso moral y social prioritarios. (p.4)

QUADRO 2: TRECHOS SOBRE O PAPEL DO ESTADO NA ECONOMIA

	DEM	PP – Programa Partidário	PN – Declaración de principios	RN – Declaración de principios	UDI – Declaración de principios
PAPEL DO ESTADO NA ECONOMIA	Admitir a ingerência do Estado na economia, nos limites da lei, com a finalidade de promover o desenvolvimento, regular as relações sociais, condicionar o uso da propriedade a seu papel social e evitar a exploração predatória dos recursos naturais, sem que, contudo, em nenhuma hipótese, resulte em constrangimentos espúrios ao livre-mercado ou no cerceamento das liberdades do cidadão	O apoio à empresa privada nacional, em termos de capitalização, tecnologia, competência gerencial e abertura de novos setores de atividades, de sorte a aumentar-lhe o grau de eficiência e competitividade, a fim de prepará-la à disputa com as empresas estrangeiras e para o crescimento contínuo e estável (p.27)	(não há menções nesse aspecto)	El Estado debe desempeñar eficazmente su irrenunciable papel orientador, normativo y fiscalizador de la actividad económica, independientemente de sus funciones de carácter subsidiario. En virtud de su rol orientador, compete al Estado conducir y guiar las políticas macroeconómicas, básicamente las políticas fiscal, monetaria y cambiaria. Dentro del ámbito normativo, le corresponde asegurar un marco institucional estable e impersonal para las actividades económicas.(...)	En virtud de su rol orientador, compete al Estado conducir y guiar las políticas macroeconómicas, básicamente las políticas fiscal, monetaria y cambiaria. Dentro del ámbito normativo, corresponde al Estado asegurar un marco institucional estable para las actividades económicas, adoptando las definiciones que afectan a la sociedad en su conjunto y en las cuales no caben soluciones distintas para las diversas personas.(...)
	Limitação da atividade empresarial do Estado, condicionando-a às hipóteses de ausência da iniciativa privada e tendo em vista atender à defesa nacional ou garantir a continuidade do processo de desenvolvimento. (Diretrizes do DEM, p. 3)	A atuação de natureza complementar do Estado, em especial, nos segmentos da infra-estrutura econômica que possam se constituir em estrangulamento do desenvolvimento econômico e desde que não haja disposição de investimento por parte da iniciativa privada. (p. 27).		En el campo fiscalizador, el Estado debe controlar el funcionamiento de la economía y de sus agentes, con diligencia y un mínimo de discrecionalidad funcionaria.	En el campo fiscalizador, compete al Estado controlar el funcionamiento de la economía y sus agentes, y el cumplimiento de las leyes, normas y reglas objetivas o impersonales, con la mayor diligencia y el mínimo posible de discrecionalidad funcionaria.
	Preocupa-nos o crescimento descontrolado da	Transferência para a iniciativa privada de toda e qualquer atividade econômica desempenhada pelo Estado, por meio de pro-		En la aplicación del principio de subsidiariedad,	En la aplicación del prin-

atividade empresarial do Estado, que, em muitas áreas, transborda dos limites aceitos num regime econômico, social e político, de livre competição. (Ideário do DEM, 2013, p. 01).

cessos transparentes, e mediante avaliações que determinem preços justos e que não resultem na formação de monopólios ou oligopólios privados. (p.25)

el Estado deberá asumir con prontitud cualquier vacío en funciones socialmente deseables y que los particulares no puedan desempeñar. Sin embargo, el Estado subsidiario debe estimular la iniciativa particular en dichos ámbitos, para reducir progresivamente la necesidad de esa suplencia estatal y reforzar así sus insustituibles funciones orientadoras, normativas y fiscalizadoras. En el campo de la producción, el Estado debe procurar ser coordinador e impulsor, antes que convertirse él mismo en empresario, situación que debe considerarse excepcional. (p.5)

cipio de subsidiariedad, el Estado deberá asumir con prontitud cualquier vacío en funciones socialmente deseables y que los particulares no puedan desempeñar. Sin embargo, el Estado subsidiario debe estimular la iniciativa particular en dichos ámbitos, para reducir progresivamente la necesidad de esa suplencia estatal y reforzar así sus insustituibles funciones orientadoras, normativas y fiscalizadoras. En el campo de la producción, el Estado debe procurar ser coordinador e impulsor, antes que convertirse él mismo en empresario, situación que siempre debe considerarse excepcional.